

An aerial photograph of a city, likely Nova Ponte, with a red outline highlighting a specific area. The text is overlaid on the bottom right of the image.

NOVA PONTE: CIDADE SUBVERSA

ITGI | 21 THALES DE SOUSA RESENDE

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R433n Resende, Thales
Nova Ponte: Cidade Subm(v)ersa / Thales Resende.
- São Carlos, 2021.
190 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Narrativa. 2. Memória. 3. Identidade. 4.
Território. 5. Nova Ponte. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



CC0 – Domínio Público

NOVA PONTE: CIDADE SUBM(V)ERSA

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de São Carlos

MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE:

David Moreno Sperling
Joubert Jose Lancha
Luciana Bongiovanni M. Schenk

COORDENADOR DO GRUPO TEMÁTICO:

Luciano Bernardino da Costa

BANCA EXAMINADORA - TGI 2 - THALES DE SOUSA RESENDE

David Moreno Sperling [IAU-USP]

Luciano Bernardino da Costa [IAU-USP]

Rafael Goffinet de Almeida [Centro Universitário Moura Lacerda]

SUMÁRIO



9 _ INTRODUÇÃO

18 _ CIDADE VELHA

46 _ A REALOCAÇÃO

86 _ CIDADE NOVA

138 _ PROJETO

188 _ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

182 _ PRANCHAS

INTRODUÇÃO

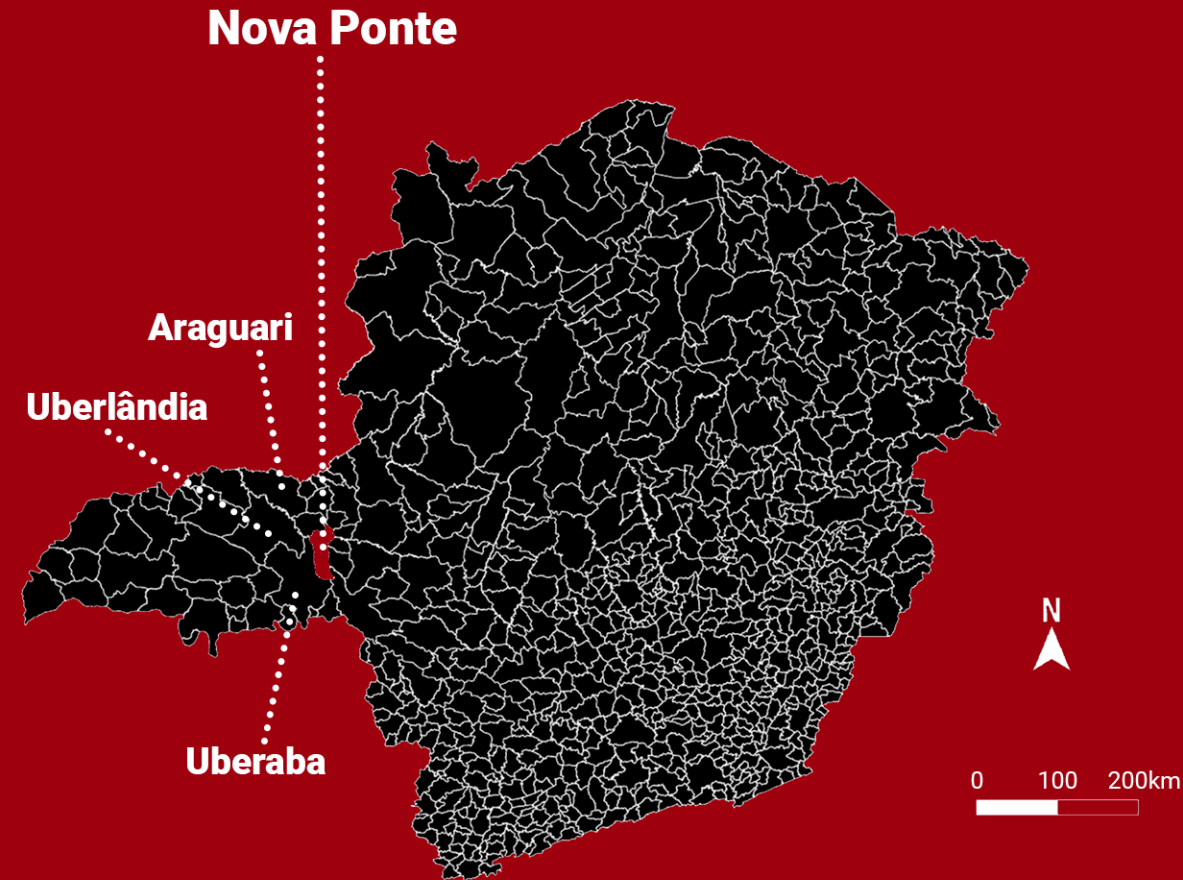
O trabalho toma como objeto de estudo Nova Ponte, uma pequena cidade localizada no Triângulo Mineiro que, em meados da década de 90, teve sua área urbana totalmente inundada pela construção de uma usina hidrelétrica, e sua população realocada para uma nova cidade, homônima, construída à três quilômetros da antiga.

Sendo assim, busca através do levantamento de questões sociais, econômicas, políticas e culturais, discutir o abrupto rompimento na história e memória do povo de Nova Ponte, que teve sua vida transformada em nome do progresso. E como nesse processo ficaram fissuras abertas na identidade e cotidiano social da nova cidade, na medida em que as relações afetivas, simbólicas e monumentais previamente construídas no território, através do acúmulo temporal e na repetição de tradições, foram alagadas.

Também é caro ao trabalho o entendimento de que os eventos vividos pelos nova-pontenses no final do milênio, foram seguidos por diversas transformações sociais, vividas globalmente, com a velocidade dos avanços tecnológicos e informacionais no pós Guerra Fria, trazendo diversas novas questões para o imaginário social.

E, por fim, se inclui nessa disputa de narrativas, memória, história e identidade, através de intervenções arquitetônicas nos arredores da praça central, intencionando se relacionar com o cotidiano da cidade e seus elementos urbanos. Visando para além de criar um espaço funcional, criar espacialidades que possibilitem a convivência pública coletiva, criando diferentes áreas que podem ser utilizadas ora com função designada, ora com liberdade de apropriação. Também é explorado o potencial dialógico conceitual da arquitetura através de uma exploração formal que se relaciona com a história desse povo e seu território.

Palavras-chave: Narrativa. Memória. Identidade. Território. Nova Ponte.





A elaboração do projeto passou pela análise dos momentos da história de Nova Ponte, dando especial relevância ao intercruzamento de narrativas dos sujeitos que a formavam, destruíram e a reestruturaram.





CIDADE VELHA

A origem de Nova Ponte está ligada às expedições para exploração do ouro a partir do século XVI e que deram início à conquista do território mineiro, sendo reconhecido como Capitania Independente de São Paulo em 1720. Em 1743 é fundado, no Sertão da Farinha Podre, o povoado de Desemboque e que funciona como polo de povoamento do Oeste de Minas, partindo daí expedições exploratórias que deram origem a Araxá, Uberaba, Sacramento e Patrocínio, dentre outros arraiais. Separado do território mineiro a partir de 1744 e anexado à Capitania de Goiás, o Triângulo Mineiro começa a se destacar pela abundância de recursos minerais, principalmente ouro e diamante, e também pela próspera criação de gado bovino. Ao longo das estradas que cortavam o Sertão da Farinha Podre, se formam povoados compostos de capelas rodeadas por casas muito pequenas, maioria cobertas de sapé. Em 1816 o Triângulo é reincorporado a Minas por D. João VI, e várias dessas sesmarias são distribuídas, aumentando o número de povoados adequados não só à exploração mineral, mas também tendo a função de servir de pouso para tropas de gado vindas de Goiás rumo ao Noroeste Paulista. Dois destes povoados, situados às margens da Estrada da Boiadeira e separados pelo rio das Velhas (atual rio Araguari), deram origem à cidade de Nova Ponte: São Miguel e São Sebastião (BRANDÃO, 1997).

Para facilitar a travessia do rio, Antônio José da Silva Fernandes construiu a primeira ponte de madeira, cobrando

pedágios segundo a concessão que lhe foi dada em 1858 pelo presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro Campos. Na mesma época os proprietários da Fazenda da Cachoeira, Antônio Luciano de Resende e Manoel Pires de Miranda, doaram parte de suas terras para que à beira da Estrada da Boiadeira, fosse consolidado o povoado de São Miguel da Ponte Nova em torno da Capela de São Miguel Arcanjo, situada no mesmo local da futura igreja Matriz de São Miguel. Em 1872, o povoado é elevado a distrito de Sacramento e, em 1884, é reconhecido como freguesia. No final do século XIX a antiga capela deu lugar a uma nova edificação, ao lado da qual foi instalado um cemitério. Em 1904 a ponte foi destruída por uma enchente, e até 1908, quando foi reconstruída, as travessias eram realizadas em caixotes de madeira suspensos por cabos amarrados nas extremidades. A nova ponte, toda de estrutura metálica importada da França, foi executada por um engenheiro residente em Ouro Preto. E no mesmo ano a Igreja recebe duas torres tornando-se mais imponente e acompanhando o crescimento econômico da região (BRANDÃO, 1997).

Do outro lado do rio, ao longo da Estrada da Boiadeira, também surge, de maneira espontânea, o casario que rodeia a capela de São Sebastião, feita de madeira coberta com folhas de babaçu e com uma imagem do santo buscada no Rio de Janeiro por seu construtor, o farmacêutico Antônio José da Silva Fernandes Filho. Em 1888 o povoado é reconhecido

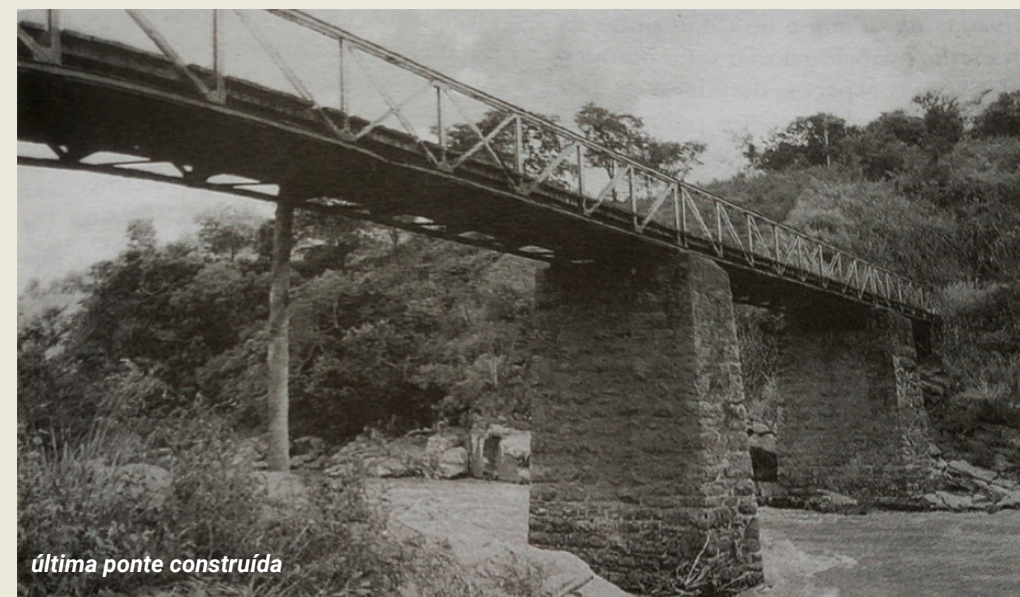
como distrito do município de Carmo da Bagagem (atual Monte Carmelo). Em 1890 São Sebastião da Ponte Nova é anexado a São Miguel, passando ao domínio de Sacramento (BRANDÃO, 1997).

Em 1923 o nome do distrito é mudado para Nova Ponte, em resposta às manifestações nas décadas de 20 e 30, seja por sua autonomia, ou seja, por desvincilhar-se dos vínculos administrativos que mantinha com Sacramento, apesar dos fortíssimos laços econômicos desenvolvidos com Uberaba, conhecida como “capital”. Nas décadas de 30 e 40, com o incremento da produção de arroz e fumo, a economia do distrito se desenvolve relativamente, sendo então construídos uma nova igreja, um grupo escolar e novas casas (BRANDÃO, 1997).

Em 1938, por decisão do Presidente da República, Getúlio Vargas, às vésperas de uma redivisão do quadro territorial do país, o Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro, emancipa o distrito de Nova Ponte, elevado a categoria de município. Nomeado por Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, Octávio Veiga assume a prefeitura em 1º de janeiro de 1939 e dá início às primeiras melhorias urbanas, pavimentação de vias e delimitação de quadras, mudando o aspecto da cidade. A Igreja Matriz de São Miguel recebeu nova fachada com a retirada das torres e a transferência do sino para uma casa ao lado da igreja, ficando conhecida como “a casa do sino”. Uma ponte de madeira foi construída sobre o córrego de Barros, passando a unir a Praça da Matriz e o bairro

do Gravatá, onde se encontrava a Capela de Nossa Senhora do Rosário e o Cemitério de São Miguel (BRANDÃO, 1997).

A ponte desaba novamente em 1º de abril de 1950, e parte da sua estrutura metálica foi substituída por concreto, material julgado mais apto a suportar o peso das cargas ali trafegadas. Visando liberar a área junto à Igreja Matriz para o convívio da comunidade, a Estrada da Boiadeira foi deslocada da praça central para a periferia. A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi reconstruída em 1952, depois a Igreja de São Sebastião, concluída em 1955, e a Matriz de São Miguel, em 1962. Paralelamente a essas obras as principais vias públicas foram calçadas e ampliou-se a capacidade da Usina do Brejão, ampliando os serviços de iluminação pública até São Sebastião. A prática de esportes na praça da Matriz e no campo



última ponte construída

de futebol na região do Resfriado (onde depois se situou, na década de 60, a Cerâmica São Miguel), o cinema Para Todos, e os piqueniques no rio Araguari, próximo ao “Salto”, eram as principais atividades de lazer da população nova-pontense, durante a década de 50 (BRANDÃO, 1997).

No início dos anos 60, a cidade foi equipada com serviço telefônico e de televisão e foram iniciados o ajardinamento de praças e arborização das ruas. A prefeitura e a Câmara Municipal foram definitivamente instaladas na única edificação de dois andares existente na área urbana. A assistência social foi ampliada, por responsabilidade do padre Panfílio Van den Bröeck, com a criação de um pequeno hospital e da Vila São Vicente, abrigo para idosos desamparados. Em 1963, um ano depois da instalação do ensino médio na cidade, foi realizada a “Semana da Comunidade”, sendo considerada um marco cultural em Nova Ponte, pois apresentou aos cidadãos conhecimentos de sua própria história, através de debates, conferências, exposições e desfiles. Os processos político, administrativo, econômico, educacional, cultural e social da cidade desde os seus primórdios foram registrados no “Livro da Comunidade”. Possibilitando que fossem relatados, compreendidos e divulgados, originando o primeiro trabalho interessado em resgatar a memória histórica daquela comunidade (BRANDÃO, 1997).

Na década de 70, a área posterior à Matriz é loteada, surgindo novas edificações que alteram a paisagem urbana.

Quanto à educação, ampliam-se os cursos noturnos de alfabetização e, em 1978, é instalada a Biblioteca Pública Municipal. O Terminal Rodoviário é construído em 1985 e também é implantada a Santa Casa de Misericórdia. A partir daí, com o início da construção da usina hidrelétrica, Nova Ponte começa a viver um período de transição e incertezas (BRANDÃO, 1997).

Cada vez mais consolidada como cidade e conquistando uma melhor definição espacial e social, Nova Ponte foi obrigada a conscientizar-se dos seus valores e tradições e amadurecer-se politicamente diante dos desafios de sua realocação que se aproximava. Na medida em que esse processo vai sendo entendido pelos moradores, todos os lugares tornam-se lugares de valor, uma cidade envolta em lembranças e significações. Talvez a cidade nunca tivesse pensado tanto sobre si própria como nesse momento em que passou a contracenar com entidades externas, principalmente a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais).

Às vésperas de seu futuro incerto, em meados dos anos 80, Nova Ponte era uma cidade com o olhar imerso em seu passado, sua história, visando construir no presente uma ponte que unisse os dois tempos através de entendimentos, negociações e disputas acerca do projeto e construção da futura cidade, visando não perder as conquistas obtidas na sua história, mas também os desejos que ainda aguardavam suas possibilidades de realização.

1858

_Construída a primeira ponte
sob o rio Araguari
_Formado o povoado de
São Miguel da Ponte Nova

1890

_São Sebastião da Ponte Nova
é anexado a São Miguel

1938

_O distrito de Nova Ponte é
elevado à categoria de município

1908

_Inaugurada uma nova ponte
de estrutura metálica

1888

_Formado o povoado de
São Sebastião da Ponte Nova

1923

_O nome do distrito é
mudado para Nova Ponte

1904

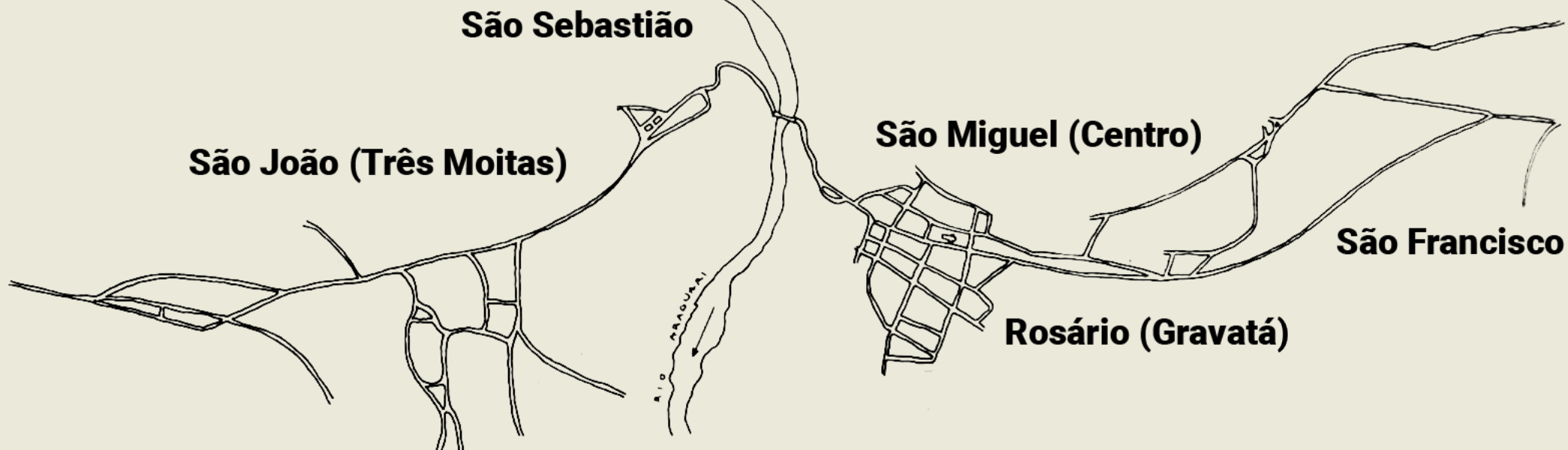
_A ponte é destruída
por uma enchente

1950

_A ponte desaba novamente
e parte de sua estrutura é
substituída por concreto

A velha cidade de Nova Ponte contava com aproximadamente 3 mil e 500 habitantes e era dividida pelo rio Araguari em dois subdistritos. De um lado do rio, os bairros São Miguel (Centro), Nossa Senhora do Rosário (Gravatá) e São Francisco (Morro da Pedra) formavam o subdistrito de São Miguel. Do outro, os barros São Sebastião e São João (Três Moitas) formavam o subdistrito de São Sebastião.

Os lotes do subdistrito de São Miguel tinham, em média, 1.000 m², o que não é muito se comparado aos do subdistrito de São Sebastião, tendo alguns com até mais de 4.000 m². Havia nas casas da cidade muito de fazenda. Os quintais tinham lugar para galinheiro, chiqueiro, horta, pomar, lugar para lavar e estender roupa, lugar para as crianças brincarem, lugar para as conversas de família, lugar para receber os amigos e parentes. (PENNA, 1997)



“Não é apenas o que em uma cidade há de antigo e “consagrado” que tem significação para seus habitantes. Suas casas, seus locais de trabalho, as ruas onde moram ou por onde costumam passar, as esquinas dos encontros, os bares favoritos, os armazéns dos quais são fregueses... são espaços que também valorizam. Suas lembranças também se atam a esses espaços cotidianos; é também através da evocação desses espaços – com os quais e nos quais convivem diariamente – que sua história pode ser contada e compartilhada e sua memória, mantida.” (PENNA, 1997, p.79)

Em Nova Ponte havia algo muito típico de cidades pequenas, as pessoas não eram só mais uma em meio a outros, o nome tinha importância e servia até mesmo como referência espacial na cidade como apontado no depoimento da Sr.^a Olíria Maria de Jesus:

“As ruas tinham o nome era do morador. Não é como tem hoje: Rua Olímpio de Góis, Rua Sacramento ... desse jeito, não é? Onde morava aquela família, era a rua dela. Como lá no Pedro Borges era Rua do Pedro Borges. Lá naquela rua de baixo era Rua do Mané Abadio. E por aí ia ... Rua Fulano de Tal ... Tinha o José Macena, que era um vendeiro. Quando eles iam falar: - ‘Onde fica isso?’. Lá na Rua do José Macena. Aí você logo sabia, viu?” (PENNA, 1997, p.83)

A Rua do Seu Abílio, segundo José Randolfo Pontes (PENNA, 1997, p.83), era chamada assim porque “o povo sabia que a rua era dele”, para outros, a “Rua da Prefeitura”, para outros, a “rua das árvores”, pois nela se localizava a Prefeitura de Nova Ponte e era a única rua arborizada em São Miguel. A

prefeitura, as árvores e Seu Abílio eram alguns dos “donos” da Rua Olímpio de Góis e, mais do que atribuir um nome, isso lhe atribuía uma identidade, qualificam-na. São, assim como era a casa do Seu Abílio, referências que orientavam os novapontenses no seu andar pela cidade, e assim como tantas outras referências, constituíam e reconstituíam a imagem de Nova Ponte que por eles construída e usufruída no seu dia-a-dia, era matéria-prima de suas memórias.

Aqueles que caminhavam pela cidade tinham de se refugiar debaixo de sombrinhas ou chapéus já que não eram muitas as árvores frondosas em Nova Ponte, e isso fazia com que se acostumassem não só a alongar sua permanência nos estabelecimentos que visitavam, como também a “dar uma paradinha” sob alguma sombra para descansar do sol. (PENNA, 1997)

“Aqui nada é longe, não. O sol é que faz ser longe.” (Sirlei Moreira)(PENNA, 1997, p.85)



E não era somente para aproveitar o frescor da sombra que os moradores de Nova Ponte assim faziam. Das calçadas, eles podiam ver a rua, podiam assistir à movimentação das pessoas na rua. Estar do lado de fora da casa era estar sujeito aos encontros com vizinhos, amigos e conhecidos que “passavam”. A sombra favorecia esses encontros.

“Quando sobra um tempozinho, a gente fica sentada na porta de casa. A família está toda junta, vêm os vizinhos, sentam ali. É por causa do calor que de tarde a gente senta. Fica difícil ficar dentro de casa, o serviço está quase acabado, a gente vai procurar sombra” (Adelícia Rosa da Silva) (PENNA, 1997, p.86)

“Fico nos banquinhos sempre. Passam uns conhecidos, a gente bate um papo. São vizinhos, gente de outros bairros. A coisa boa da rua é que passa um amigo da gente, a gente bate um papo.” (Décio Inácio da Silva) (PENNA, 1997, p.86)



Pela cidade eram observados seus personagens, com suas conhecidas histórias: o apanhador de lixo da Prefeitura, Seu Manoel Cecílio de Oliveira, com a vassoura de palha, Seu Manoel Messias Barbosa, o Neném Cabrito, que em substituição a seu Isabadi e sua carroça, distribuía leite caipira no seu Corcel azul, e o incógnito vendedor ambulante de galinhas, todos estes personagens, urbanos ou rurais, tinham lugar em Nova Ponte, todos pertenciam à cidade tanto quanto a cidade pertencia a eles (CREMA, 2005).

“aqui todo mundo é parente” (BRANDÃO, 1997, p.21)

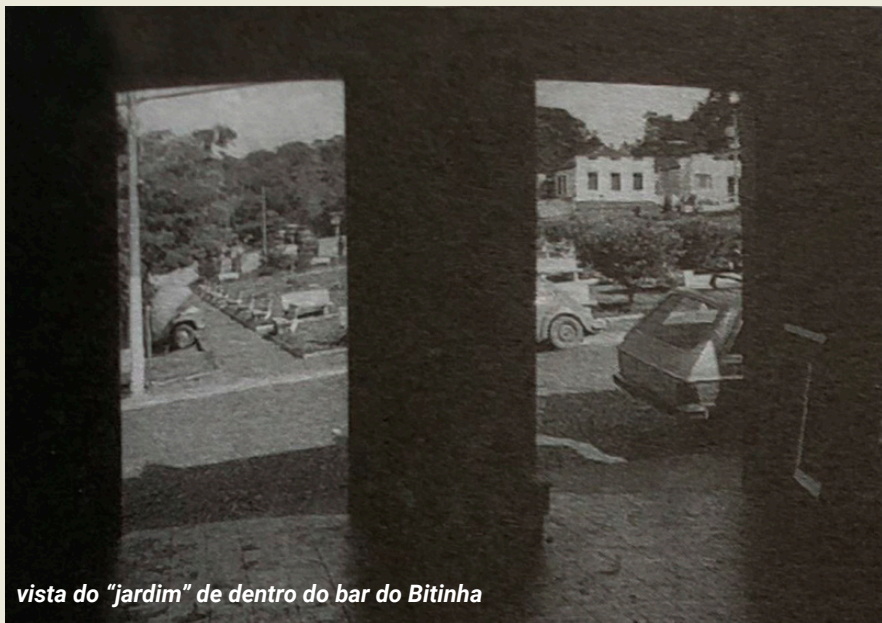
“aqui todo mundo é conhecido” (BRANDÃO, 1997, p.21)

Na cidade antiga, poucas casas eram muradas, os seus moradores avistavam dos quintais a rua e vice-versa. As “salas de estar” ultrapassavam as calçadas, os estabelecimentos comerciais e as praças. Algo marcante dessa relação eram os banquinhos, utilizados para as “palestras” no fim de tarde, podendo ser encontrado facilmente pelas calçadas, nas soleiras das residências e nas “salas de estar” dos estabelecimentos comerciais (CREMA, 2005).

Vários estabelecimentos comerciais da cidade possuíam banquinhos onde as pessoas podiam parar para “tomar um golinho de cachaça”, “comer um tira-gosto” e “palestrar”. Essa era uma característica comum aos estabelecimentos

comerciais de Nova Ponte. Na maioria de seus armazéns, bares e farmácias havia uma “sala de estar”, isto é, duas ou três cadeiras onde o freguês pode descansar da caminhada, abrigar-se do sol quente, ver o movimento e “palestrar” (PENNA, 1997).

Mesmo naqueles estabelecimentos onde não havia uma “sala de estar” era raro que a compra se restringisse ao ato de comprar. Assim como o “ir às compras” criava a possibilidade de encontrar alguém pelo caminho, o nova-pontense costumava frequentar os estabelecimentos comerciais apenas para estar ali, se colocando disponível aos encontros (PENNA, 1997). Fosse na sombra, nas “salas de estar”, nas calçadas ou nos estabelecimentos comerciais, havia essa predisposição do nova-pontense para estes encontros espontâneos.



Enquanto das lojas, dos armazéns ou dos bares, fregueses, proprietários e funcionários espiavam o vai-e-vem das pessoas pelas ruas, as janelas, as soleiras das portas e as calçadas sombreadas também se enchiam de “observadores de movimento” e eles próprios, com sua presença, contribuíam para tornar as ruas mais atrativas. Os demais simplesmente caminhavam, olhavam e eram olhados, realizavam pequenas compras, paravam para conversar na medida em que lhes fosse conveniente e assim punham em dia as notícias. (PENNA, 1997)

Os estabelecimentos comerciais em Nova Ponte eram, em sua maioria, chamados pelos nomes de seus proprietários e até mesmo por seus apelidos. Assim, “ir lá no Reginaldo” era o mesmo que ir à Casa Santos e “ir no Seu Preto”, o mesmo que ir ao Armazém Caldeira. Poucos eram os estabelecimentos que possuíam letreiros ou qualquer outra indicação de seu nome. No conhecido Bar do Bitinha, havia um luminoso com o nome do bar na fachada. Sua função era mais a de chamar a atenção para o bar do que a de identificá-lo (BRANDÃO, 1997).

No entanto, em alguns depoimentos o Bar do Bitinha aparece denominado Bar do Zé Roxinha. José Inácio da Silva, o Zé Roxinha, era o verdadeiro proprietário do imóvel, mas não era esse o motivo da denominação. O Bar do Bitinha era também conhecido como Bar do Zé Roxinha porque o Zé Roxinha tomou conta do bar por muitos anos antes de alugá-lo. Na medida em que chamava o bar pelo seu antigo nome, o nova-pontense

expressava que na cidade não se havia perdido as referências espaciais de sua história, o Bar do Zé Roxinha continuava “de pé” no Bar do Bitinha (BRANDÃO, 1997). Essas referências de diferentes temporalidades evocadas no cotidiano sustentam a memória assim como podemos observar na fala de Alcília Duarte Penna:

“O fato de na mesma construção do Bar do Geraldo ter funcionado a Pensão dos Borges ou de na Droganova ter sido a loja do Seu Isaac Jorge e a Farmácia do Seu Jurandir Cordeiro, ou, ainda, de na Móveis Pena ter funcionado o Bar do Nereston; na loja do Seu Getúlio, a do Seu Leopoldo Borges e no Armazém do Ozar, o cinema de Seu José Verri; o fato de alguns pontos de encontro de antigamente resistirem no tempo como pontos de encontro, embora com novas funções, sustenta a memória do nova-pontense. A sua memória está guardada na cidade, nas pedras que permanecem e nos hábitos que encontram lugar onde se fixarem. É também por terem sido o que foram, além de serem o que são que estes bares, armazéns, farmácias e lojas são aqui resgatados. A sua importância para aqueles que moram em Nova Ponte vem do passado e se instala num presente diário, no uso coletivo e cotidiano – na apropriação de seus espaços. O exercício da memória do nova-pontense não é um exercício exclusivamente nostálgico: o saber de Seu José Randolpho Pontes, Seu Sebastião Soares, Seu Antônio Gonçalves e tantos outros ainda encontra vestígios onde se apoiar. Os lugares de Nova Ponte também relatam fatos memoráveis, os lugares são também memoriais.” (PENNA, 1997, p.93)



caminho que ligava as duas partes da cidade, com igreja São Miguel ao fundo

Haviam outros elementos que, por sua localização, verticalidade ou dimensões, destacavam-se na paisagem urbana, atraindo olhares servindo de referência para aqueles que caminhavam pela cidade. Eram as chaminés da Cerâmica, a torre da Igreja Matriz de São Miguel, o Cemitério do Rosário, o Cemitério de São João e a torre da Igreja de São Sebastião, que podiam ser vistos de vários pontos dos bairros de Nova Ponte (PENNA, 1997).

A Cerâmica era também uma referência de tempo, pois sua sirene, que informava aos trabalhadores o horário de trabalho, podia ser ouvida por toda a cidade. Dessa forma o movimento nas ruas da cidade durante os dias de semana também era coordenado pelos horários que a sirene tocava. Pela manhã, a maioria dos trabalhadores estava na roça, fora

do perímetro urbano. Apenas aqueles que trabalhavam na cidade circulam por suas ruas. No fim da tarde tarde, entre cinco e seis horas, quando estes trabalhadores estavam de volta, a cidade “fervia”, conforme conta Bernadina Palmiéri (PENNA, 1997, p.96): *“Meu povo senta aqui no banco para ver o movimento. Vira uma fervura isso aqui depois das quatro horas”*. Mesmo aqueles que trabalhavam na cidade costumavam acordar cedo, almoçar entre dez e onze horas e encerrar as suas atividades profissionais entre cinco e seis horas da tarde (PENNA, 1997).

O centro, como era conhecido popularmente o Bairro São Miguel, era o lugar em que se concentrava o comércio. Era para onde todos se direcionavam, era onde estava o chamado “jardim” (Praça São Miguel) com seus banquinhos em que se assentavam as pessoas para “palestrar” depois das cinco horas da tarde. Depois do horário do jornal na televisão, a “velha guarda” de Nova Ponte se reunia na praça, em seus bancos de costume na praça (CREMA, 2005).

“Tem um ponto onde eu sempre fico, um banco, o primeiro à esquerda, em frente ao cartório. Eu gosto de lá porque naquela casa funcionou o fórum. O meu serviço ainda é ali”. (Morse Caetano)(CREMA, 2005, p.25)

“A praça mesmo da igreja é o lugar mais importante da cidade. Os meninos jogam bola lá. O povo todo vai lá”. (Olíria Maria de Jesus)(CREMA, 2005, p.25)

“O jardim é a paisagem de uma vida inteira. Nele cabem todas as intenções: o brinquedo, a paquera, o namoro, o ‘ver o movimento’, o descanso, a palestra... A localização da praça, envolvida por eventos - a missa, o movimento na rua principal - possibilita e favorece as mais diversas apropriações de seu espaço. O gramado é campo de futebol; o adro, pista de bicicleta e salão de encontros; o guarda-corpo da escadaria, escoregador. Os bancos são ao mesmo tempo sofás: lugar de namoro, descanso e conversa; janelas, lugar de onde se observa a rua e se cumprimenta quem por ela passa, e esquinas, lugar de encontro. A praça é casa, quintal e rua.” (BRANDÃO, 1997, p.97)



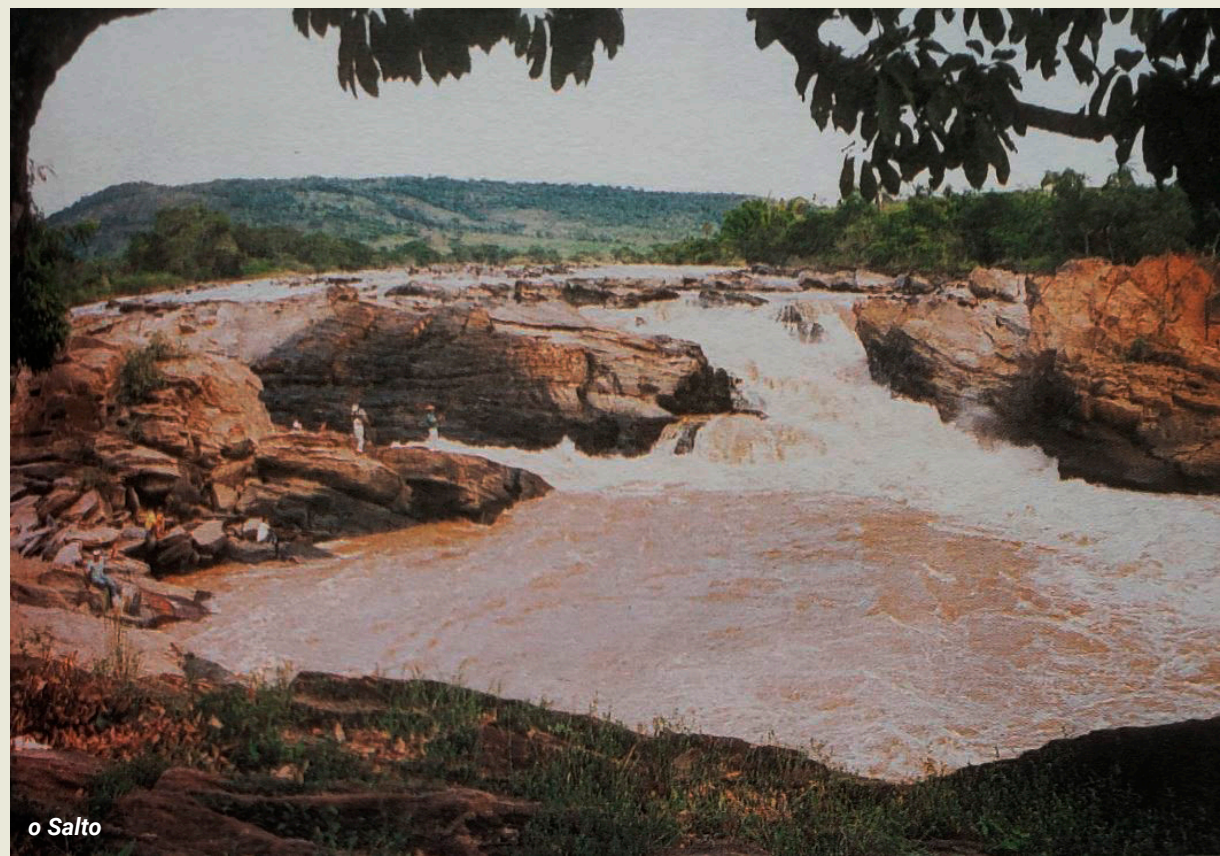
vista aérea da praça da Igreja Matriz, o “jardim”

Mas talvez a maior paixão dos moradores de Nova Ponte fosse o rio. Foi o rio que motivou a formação da cidade, de lá muitos tiraram seu sustento entre pedras preciosas e peixes, e era lá também que o nova-pontense pescava apenas por prazer e fazia piqueniques às suas margens. Assim como a praça São Miguel o rio era a paisagem de uma vida inteira, espaço de construção de afetos e memórias e mais do que a praça, o rio foi literalmente a paisagem de toda a vida da cidade de Nova Ponte, e também do seu fim.

“Aquilo lá é minha paixão. Ele vai acabar. Nós, não. Nós, aqui, não. Nós fazemos outra casa, outra igreja. O rio, o Salto, não, nós não fazemos outro.” (Décio Inácio da Silva) (PENNA, 199, p.121)

“[...] era engraçado, era uma cidade assim desconcertada mais era um lugar bonito, era um lugar bonito. O lugar que o povo mais ia, era uma festa, era o Salto. Quando o rio enchia passava por riba da ponte, isso aí que era uma festa, o povo cê olhava assim, o povo tava tudo lá na beirada do rio, olhando o rio sabe, era a coisa mais bonita que tinha. Um dia começou a encher e a ponte tava por baixo d’água assim, inda passei na ponte ainda, ponte tava e eu passei, mais ali eu tenho saudade da cidade velha até hoje.” (Sr. José Custódio)(INÁCIO, 2014, p.165)

A ponte também constituía uma das principais referências do cotidiano da cidade e sua história. Mais do que um encontro de caminhos ou meio de atravessar o rio, a travessia do rio naquele ponto era investida de um sentido histórico que remonta ao nascimento da cidade. Esse “atravessar”, era ao mesmo tempo o ato de transpor o que separa o “de lá” do “de cá” e a explicitação da distinção do “lá” e “cá”, sendo assim um exercício de memória (PENNA, 1997).



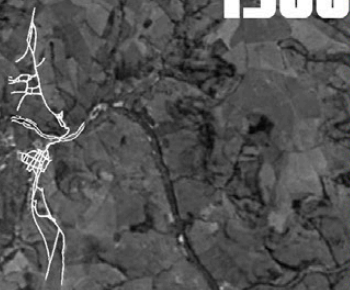
o Salto

A REALOCAÇÃO^N

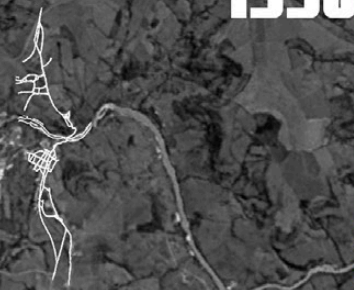
1984



1988



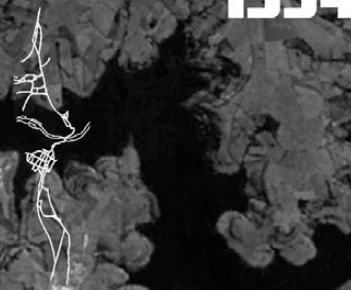
1990



1993



1994



A construção de uma usina hidrelétrica se enquadra na categoria dos “grandes projetos”, categoria que é utilizada por cientistas sociais de diferentes áreas para indicar a mobilização de volumosos recursos financeiros, tecnológicos e humanos por parte de grupos econômicos nacionais e internacionais de grande porte, normalmente coordenados pelo Estado, ligados ao crescimento econômico e à ocupação territorial, e que produzem grande impacto nas esferas local, regional e nacional. É a expressão do processo de modernização levado às últimas consequências (CREMA, 2005).

A criação da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas do Brasil), no início da década de 1960, foi um marco importante no aumento do aproveitamento da energia produzida em hidrelétricas, dando início ao intenso aproveitamento dos bens hídricos a partir daí, materializado em grandes obras. Volumosos recursos financeiros necessários às obras passaram a ser captados no país e através de empréstimos internacionais, sendo repassados para a construção de hidrelétricas em diversas regiões do país. Na década de 1950 foram inventariadas diversas bacias hidrográficas com a intenção de elaborar projetos para exploração de seu potencial energético. Dessa maneira a produção hidrelétrica no país cresceu substancialmente (DA SILVA, 2017).

Segundo dados do Banco Mundial, a cada ano cerca de quatro milhões de pessoas são expulsas pela implantação de grandes barragens, o que provoca êxodo e aumento de

desemprego e miséria urbana. Para os responsáveis pelos projetos, a migração gerada é entendida apenas como mudar de um espaço para outro, uma simples realocação, mas para o morador, migrar é muito mais que isso, seu território é repleto de significados que dão sentido à sua vida. E esse território socialmente construído não é considerado e muito menos indenizado pelo setor elétrico (DA SILVA, 2017).

Velhos artigos de jornais da região já haviam registrado na década de 30 um estudo do governo federal em que constava o aproveitamento do rio Araguari, no Triângulo Mineiro, como fonte de energia e se discutia a transferência da cidade de Nova Ponte para um local mais alto (CREMA, 2005). A partir daí já rodavam rumores pela região temendo essa possibilidade. Porém apenas em 1964 foram realizados os primeiros estudos de viabilidade da obra, feitos pela Canambra Engineering Consultants Limited, grupo de consultoria que era resultado de um acordo entre a ONU (Organização das Nações Unidas) e CEMIG, assim como da parceria entre Canadá, Brasil e Estados Unidos, ficou a tarefa de realizar estudos acerca do potencial energético de Minas Gerais e região Centro-Sul do País. Desses estudos foi revelado o potencial do rio Araguari, com a possibilidade de aproveitamento total de sua capacidade com o projeto de nada menos do que quatro usinas hidrelétricas, das quais três formariam um sistema de geração interligado. Em 1965, através do acordo entre ONU e CEMIG, foram realizados os projetos das usinas de Nova Ponte,

Miranda e Capim Branco, que funcionando concomitante proveriam energia para parte substancial da região sudeste, contribuindo na industrialização do país (DA SILVA, 2017).

Depois de estudada a capacidade de aproveitamento energético da bacia do rio Araguari, todo o cenário do rio haveria de sofrer profundas alterações nas próximas décadas. Após firmado contrato com a CEMIG em 1970, a empresa Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda. ficou responsável pelos estudos de viabilidade técnico-econômica da usina hidrelétrica de Nova Ponte. Em setembro desse mesmo ano, a Hidroservice apresentou os resultados no relatório de Estudo de Viabilidade Técnico-econômica do Aproveitamento Hidrelétrico de Nova Ponte. O decreto 76.006 de 23.07.75 autorizou à CEMIG o aproveitamento da energia hidráulica ali disponível e, por exigência do decreto, em 1976, o relatório intitulado Projeto Definitivo da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte é enviado ao Departamento Nacional de Águas e Energia. Em fevereiro de 1985 a CEMIG encaminhou uma versão revisada do relatório é encaminhada ao Departamento Nacional de Águas e Energia, constando novos estudos e justificativas. Dentre esses estudos adicionais que foram realizados, apenas um indicava uma possibilidade de que a área urbana de Nova Ponte não fosse atingida na formação do reservatório. Porém, segundo os estudos, essa solução diminuiria o potencial energético da hidrelétrica e além disso aumentaria consideravelmente os custos do empreendimento (DA SILVA, 2017).

A relação custo/benefício da hidrelétrica de Nova Ponte encontra-se no RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) de 1987, onde é justificado que sua construção exatamente naquele lugar, estando a montante de outras usinas construídas, ou em fase de projeto, permitiria um enorme ganho energético em todo o sistema sudeste através da regularização das águas de reservatórios de outras usinas, de Nova Ponte até Itaipu, passando por Itumbiara (FURNAS), Cachoeira Dourada (CELG) e São Simão (CEMIG) no rio Paranaíba, e Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera (CESP), Ilha Grande (ELETROBRÁS), todas no Rio Paraná. (DA SILVA, 2017) Construída pela CEMIG, esta obra se tornava a 3ª usina em produção de energia elétrica no Estado, e com ela a CEMIG somava um total de 41 usinas hidrelétricas, tornando-se uma das maiores redes da América Latina (DA SILVA, 2009).

Embora a construção da usina tenha se dado entre o final dos anos 80 até meados dos anos 90, é necessário compreender o fato de que a cidade já havia passado por outras grandes transformações, notadamente a modernização da agricultura pelo pioneirismo da fazenda Caxuana dentre outras empresas agrícolas, responsáveis por uma mudança marcante no modo de vida das pessoas ao iniciar uma nova relação de trabalho no município, o boia-fria. (DA SILVA, 2009) A fazenda Caxuana sempre foi vista pelo nova-pontense como progresso, porque “temos trabalho e temos salário”, pois passou a predominar a relação do trabalho assalariado no campo. O Progresso em Nova Ponte era percebido como um

processo contínuo de modernização do espaço rural-urbano, parecendo revelar o começo de uma nova era (DA SILVA, 2009). A modernização da agricultura aliada ao aproveitamento energético do rio Araguari parecia evidenciar a progresso econômico, mas progresso econômico de quem?

Nova Ponte, até então, era uma pacata cidadezinha, resguardando em seu interior as alegrias das relações de vizinhança onde todos conheciam a todos, seus costumes e festas locais. E essa relação foi drasticamente atingida com a reorganização de seu universo cotidiano onde se expressava sua identidade. Agora o nova-pontense passava a conviver diariamente com a chegada dos trabalhadores migrantes direcionados para o trabalho de construção da usina, que simplesmente reafirmavam por sua presença o fim próximo da cidade.

Para a CEMIG foi mais fácil chegar com a notícia de que seria construída uma barragem naquele lugar, do que anunciar uma vontade ou pretensão de construí-la. Essa postura teve a intenção de evitar com que a comunidade se reunisse para discutir e entender porque seria construída ali, justamente ali, essa grande obra. Ao mesmo tempo também pretendia evitar o entendimento de que talvez a energia produzida ali, não trouxesse benefícios à população que justificassem a transformação prescrita. Sendo a desinformação, ainda, “uma arma nas mãos de quem detém o poder” (DA SILVA, 2009).



Até mesmo a notícia de uma possível intervenção no lugar já criava inquietação entre os moradores devido a possibilidade de que pudessem ser obrigados a deixar seu espaço tradicional. Na medida em que percebiam o início dessas mudanças e não tinham sequer uma resposta acerca de seus destinos começaram a se mobilizar.

Dessa maneira, em 1986, foi formada a AMNP (Associação dos Moradores de Nova Ponte) tendo como local de seus encontros a Igreja Matriz da cidade, como forma dos “afogados” se unirem para obter maiores informações e uma justa indenização. Segundo Pe. Júnior:

“Em junho ou julho de 86, através dessa associação, iniciamos o trabalho de diálogo com a CEMIG. A primeira coisa que encontramos foi uma pressão muito grande por parte da CEMIG... que tinha acabado de executar a obra da usina de São Simão em Goiás, onde também construiu uma cidade: a cidade de São Simão. Nós imediatamente fomos a São Simão para vermos como era a construção das casas. Fomos, a comissão foi. Chegando lá, nos decepcionamos. As casas eram de pré-moldado, a casa parecia praticamente de papelão. Voltamos ainda mais conscientes, não queríamos aquele tipo de casa, aquele tipo de cidade, uma cidade de pré-moldado, uma cidade que parecia um conjunto de casas de bonecas, onde tudo era igual, onde ninguém teve a possibilidade de construir sua própria casa de acordo com sua vontade, seu sonho. Vimos claramente a invasão na vida daquele povo, uma agressão dentro da caminhada deles. É a mesma coisa que eu entrar

na sua casa e dizer: a partir de hoje esta casa é minha! E me apossar da casa. A CEMIG usou mais ou menos esse critério. Estamos falando da CEMIG e não do funcionário da CEMIG, falamos de todo um sistema. Então pedimos uma reunião com todos os representantes da CEMIG local e da secretaria de Belo Horizonte. Mandaram um advogado para fazer pressão, que procurou a liderança da associação, que já estava formada, e disse: ‘aqui quem manda somos nós, o governo vai fazer assim, e se vocês quiserem vai ser assim!’ Tomamos a decisão naquele momento que não seria como eles queriam”. (CREMA, 2005, p.100)

Com objetivo de minimizar impactos de caráter sócio-econômico-cultural, a Leme Engenharia, empresa contratada pela CEMIG para desenvolver o Projeto Executivo da obra, estabeleceu um convênio com a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais EA-UFMG, através de seu Departamento de Análise Crítica e Histórica, para a elaboração do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte a partir de março de 1987, em que foram feitos diversos levantamentos acerca da história, arquitetura, costumes e afetividades na cidade (BRANDÃO, 1997).

Em abril de 1987 foi iniciada a construção da usina hidrelétrica pela Leme Engenharia S/A, cujas terras necessárias para a execução da obra já haviam sido compradas pela CEMIG em 1986. Em 23 de junho de 1987 a CEMIG lançou a pedra fundamental da futura cidade, iniciando assim oficialmente as

obras da nova cidade de Nova Ponte. O evento foi presidido pelo então governador do estado, Newton Cardoso, e contou com a presença do presidente da CEMIG, Paulo Pedro de Almeida Cezarini, e seus diretores, além de deputados, lideranças políticas e prefeitos da região. A solenidade contou com a cobertura da imprensa local e regional, e também com a expressiva presença da maioria dos moradores de Nova Ponte. Cerca de duas mil pessoas aguardaram o governador e sua comitiva no local, onde hoje está a Praça da Igreja de São Miguel. Em seu discurso, Newton Cardoso declarou que “sem promessas, eu trago para esta cidade empregos e a garantia de progresso constante” e enfatizou que a usina de Nova Ponte garantiria a energia necessária para o crescimento de Minas Gerais, além de evitar que o Estado sofresse com racionamentos de energia semelhantes ao que ocorreram no nordeste do país (CREMA, 2005).

Mais tarde no mesmo ano, foi realizada uma grande movimentação pública e que para muitos marcou a morte da cidade de Nova Ponte. Aproximadamente 5 mil pessoas se reuniram na velha cidade e caminharam até a cidade nova, área onde estava fixada a pedra fundamental. A multidão realizou o trajeto enquanto carregava uma cruz de madeira com aproximadamente três metros, e que foi fixada frente a pedra fundamental e ainda hoje se encontra na praça. Pe. Júnior, um dos organizadores do evento, relata:

“Reunimos pastores, padres de todas as igrejas, fizemos uma caminhada e entramos na cidade com uma grande cruz carregada pelo povo, o que emocionou muita gente. Aquele momento foi muito forte, pois era a vida de uma comunidade e nós celebramos ali, aos olhos da CEMIG que veio por representante de fora e ficou à distância do povo. Outro momento muito importante foi a saída da cidade velha. Eu me emociono! É bom ver o povo fortalecido, fazendo história. A história é algo que muda quando há força de participação e conscientização, independente de religião, classe social e tudo o mais. Tudo pode ser transformado. No começo dessa história o povo, na maioria muito simples, só pensava em si. Esse mesmo povo entendeu o processo, participou dele e passou a decidir em conjunto. A saída da velha cidade para a nova cidade emocionou a todos, pois de certa forma, a vida daquele povo estava enterrada ali”. (CREMA, 2005, p.158)

Em maio de 1988, é realizado outro evento político, contando novamente com a presença do Governador do Estado, onde uma bomba é detonada, reiterando a inevitabilidade das transformações na história de Nova Ponte e seus moradores. Com esse gesto o rio foi desviado do seu leito normal, dando continuidade à construção da usina, porém servindo como evento inaugural (CREMA, 2005). Esse momento, marcado pela detonação da bomba e consequente desvio do rio, foi assistido por diversos moradores e assim reafirmava a materialização da barragem, que se tornava fato, e levava a crença que uma vez autorizado e iniciado o processo se torna irreversível. E a



início das obras da UHE - Nova Ponte, 1988

tecnologia, traduzida em bombas ensurdecadoras e máquinas pesadas, utilizadas como instrumentos simbólicos ajuda a construir o imaginário de que, diante da tecnologia somos meros instrumentos manipulados a mercê de forças políticas coniventes (DA SILVA, 2009).

Ainda sem obter informações sobre os pagamentos das indenizações aos proprietários dos imóveis nas áreas inundáveis, lideranças dessas cidades se uniram e fundaram a ARPA (Associação de Prefeituras, Proprietários Rurais e Sindicatos dos vales dos rios Quebra-anzol e Araguari) em 1988. O ex-prefeito de Pedrinópolis, Antônio José Gondim, então secretário executivo da ARPA, levantou a questão do direcionamento da energia produzida na hidrelétrica, segundo ele:

“A nossa região não terá lucros, com a barragem, devido termos energia suficiente para o próprio abastecimento. Teremos nossas terras inundadas, nossa produção diminuída, acarretando uma queda drástica no recolhimento do ICM destes cinco municípios, para que o Governo venda, e barato, a energia que será produzida aqui. Em resumo, estes municípios estão subsidiando a industrialização de São Paulo, Rio e Nordeste. Com a inundação das áreas cultivadas, o município perde em arrecadação e aumento do êxodo rural”. Também afirmava que caso houvesse um plebiscito na região, os votos contrários à construção da barragem seriam 99% do total: “Ninguém quer, nem autoridade, nem população. Mas a obra está sendo construída, à revelia de nossa vontade” (CREMA, 2005, p.85)

Mesmo as obras da barragem estando adiantadas a construção da nova cidade ainda estava em discussão. Segundo declaração de funcionários da CEMIG, não havia viabilidade financeira, sendo mais fácil pagar indenização para as famílias e direcioná-las para cidades vizinhas como Uberaba e Uberlândia. Segundo o Padre:

“A primeira coisa que fizemos, então, foi reunirmos a comunidade, fizemos uma grande assembleia, abrimos mais o leque para a participação dos prefeitos, dos vereadores e as autoridades de outros municípios que também seriam inundados com a construção da barragem. A partir daí a coisa melhorou! As reuniões passaram a ser nas prefeituras de toda a região, com todas as lideranças e a nossa associação. A

coisa tomou corpo. Quando já tínhamos o terreno da cidade, começamos a lutar para que nos mostrassem como seria o projeto da cidade.” (CREMA, 2005, p.101)

Um momento que gerou muito alarde por toda imprensa local e regional, sendo inclusive televisionado na filial local da Rede Globo, foi quando a AMNP, sob a coordenação do Pe. Júnior, a partir da ideia de um jornalista local resolveu mobilizar forças para paralisar as obras da barragem e assim deram início ao **“Movimento SOS Nova Ponte - não deixe Nova Ponte desaparecer, a cidade dos afogados precisa vencer”**. Pe. Júnior relata:

“Eranosso grito de guerra, então isso foi importante, pois chamou a atenção. Eu subi num guindaste que fica a quase 300 metros acima da terra, para paralisamos a obra. Não entrava e não saía ninguém da cidade, enquanto não fossemos ouvidos pelas autoridades da CEMIG. Eu nunca fiquei tão alto na minha vida! E o que aconteceu? Duas horas depois, mandaram o presidente da CEMIG. E nós juntamente com a população, prendemos o presidente da CEMIG dentro da igreja. Chamamos os prefeitos, vereadores e alguns deputados. Falamos abertamente o que queríamos. E logo depois expulsamos o presidente da CEMIG da cidade. Não de uma maneira simbólica, mas real, com uma grande movimentação. Depois de dizermos tudo o que ele deveria ouvir. Aquele foi um momento chave. Ele percebeu que a população não estava brincando e também o impacto na região. Estavam ali, prefeitos, vereadores e também deputado estadual e federal. O presidente da CEMIG saiu indignado.

Jamais poderia imaginar que seria expulso da cidade e vaiado. Ele só voltou à Nova Ponte com uma resposta positiva sobre o que queríamos: o início imediato das obras da cidade nova. Trinta dias depois, estavam começando as obras da cidade.” (CREMA, 2005, p.103)

O manifesto S. O. S. Nova Ponte foi publicado em 1991 e tinha como objetivo tornar pública que as obras da nova cidade estavam paralisadas desde 1987. Um jornal local denunciou em um artigo a situação das obras e a paralisação da hidrelétrica, em seu título: “Hidrelétrica de Nova Ponte será adiada ainda mais”. O motivo disso é que haviam denúncias de cartel e “calote” da CEMIG durante as licitações e a obra, e tendo conhecimento disso a ELETROBRAS congelou o financiamento para a UHE - Nova Ponte. Apenas em 1992 com a mudança de governo do estado, agora tendo como governador Hélio Garcia, que as negociações com o governo federal foram retomadas, tornando possível a liberação dos recursos necessários para dar continuidade às obras. O cronograma das obras foi alterado, ficando marcado o fechamento dos túneis para setembro de 1993, visando que a primeira turbina entrasse em operação comercial em abril de 1994 (CREMA, 2005). O manifesto que segue completo explicita a indignação da população que, convivendo com uma obra de tamanha escala na cidade, ansiava ver o término daquela situação de incertezas para poder restabelecer seus viveres:

“SOS NOVA PONTE

A CEMIG alega não ter dinheiro para construir a nova cidade, mas a barragem continua a crescer, e ainda iniciaram outras construções (usinas de Miranda, Capim Branco, etc.), além disso, há um gasto excessivo com o número de carros para engenheiros marajás. SERÁ QUE ISSO TUDO É DE GRAÇA? E O POVO DE NOVA PONTE? É APENAS UM DETALHE COMO DIZIA A EX – MINISTRA ZÉLIA?

A CEMIG não cumpre seus compromissos: a cidade nova deveria estar quase pronta, no entanto, está paralisada. Eles estão esperando o fechamento das comportas para negociarem como querem, isto é, causando prejuízos enormes a toda a população. HEIN, CEMIG? QUE VERGONHA!

A dengue em NOVA PONTE, provavelmente veio com os barrageiros. A cólera e a AIDS poderão chegar aqui através dos mesmos. SERÁ QUE JÁ NÃO BASTA UMA DESGRAÇA CHAMADA CEMIG? ISTO É O PROGRESSO QUE A CEMIG TANTO FALA E PROMETE?

A construção da vila residencial (obra faraônica) foi um gasto desnecessário e irresponsável por parte da CEMIG e do governo, fato que contribuiu em partes para a não – construção da cidade nova, para a falência da MINAS CAIXA e a miséria do povo. QUE MARACUTAIA, HEIN? QUE BAIXARIA, HEIN?

A construção da barragem vem provocando inundações: a ponte foi danificada, áreas de lavouras, hortaliças e pastagens foram perdidas e, após as inundações, há um acúmulo de areia e barro nas margens do rio, provocando o mau cheiro e até doenças na população ribeirinha. ESTE É O PROGRESSO QUE VEIO PARA NOVA PONTE? VERGONHA, HEIN, CEMIG!

A CEMIG assinou um documento com a associação dos moradores de NOVA PONTE entidade que representa os anseios do nosso povo, para viabilizar, num prazo assumido pela mesma, a construção da nova cidade de NOVA PONTE, ONDE ESTA O COMPROMISSO ASSUMIDO, CEMIG?

As rachaduras das casas e prédios, devido às explosões para desviar o rio, causaram prejuízos enormes à população. Ninguém pode restaurar suas casas. Estas explorações e a movimentação constante (dia e noite) de veículos pesados, além de afetarem a infra-estrutura da cidade, provoca uma poluição sonora acima dos limites. DE QUEM É A RESPONSABILIDADE HEIN, CEMIG?

A construção da barragem em Nova Ponte provocará futuramente a inundação das melhores terras de vários municípios da região. Tal fato provocará uma queda considerável na produção agrícola e pastoral. CEMIG INDENIZARÁ ESTAS TERRAS A PREÇO DE BANANA MADURA, COMO JÁ ACONTECEU? RESPONDA, CEMIG?

CEMIG é hoje em nossa região, a maior depredadora do meio ambiente: os peixes são impedidos de subirem o rio, quebrando assim, o ciclo de reprodução; a fauna terrestre é obrigada a migrar para outras regiões, e o que pode provocar até a extinção de algumas espécies; a vegetação ribeirinha e as áreas onde as máquinas retiram cascalho, terra, etc. já foram destruídas.

Tais fatos e muitos outros, vêm contribuindo para mudanças bruscas no sistema ecológico. ISTO É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE? ESTA É MAIS OBRA DA CEMIG!” (CREMA, 2005, p.105-106)



Manifestação SOS Nova Ponte, 1992

Os critérios para a transferência da população haviam sido firmados em fevereiro de 1990 com a assinatura do Termo de Acordo com os critérios de relocação da cidade de Nova Ponte, entre CEMIG, Prefeitura Municipal, Câmara dos vereadores e a Associação de Moradores (CREMA, 2005).

O caso da relocação da cidade é característico: a CEMIG optou pela negociação individual, que embora parecesse irracional do ponto de vista organizacional, tinha o claro objetivo de impedir ou dificultar discussões e organizações coletivas. Para a CEMIG, a população não existia enquanto coletividade/comunidade, mas configurava um somatório de proprietários individuais (DA SILVA, 2009). As opções de negociação eram as seguintes:

1_o proprietário poderia vender seu imóvel para a CEMIG e se mudar de cidade sem direito a lote na cidade nova;

2_permutar seu imóvel por outro construído pela CEMIG conforme os padrões da empresa;

3_receber a indenização em dinheiro do imóvel na cidade velha.

No último caso o proprietário recebia um lote na nova cidade e dinheiro para a construção da casa. Também foi determinada pela empresa a forma de pagamento da indenização. O valor total foi dividido em quatro parcelas com valor reajustável de acordo com a variação do custo da construção civil de Belo Horizonte. O pagamento de cada parcela foi condicionado aos estágios da construção, ou seja: para receber a próxima parcela, a construção deveria ser inspecionada por engenheiros que poderiam liberar ou embargar a obra. Ficando assim definidas:

1ª parcela - 25% de entrada para início da obra;

2ª parcela - 30%: após conclusão da fundação e alvenaria;

3ª parcela - 25%: após conclusão da cobertura, esquadrias e embutidos elétricos e hidráulicos;

4ª parcela - 20%: após conclusão do revestimento e piso.

Após ser paga a última parcela, o proprietário tinha três meses para se mudar e demolir o imóvel na cidade velha. Caso não fosse realizada a demolição, a CEMIG se achava no direito de demolir o imóvel sem mesmo emitir aviso ou notificação judicial, inclusive ficando a seu critério o destino dos restos da demolição. Isso também configurava uma estratégia de constrangimento para as pessoas cuja construção na cidade nova estava atrasada, ficando gradualmente isoladas diante de escombros de construções vizinhas demolidas e assim a pressão aumentava para que providenciassem a mudança para a cidade nova (DA SILVA, 2009).

Todos que optaram pela opção 3 da indenização construíram uma casa bem melhor do que a que possuía na cidade velha. Mas em muitos casos o proprietário investiu dinheiro próprio na construção, além do valor recebido pela indenização. Também houveram casos em que a pessoa recebeu indenização por mais de um imóvel na cidade velha, investindo tudo numa única construção na cidade nova (DA SILVA, 2009). Porém a não entrega de imóveis particulares que seriam construídos pela CEMIG, assim como os atrasos na conclusão da parte de infraestrutura da cidade, explicitavam que ela tomava atitudes embasada na crença de que tudo seria feito no seu tempo, e não no tempo dos moradores (INÁCIO, 2011).

Era um tempo de mudanças no cotidiano, as relações de trabalho estavam sendo transformadas na medida em que

crescia significativamente a oferta de trabalho na construção civil. E mesmo com a chegada de muitos trabalhadores de outras regiões do país para realizar as obras da usina hidrelétrica, empregados por empresas terceirizadas pela CEMIG, ainda havia uma demanda gerada pelo grande volume de construção de residências. Alguns moradores trocaram suas áreas de atuação originais (trabalho em lavouras e na cerâmica São Miguel, que eram os que mais ofereciam empregos aos moradores da cidade) para se dedicarem à construção civil. Isso pode ser compreendido como uma tática de obter ganhos materiais através das transformações pela qual a cidade estava passando (INÁCIO, 2011).

Direta ou indiretamente, grande parte dos novapontenses desempenharam algum tipo de trabalho nas obras. Fosse como empregado das empreiteiras, professores na vila residencial dos barrageiros, ou como empregadas domésticas nas casas de funcionários. Estava se tornando comum que os trabalhadores abandonassem seu emprego anterior para se empregar em um novo trabalho. Alguns inclusive disponibilizaram suas casas na cidade para aluguel e foram morar na vila construída para receber os trabalhadores da barragem. Aproveitando o momento próspero em que julgavam viver, muitos compraram móveis, carros, fora o número de antenas parabólicas que passou a ser observado na cidade nova, sendo que na cidade velha não se encontrava uma sequer (DA SILVA, 2009).

O que parece não ter sido compreendido foi o caráter temporário desses empregos, pois naquele momento era possível comprar bens que antes pareciam impossíveis de serem adquiridos. A carência desses bens ligada à possibilidade de consegui-los, e também o fato da população já haver sofrido outros processos expressivos de modernização, fez com que a assimilação da transformação fosse mais fácil. Ao contrário do que ocorreu na construção da barragem de Sobradinho na Bahia e muitos outros casos, em Nova Ponte as pessoas “viram” o dinheiro, talvez de forma como jamais imaginaram receber antes pelo seu trabalho. Isso tudo contribuía estrategicamente para que não houvessem, ou diminuíssem, questionamentos sobre o empreendimento, servindo como um “cale-se”, para garantir que o projeto fosse executado e garantindo à CEMIG a aceitação pacífica dos valores propostos nas indenizações (DA SILVA, 2009).

Ao analisarmos a situação dos moradores de Nova Ponte, suas angústias, necessidades e carências de bens duráveis, percebemos que para eles aquele ganho material da casa, do carro, dos móveis e eletrodomésticos, significava sim um progresso em seus padrões de vida. Porém, por mais que o discurso oficial da CEMIG sustentasse a ideia de que o progresso para a população fosse o objetivo da obra, no reverso da moeda é notório que o objetivo principal era a produção de energia. Inclusive, o Estado tinha disponibilidade de recursos quatro vezes maior do que o valor proposto inicialmente, para caso a população reivindicasse melhores indenizações, o que

significou uma grande economia (DA SILVA, 2009).

Inclusive, para a CEMIG, não havia problema em construir uma cidade inteira a partir de modelos padronizados, sem espaço para as diferentes referências culturais trazidas pelos moradores, e foi este o fator que os moveu a não aceitar o projeto inicial da empresa. Havia um claro conflito entre os padrões de construção da CEMIG, que eram pautados pelo interesse em gastar menos e, de outro lado, os padrões culturais almejados pelos trabalhadores (INÁCIO, 2014). Em entrevista, o Sr. Zuza relata:

Juliana: O senhor falou que no início o pessoal não aceitou muito a proposta da CEMIG. A proposta inicial era de ela construir a cidade inteira?

Sr. Zuza: Era, de ela construir a cidade inteira, a CEMIG ia fazer uma cidade inteira aí depois eles viu que o povo não estava aceitando, aí eles voltaram atrás, né, eles deve ter construído assim casa de morar umas 60, 70 só, essas casinha petitinha né. Aí os prédios públicos é tudo a CEMIG que fez.

Juliana: E a pessoa que não tinha documento escrito, como é que fez?

Sr. Zuza: A CEMIG não deixou ninguém sem nada, até eu acho que o povo tem até vontade que Nova Ponte muda outra vez! Quem não tinha documento, não tinha escritura a CEMIG deu a casa aqui em cima, se a pessoa não deu conta de construir eles construíram e deu escrituradinha, prontinha, arrumadinha. E que escolheu o terreno no lugar de construir eles deram a escritura do terreno, sem custo nenhum, foi bão! (INÁCIO, 2014, p.137)

Muitas famílias na antiga cidade viviam em casas e terrenos grandes, e isso conflitava muito com o padrão que estava sendo proposto/imposto, contrariando os ritmos de vida do nova-pontense. Para muitos, reduzir o tamanho da casa significava um retrocesso nos padrões de vida, uma vez que a experiência cotidiana até então era de viver em uma casa grande e principalmente com cozinha grande. A casa não servia apenas de dormitório, mas era articulada à cultura, aos costumes, era um lugar de receber pessoas, abrigava numerosas famílias, era lugar de trabalho e também de sociabilidade. E o tamanho das casas não condizia com as expectativas dos nova-pontenses de um modo geral (INÁCIO, 2014). Em entrevista o Sr. José Custódio conta:

Juliana: Então, o senhor estava falando sobre a negociação com a CEMIG, é... teve uma época que a cidade teve uma associação de moradores, né, que intermediou a negociação com a CEMIG, parece que fazia reunião na igreja, o senhor chegou a participar?

Zé Custódio: Teve, teve. Cheguei, cheguei a participar, foi a que mais ajudou a parte da cidade, o padre Júnior, ajudou a cidade [...]. Então o padre Júnior era nisso aí, aquele Zé Humberto barbudo, era fazendeiro, era também. [...] Ele queria a negociação da cidade que fosse umas coisa direita, umas coisa direita. Porque as casa, mais ou menos aquele padrão que as pessoa tinha sabe, eles não quis aceitar, aí onde pegou essa parte aí. Eles destruíram a cidade e as pessoa sofreu muito aí nessa parte. Quando eles fez a primeira casa, eles

trouxe o povo aqui pra ver as primeira casa, foi a do tal do João Vagalume. Hora que nós chegou e eles inaugurou a casinha, aqui perto da cerâmica, encheu os ônibus de gente e veio ver a casinha, aí chego lá ficou todo mundo horrorizado: “ôh gente, mais não pode, essas casinha não cabe ninguém gente!” Nós entrou na cozinha, se entrasse na cozinha e mulher tivesse em volta do fogão, ou ocê entrava pra porta da cozinha e ficava olhando, ou ocê não entrava, ou ocê não entrava! Aí o quê que aconteceu, o povo revoltou a maioria, eu revoltei, o João Natal revoltou e o chamado Paulinha. (INÁCIO, 2014, p.139)

Durante a entrevista o Sr. José Custódio também relatou que seu pai não quis se mudar para a nova cidade, e quando perguntado sobre os motivos pelos quais seu pai não quis se mudar para a cidade em construção, disse:

“Porque, ele falou, por causa... nossa casa, lá embaixo onde era nossa casa, num era bem uma casa, era tipo uma chácara e ocê precisava de vê, que quintal ele tinha! Sabe, era uma chácara, era, cabia, do outro lado de baixo, cabia umas quatro casa, do outro lado cabia mais umas quatro ou cinco, assim oh, assim oh. [...] Aí ele pegou e não quis ficar aqui, e foi pra Santa Juliana, quando fez, não sei se foi quatro, não sei se foi quatro ou cinco mês, eu sei que não foi muito tempo não, ele adoeceu e faleceu”. (INÁCIO, 2014, p.145)

“[...] a CEMIG tava fazendo umas casa que não tava cabendo as cozinheira na cozinha.” (Sra. Maria Páscoa)(INÁCIO, 2014, p.144)

Também havia a situação daqueles que viviam em Nova Ponte, mas não tinham o título de suas terras e reivindicaram sua regulamentação através da Prefeitura Municipal ou contaram com a doação de lotes realizada pela Igreja. Numa entrevista, Pe. Júnior conta que: *“A igreja tinha uma terra, um bairro na cidade velha, que rendeu 180 lotes na cidade nova. Nós entregamos para o povo aqueles lotes com infraestrutura total, e a Prefeitura deu toda a mão de obra, como também tijolo e tudo o mais.”* Com a doação feita pela Igreja muitos moradores puderam ser indenizados, explicitando a luta empreendida para que não ficassem de fora dos critérios de indenização em meio ao fim de sua cidade (INÁCIO, 2014).

Quanto à saída dos moradores da velha cidade, a estratégia de demolir o mais rápido possível as casas que iam sendo desocupadas na velha cidade foi muito eficaz. E na medida em que os bairros iam se esvaziando, a população resistente à mudança se apressava em sair. Os últimos moradores a sair da cidade velha, já não reconheciam mais o lugar como a sua cidade, não encontravam mais seus vizinhos na medida em que a cidade ficava cada dia mais vazia e destruída (CREMA, 2005). Segundo Helder Naves Torres:

“Aconteceu uma situação muito interessante, quando a pessoa se mudava para a cidade nova, a CEMIG destruída no outro dia a casa dela na velha cidade. Mesmo assim, teve gente que saiu de lá no dia do fechamento. Para as pessoas que iam ficando na cidade velha, ela ficava a cada dia mais feia, mais velha,

parecia uma boca desdentada, porque quando uma casa era derrubada, ficava aquele vazio. E na cidade nova havia aquele crescimento pavoroso”. (CREMA, 2005, p.160)

Quando questionada se foi rápida a construção da nova cidade, depois de contínuos atrasos e adiamentos, a Sra. Maria Aparecida narrou o seguinte:

“Maria Aparecida: Não demorou muito não, foi mais rápido. Mas, igual o meu esposo já comentou, na época a gente tinha assinado pra eles fazerem a nossa casa, depois que a gente viu que a casa era pequena demais aí ele não quis, aí ele resolveu renegociar, como a renegociação era mais lenta nós foi ficando por último lá. Aí quem mudava podia tirar a casa, então o pessoal desmanchava, pegava tijolo, pegava telha e vinha pra cá pra cidade nova e como a gente tinha que negociar de novo, a gente foi ficando lá. A gente foi praticamente um dos últimos a sair de lá!

Juliana: E como que ficou lá, por último?

Maria Aparecida: Nó!! Ficou parecendo cidade abandonada, porque aí eles foi tirando as casa, né, foi crescendo o mato no quintal, nossa, foi terrível! Onde você olhava tinha um monte de tijolo e de telha, porque o pessoal foi mudando e tirando tudo. Nós foi um dos últimos que saiu, assim, lá da onde que nós morava...” (INÁCIO, 2014, p.129)

Aos poucos a cidade velha ia ganhando aspecto de uma cidade bombardeada. Mesmo que houvessem muitos espaços vazios deixados pelas edificações destruídas, muitos

sentiam que o vazio maior era interior, um sentimento de que o fim tinha chegado. Houve até quem resistisse até o último momento quando não havia mais escolha, era sair ou morrer afogado. Também era comum encontrar alguns moradores que já haviam se mudado para a nova cidade, e que voltavam para os terrenos onde ficavam suas casas para poder continuar cuidando dos quintais repletos de plantas, árvores frutíferas e ervas medicinais, chegavam até mesmo a colher o resto de suas produções de mandioca, batata doce e verduras. Muitos relatam que ao visitar os escombros na velha cidade eram tomados por lembranças e às vezes tinham até vontade de chorar (DA SILVA, 2009).

“aqui criei todos os meus filhos” (DA SILVA, 2009, p.8)

“vivi aqui desde que casei, há mais de trinta anos”

“como dói ver tudo isso assim” (DA SILVA, 2009, p.8)

“a CEMIG pra mim é como uma peste em terreiro de galinhas, o que não mata aleija” (DA SILVA, 2009, p.8)



Demolições no bairro São Miguel

Os custos da construção da usina somaram aproximadamente US\$ 500 milhões, não inclusos juros e obras relativas às linhas de transmissão. Além disso os custos da relocação e construção da nova cidade giraram em torno de US\$ 60 milhões, com adicionais US\$ 160 milhões em indenizações na área rural e relocação e construção de pontes e estradas. Recursos que vieram do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), da ELETROBRAS e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (CREMA, 2005).

Em maio de 1993 foi informado pela CEMIG que as negociações com todos os proprietários de Nova Ponte já haviam sido concluídas. O Presidente da CEMIG em cargo na época declarou: “[...] em dezembro deste ano vamos ter o prazer de inaugurar a ‘nova Nova Ponte’, sem dúvida a mais moderna e completa cidade do país em termos de conforto” (DA SILVA, 2017).

Em 14 de outubro de 1993, as comportas da hidrelétrica foram fechadas para se dar início à formação do reservatório, que elevando o nível dos rios Araguari e Quebra-anzol em 100 metros, inundou uma área de aproximadamente 443 km², atingindo áreas de oito municípios da região, e deixando a parte mais baixa da velha cidade a 80 metros de profundidade. Nesse momento, pararam de coexistir as duas cidades de Nova Ponte, com o alagamento da velha cidade e o começo de uma outra Nova Ponte. O nome da cidade foi preservado

e, simbolicamente, a inauguração foi marcada para 17 de dezembro de 1993, visando preservar a data de aniversário da cidade velha (DA SILVA, 2017). Relata Pe. Júnior:

“Eu fui para a inauguração. O presidente da CEMIG, na época era Carlos Eloy, me proibiu de falar. Eu tomei o microfone da mão dele e falei em nome da comunidade, disse tudo que tinha para dizer. A construção daquela cidade não era um mérito para o governo de Minas, mas o povo de Nova Ponte é que tinha o mérito. O que o governo tinha era a obrigação de fazer aquilo mesmo. O mérito era do povo que lutou para conseguir aquilo. E mesmo assim, ninguém vai recuperar a vida deles, a cultura deles... não nada melhor que a própria história e isso ninguém vai dar ou recuperar para eles. Hoje, eu entendo claramente o que é uma história de um povo. Eu não mexeria nem em um quintal sem a autorização de todos os envolvidos”. (CREMA, 2005, p.161)

A inauguração oficial da cidade, com presença de autoridades políticas só ocorreu em março de 1994, mas o discurso diplomático prefere considerar a data do aniversário da antiga cidade na medida em que insiste que se trata da mesma cidade, apenas melhorada em 100% do que era antes de todo o processo (DA SILVA, 2017). Porém, se trata de um claro processo de ruptura na história de um povo, o alagamento de sua cidade em nome do progresso e conseqüente realocação para um novo território, para uma nova cidade, uma outra cidade.

Muito foi afogado ali junto à cidade com as águas do rio Araguari. Já foi muito comum o tempo de escuridão por falta de energia, usando a lamparina a querosene como única fonte de luz. Houveram também os tempos de seca em que as casas eram abastecidas por antigas cisternas. Também os tempos de quaresma em que fantasmas eram comuns na medida em que um medo alimentado pelos adultos aterrorizava as crianças. Eram tempos de adoração e devoção aos santos cultuados na cidade, tempos de esperança que as coisas pudessem melhorar. De fato, melhoraram, mas não porque alguém percebeu que era necessário fazer algo por aquela gente, e sim porque Nova Ponte tinha água, muita água, suficiente para afogar a cidade através da construção de uma usina hidrelétrica (DA SILVA, 2009).

Foram diversas as reações dos moradores da cidade velha com as mudanças. Enquanto alguns eram tomados pela melancolia, outros apostavam no futuro descrito nos discursos progressistas vigentes na época. O presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte naquele momento, Gerson Tomás da Silva, declarava estar do lado dos progressistas, para ele, ser contra a construção da hidrelétrica em um momento de escassez de energia, seria regredir no tempo. Mas não escondia sua tristeza ao dizer: “Sou nascido e criado aqui. Meu coração não quer esta usina. Sou obrigado a aceitá-la, porque defendo o progresso” (CREMA, 2005). Conflito sentimental que era comum na época já que a inundação da cidade velha

simultaneamente significava prosperidade e melhoria de recursos e infraestrutura, ao mesmo tempo que emergia um pesar trazido pela perda do lugar afetivo, presente na maioria das falas.

“Para mim significou um pedacinho da gente que foi embora, por mais que fosse sofrido, era acostumada com a vida que tinha uma mudança para outro lugar, não sabia se daria certo. Na mudança perdi meu marido, [...] cercada de muita dor e de perda e de nenhuma alegria”. (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

“Nossa... foi uma tristeza só, por mais que na cidade velha não tinha água tratada, rede de esgoto, asfalto e nada para fazer, porém aquilo era uma alegria só, éramos felizes, tínhamos vizinhos conhecidos de longa data. Na época éramos felizes e não sabíamos. [...]”. (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

“Eu senti a mudança, fui um dos últimos a mudar, não por resistência, já que teria que mudar mesmo [...], tive um prazo curto para mudar, estava com problemas na casa fora das exigências da CEMIG, assim, acabei mudando mais tarde. Após a mudança, quase entrei em depressão, [...]” (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

“É muito triste, lembro-me do dia que derrubou a torre da Igreja de São Miguel, o meu irmão recolheu a cabeça da estátua, que hoje está lá na frente da Igreja atual. É triste ver as coisas debaixo d’água e hoje como a água da represa está muito baixa a gente vê algumas partes [...]”. (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"A igreja não via mais, parecia um terremoto, a cidade velha era bonita para mim e ver tudo debaixo d'água foi uma coisa ruim, tanto que vendi o ranchinho e fui embora para outra cidade... depois é que voltei". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"Achei ruim ver a igreja de São Miguel inundada, com a sua escadaria e o altar embaixo d'água, assim como, as terras boas e as culturas tampadas de água". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"Significou que para quem não tinha nada e passava por muitas dificuldades foi melhor a inundaçãõ e a mudança para outro local. Porém, a cidade velha era mais tranquila, sem violência e uso de drogas pelos jovens, como acontece hoje em dia". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"A minha família... não tinha outra opção, tiveram que mudar da cidade velha. Depois que a CEMIG explicou sobre os benefícios econômicos e que era lucrativo, meu pai entendeu melhor e mais que ele era comerciante na cidade velha". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"Achei bom, pois na cidade velha apesar de gostar de lá, a minha casa era velha, não tinha condição de retocar a casa, quando chovia entrava água, formava um barranco de terra, com a indenização da CEMIG pela casa velha, pude construir uma casa boa na cidade nova [...]". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.11)

"Olha (pausa na fala...) tem o lado negativo e o lado positivo. O negativo é que ficaram muitas lembranças, da Igreja, da casa dos

meus pais [...]. O lado bom foi a indenização, as casas eram velhas [...]Com a indenização construímos uma casa boa e na parte central da cidade". (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.12)

"Foi muita coisa ao mesmo tempo, tristeza daquilo que vivi durante muitos anos debaixo d'água e ao mesmo tempo, alegria de vir para a cidade nova, com melhor estrutura. Sentimento misto de bom e ruim" (Entrevistado anônimo) (ASTOLPHI; DA SILVA, 2016, p.12)

"Penso que o desaparecimento de Nova Ponte trará para todos nós a importância de saber conservar e lutar pelo que é nosso". (Pe. Júnior) (CREMA, 2005, p.86)

"O desaparecimento de uma cidade, sepulta muito de sua tradição, mas também é o momento de se pensar em erigir uma cidade melhor estruturada e melhor dirigida" (Sargento Trindade - Militar) (CREMA, 2005, p.86)

"É a pior coisa que foi implantada em nossa região, porque existem outras regiões em que poderia ser construída a hidroelétrica que em razão disso não perderíamos nossa cidade". (Clodoveu Jacó - Fazendeiro) (CREMA, 2005, p.87)

"Para nós, povo de Nova Ponte, melhor é se não acabasse a cidade". (Hipólito Florêncio - Administrador) (CREMA, 2005, p.87)

"É o preço do progresso". (Reginaldo Verri - Comerciante) (CREMA, 2005, p.87)

“Um motivo de tristeza, mas para nossos filhos, será uma cidade de progresso”. (Wwando Inácio - Diretor escolar) (CREMA, 2005, p.87)

“Nova Ponte não vai desaparecer, simplesmente mudará de lugar”. (Ismael Faquin - Bancário) (CREMA, 2005, p.87)

“A tristeza é bem maior que a alegria pelo desaparecimento da cidade”. (Sebastião Najá - Aposentado) (CREMA, 2005, p.87).

“Realmente não é bom o desaparecimento; teremos que recomeçar de novo e, isto demanda tempo, já pensou até vermos nossas árvores dando frutos?”. (Marli Fernandes - Dona de casa) (CREMA, 2005, p.87)

“Por um lado é muito ruim, porque o povo perde suas tradições, mas também existe o lado positivo que vai ser uma cidade planejada com infra-estrutura que talvez nunca pudéssemos alcançar”. (Marciel Carneiro – Comerciante) (CREMA, 2005, p.87)

“Não é bom para ninguém o desaparecimento de uma cidade”. (Luiz José de Souza - Operador de Máquinas) (CREMA, 2005, p.88)

“Se realmente nós tivermos uma cidade nova, com tudo planejado, é aceitável - caso contrário...” (Marinho Martim Severino - Técnico em contabilidade) (CREMA, 2005, p.88)

“Toda nossa estrutura será abalada, no entanto se for feito um trabalho consciente das lideranças, tem tudo para sairmos de uma cidade onde o desenvolvimento deixa a desejar, para uma cidade com tudo para crescer, desde o setor rural até o urbano propriamente dito”. (José Humberto Resende - Presidente do Sindicato Rural) (CREMA, 2005, p.88)

“Os nova-pontenses de modo geral, jamais se importariam com a preservação de nossa Tradição Cultural, caso não estivesse a velha cidade nos últimos suspiros. Não creio que Nova Ponte perderá muito em termos de tradição, já que a nova cidade contará com um museu para preservar sua cultura. Em termos econômicos, as terras férteis às margens dos rios não mais produzirão frutos, mas por outro lado, a hidroelétrica proporcionará além de empregos, a possibilidade de Nova Ponte vir a ser grande polo industrial, num futuro próximo”. (Iozaino José Carneiro - Professor e Diretor do Jornal AÇÃO NOTÍCIAS) (CREMA, 2005, p.88)

1964

_Canambra Engineering Consultants Limited realiza os primeiros estudos de viabilidade da construção de uma hidroelétrica na região

1970

_Conclusão do "Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Aproveitamento Hidrelétrico de Nova Ponte"

1986

_Apresentação do Plano Diretor da UHE Nova Ponte às lideranças de Nova Ponte

1988

_Detonação da bomba
_Conclusão do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte

1991

_Manifesto S.O.S. Nova Ponte

1994

_Inauguração da nova cidade
_Entrada em operação da primeira turbina da UHE Nova Ponte

1975

_Liberação da concessão do Governo Federal para o aproveitamento da energia hidrelétrica da região de Nova Ponte pela CEMIG

1990

_Assinatura do Termo de Acordo de Relocação

1965

_Publicação do relatório "Hydro Resources of the Paranaíba Basin" contendo estudos sobre os aproveitamentos previstos para o rio Araguari

1987

_Aprovação do Projeto Básico da UHE Nova Ponte.
_Início do Projeto Memória Histórica de Nova Ponte.
_Início da Construção da usina hidrelétrica.
_Lançamento da pedra fundamental da nova cidade

1993

_Conclusão da mudança da população
_Início do enchimento do reservatório



CIDADE NOVA

Cena retirada do filme "Narradores de Javé", Direção: Eliane Caffé

“Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência.

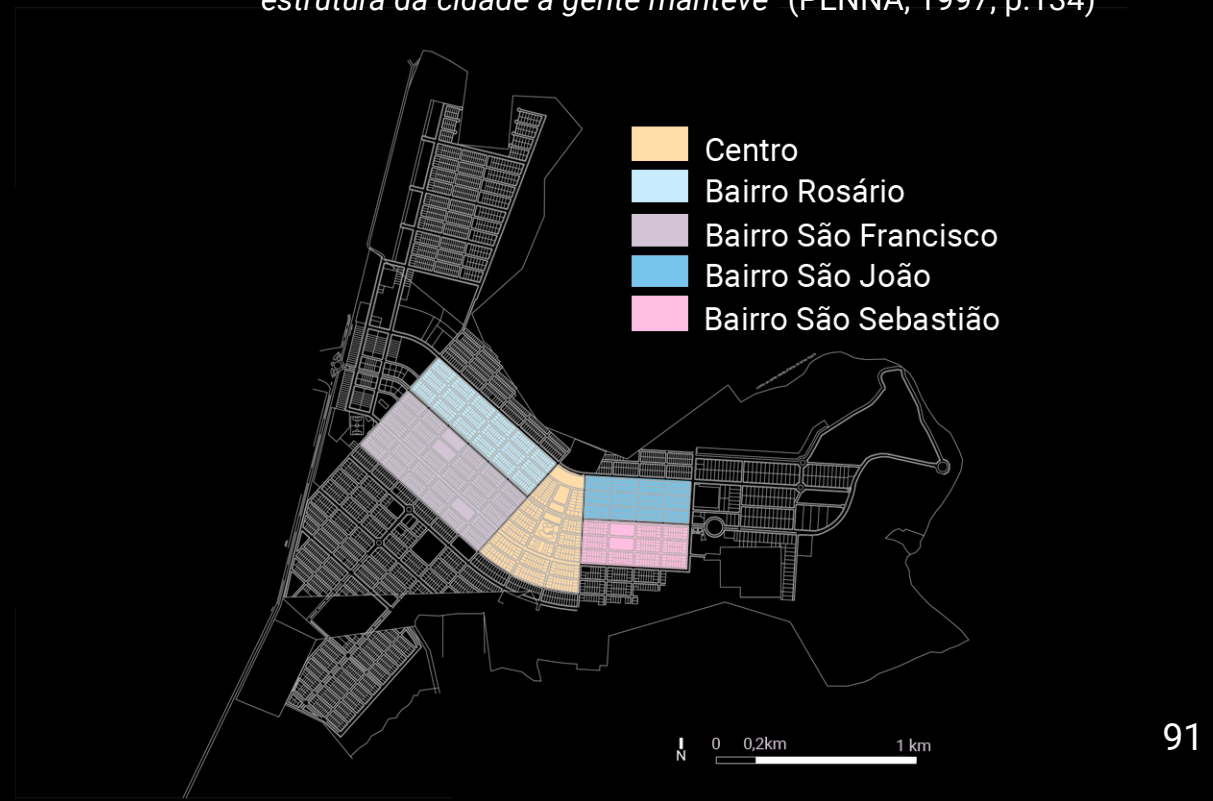
Destruída a parte de um bairro onde se prendiam as lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis.” (Bosi, 1979, p.451)

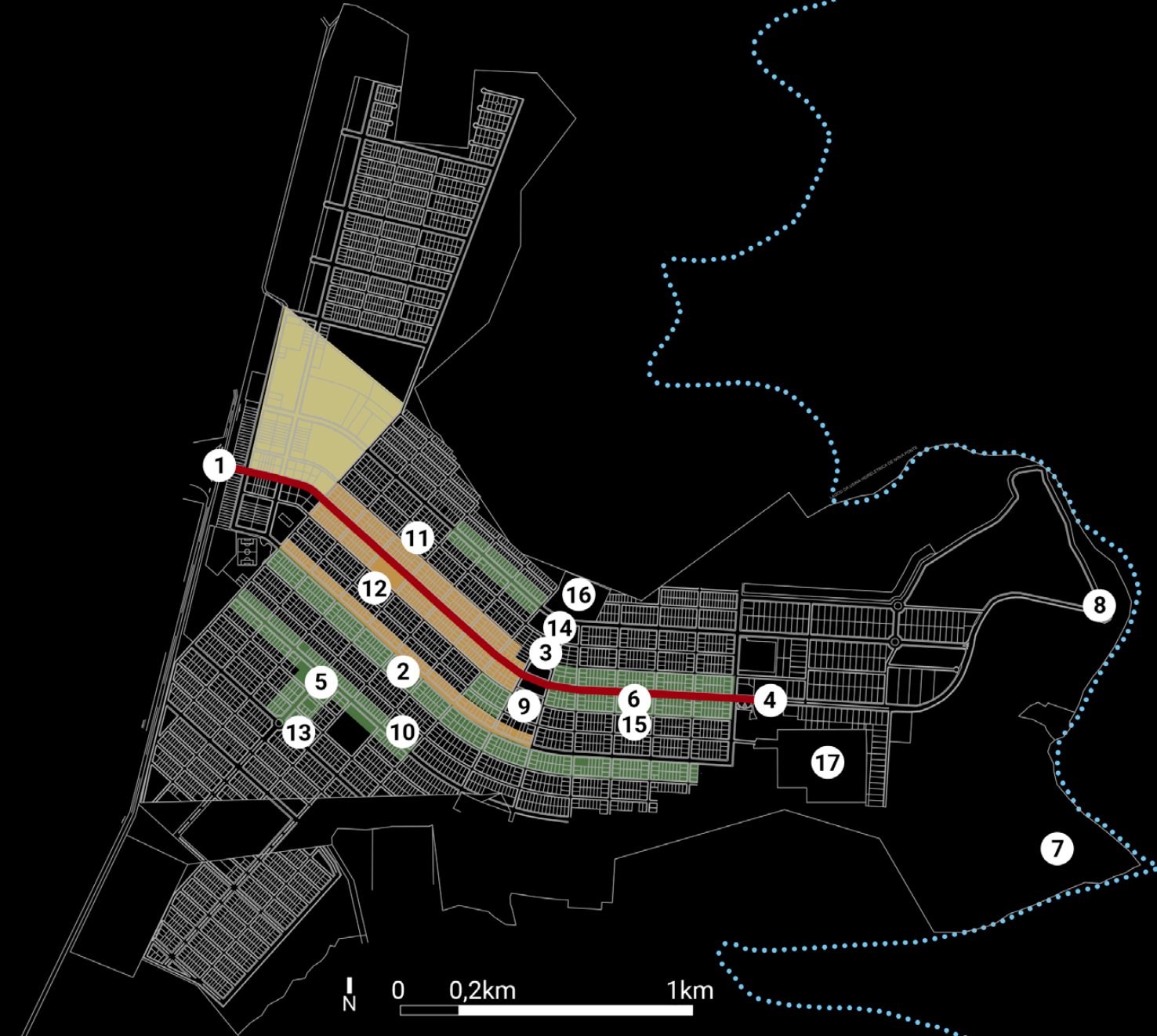
Em 1987 foi apresentado à comunidade o “Plano Diretor de Realocação e Reconstrução da Nova Cidade de Nova Ponte” e sua “Planta de Urbanização”. Coube então aos nova-pontenses, através de consecutivas negociações, conceber e concretizar seu ideal de cidade, e ao Departamento de Projetos de Edificações da CEMIG, interpretar esse ideal dentro das condições técnicas e financeiras direcionadas para esse projeto (PENNA, 1997).






O primeiro projeto concebido pela equipe da CEMIG partiu da ideia de manter na nova cidade um traço típico das cidades pequenas, sua rua principal, no caso, uma avenida que atravessa a cidade constituindo o principal eixo de circulação. Aliado a isso, outra ideia que norteia o projeto é a unificação da cidade, já que a “cidade velha” era dividida pelo rio em duas áreas de identidades bem definidas, aliando a isso a possibilidade de concentrar os equipamentos de uso coletivo em sua região central. O arquiteto do Departamento de Projetos de Edificações, Ivan da Costa Mendanha, relata que a população queria que tudo fosse voltado para seu lugar original, principalmente a estrutura dos bairros, mas o padrão, não seria o original, mas aquele implícito nas solicitações, “o padrão moderno” (PENNA, 1997).

Ficou sob responsabilidade da Associação de Moradores de Nova Ponte intervir em questões relacionadas ao projeto e construção da nova cidade, assim como de negociar com os moradores acerca da distribuição dos lotes. Leonel Brizola Pontes, membro da AMNP, relata:

“Nosso acordo com a CEMIG foi que a gente fosse responsável pela distribuição dos lotes. Mudar uma cidade não é fácil... Nós fizemos 105 reuniões. Primeiro, com um mapa da cidade velha, nós fizemos uma pré-distribuição. Era complicado. A Quadra 39, por exemplo, tinha 150 imóveis. Como mudar isso para uma quadra de 20 imóveis? Nós consideramos que vizinho é aquele que mora ao lado. A gente teve a preocupação de destacar o comércio das outras casas, localizando nas esquinas. Os moradores, nós tentamos deixar nos respectivos bairros. Então, você entra na cidade e olha: o primeiro à direita é o Bairro São Francisco; o primeiro à esquerda o Rosário; no centro está o Centro, e atrás, o São Sebastião e o São João. A estrutura da cidade a gente manteve” (PENNA, 1997, p.134)





-  Avenida Principal
-  Nível da Represa
-  Função Industrial
-  Função predominantemente comercial
-  Função Mista

- 1_Entrada da Cidade
- 2_Rodoviária de Nova Ponte
- 3_Igreja São Miguel
- 4_Igreja São Sebastião
- 5_Igreja da Medalha
- 6_Casa da Cultura (Chalezinho)
- 7_Museu de Nova Ponte (Fazenda Cachoeira)
- 8_Balneário Social de Nova Ponte (Prainha)
- 9_Prefeitura e Câmara Municipal
- 10_Hospital Municipal de Nova Ponte
- 11_Escola Rosemeir Carlos De Medeiro Ramos
- 12_Escola Municipal São Miguel
- 13_Escola Municipal Professor Djalma Alvarenga de Oliveira
- 14_Escola Josias Pinto
- 15_Escola Municipal Professor José Teodoro Borges
- 16_Cemitério
- 17_Clube de Nova Ponte

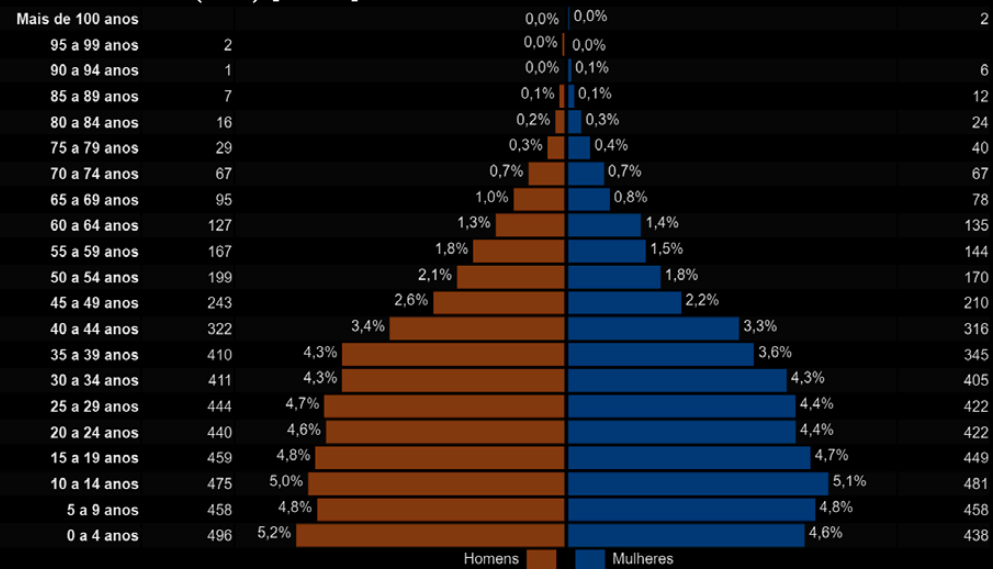


Ao ser entregue para a população, a cidade possuía infraestrutura completa de rede elétrica, iluminação pública, abastecimento de água tratada, drenagem de águas pluviais e coleta e tratamento de esgotos. Inclusive era comum se referir à nova cidade, inclusive nos jornais da época, como a “CIDADE 100%”, 100% água tratada, 100% rede de esgoto, 100% de asfalto, escolas, telecomunicações e por aí vai (DA SILVA, 2009).

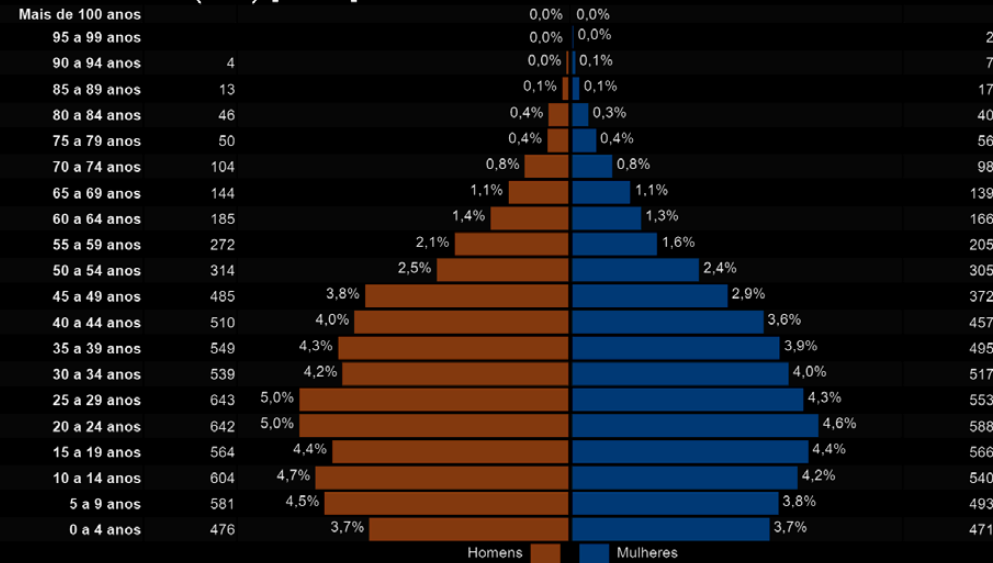
Porém passados quase trinta anos de sua construção, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), hoje a cidade apresenta 86.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 86.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 58.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

A população cresceu dos aproximados 3.500 habitantes nos anos 80 para uma população estimada em 2020 de 15.800 pessoas, sendo que a população registrada no último censo (2010) era de 12.812 pessoas, com uma densidade demográfica de 11,53 hab/km². Ao compararmos as pirâmides etárias de 2000 e 2010 podemos perceber que houve um aumento na expectativa de vida e um declínio na taxa de natalidade, por mais que em número absoluto o número de crianças seja maior, assim como também houve um aumento expressivo na população ativa na cidade. Dados que devem ser pensados dentro da percepção do crescimento populacional expressivo que a cidade teve nas últimas décadas, de aproximadamente 450%.

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Nova Ponte (MG) [2000]



Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Nova Ponte (MG) [2010]





Quanto aos números que concernem a educação, a cidade possui uma taxa de escolarização (6 a 14 anos de idade) de 96,6%, e um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 7,4 para os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública e 5,8 para os anos finais, ambos expressivamente altos se comparados com maioria das cidades do estado e do país.

Também possui um alto PIB per capita, de R\$ 74.620,35, que é bem alto se comparado a muitas cidades do estado e até mesmo do país. Isso pode ser explicado pelo fato da cidade de Nova Ponte se encontrar rodeada por “terras trabalhadas”, ou seja, grandes áreas utilizadas no agronegócio. Poucas são as áreas que ainda estão cobertas pelo cerrado, estando maior parte utilizada para grandes plantações ou criação de gado. A presença do latifúndio associada à represa da usina explicita as relações capitalistas concretizadas no projeto de expansão do capital e pelo qual a nova paisagem da cidade foi redefinida (INÁCIO, 2014).

O rio, hoje represado pela barragem da usina, não configura mais tanta força no cotidiano e linguagem da população assim como na cidade velha, em que se apresentava como uma das mais importantes referências do cotidiano. Durante a realocação da população houve inclusive a ideia de trazer pedaços da ponte que cruzava o rio, como relata o Sr. Iozaino:

“Eu tenho uma briga especial nessa ponte, porque uma vez eu fui conversar com as autoridades importantes pra poder ver se trazia a ponte antes dela cair, quando ela estava só amarrada, eu fui falar “gente, o nome da cidade não é por causa da tal da ponte? É. Vamos trazer aquela ponte, sabe o que a gente faz com ela? A gente pega aquela ponte, bota ela na entrada da cidade pros menino andar pra lá e pra cá em cima dela, assim, olha, e coloca uma placa dizendo o nome da cidade é por causa dessa ponte aqui, olha, ela estava lá na cidade velha. Ah, todo mundo riu da minha cara, e fizeram piada, disse que eu queria trazer a ponte por outros motivos, enfim, a ponte ficou lá debaixo d’água” (INÁCIO, 2014, p.172)

Na entrada da cidade foi erguido, estrategicamente, um monumento que remete à ausência do rio na vida de Nova Ponte. O Rio Araguari era um elemento que compunha não só a paisagem da cidade, mas também seu imaginário do dia a dia. Hoje, ao invés da ponte que cruza o rio, o que interliga a cidade de ponta a ponta é a Avenida Governador Valadares, e traz seu nome da rua principal da “cidade velha” (INÁCIO, 2014).



Monumento da entrada da cidade



Avenida Governador Valadares e suas palmáceas

Quatro praças são interligadas pela avenida principal. A mais conhecida é a São Miguel, também chamada de Praça dos três Poderes, que tem de um lado a Igreja São Miguel e de outro a Prefeitura e a Câmara Municipal. As outras são a Praça do Cristo, onde se localiza a Escola Municipal São Miguel; a praça do Chalezinho, onde estão a Casa da Cultura (Chalezinho) e a Escola Municipal Professor José Teodoro Borges; e por último a Praça São Sebastião, no final da avenida, onde fica a Igreja de São Sebastião. As praças em sua maioria carregando nomes de santos simbolizam e evidenciam as relações de poder que permanecem e são caras para a cidade, uma vez que a Igreja Católica é uma instituição que disputa poder no meio social e que como percebemos ao longo do trabalho teve presença constante em todas as etapas do processo de transformação desse território (INÁCIO, 2014).

Era vontade da população de Nova Ponte que as igrejas guardassem semelhança com as igrejas da cidade velha, inclusive rejeitaram um projeto de Oscar Niemeyer para a Igreja de São Miguel, como conta o Pe. Júnior:

“Eu escrevi uma carta para o arquiteto Oscar Niemeyer, contando pelo que estava passando o povo de Nova Ponte. Em resposta, ganhamos o projeto para a Igreja Matriz. Fui ao Rio de Janeiro, buscar. Ele me deu o projeto de uma igreja com o formato de uma mão e sobre essa mão, tinha uma espécie de nave. A idéia era dizer que a mão de Deus protegia a cidade. E

água de um lago, representava o rio que cobriu a cidade velha. Esse projeto foi rejeitado pela população e foi doado para a paróquia de Pedrinópolis, uma cidade próxima dali” (CREMA, 2005, p.155)

Ainda sobre o projeto de Oscar Niemeyer para a Igreja Matriz de Nova Ponte, em entrevista o Padre relata:

“Padre: A igreja pra você ter uma ideia, o Oscar Niemeyer me deu de presente a construção de duas novas igrejas, o povo não quis! E se o povo não quis, o que é que eu fiz? Eu fiz a igreja fac-símile como eles queriam.

Juliana: Foi um pedido então das pessoas

Padre: É porque eu tinha que atender eles, eu ia passar e eles iam continuar morando na realidade deles. Então, mesmo eu achando que a igreja moderna ia ser melhor, mais bonita, ia ser um ponto turístico também pra própria cidade, imagina, Oscar Niemeyer, um grande arquiteto do mundo, do Brasil e tudo, construiu Brasília, mas mesmo assim o povo não quis saber, eles queriam igual como era na igreja antiga” (INÁCIO, 2014, p.182)

Ficou decidido pela comunidade, através das reuniões da AMNP, que, na nova cidade, a Igreja de São Sebastião seria uma réplica do antigo templo e a Igreja Matriz de São Miguel, apenas guardaria semelhanças com o templo que a precedia (CREMA, 2005). Quanto à construção o Pe. Junior manifesta sua insatisfação:

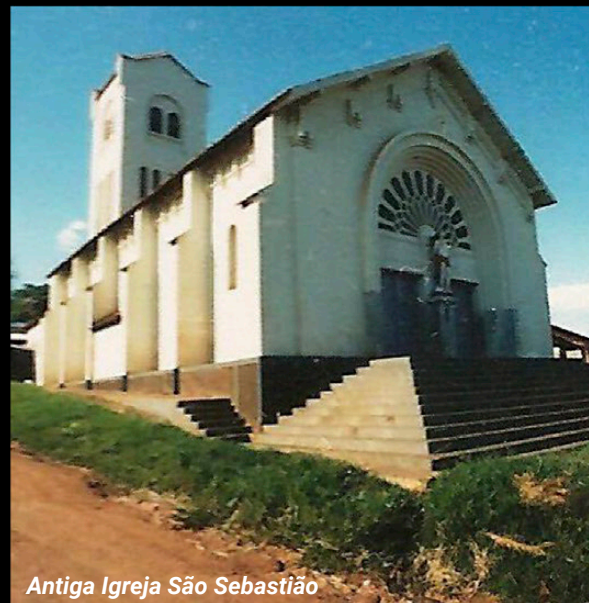
“Nós fizemos duas igrejas na cidade nova, a de São Sebastião e a de São Miguel, como existiam na cidade velha. Mas a de São Miguel, não ficou nada igual. Eu fui transferido de Nova Ponte em janeiro de 92. Eles esperaram que eu saísse da cidade, mas deixei os projetos das igrejas assinados. Meu sucessor chegou. Um padre novo, como eu quando cheguei lá, de certa forma inexperiente... Mudaram a área da prefeitura e colocaram invertida com a da igreja. A igreja era para estar no centro da cidade, na parte alta, onde está a prefeitura. Um desrespeito com o povo de lá, que já tinha decidido assim. A igreja também não ficou tão semelhante como era esperado. A velha igreja era muito bonita, em estilo holandês e a população da cidade a queria assim, mesmo estando fora do padrão de uma cidade nova. Aquela população sofrida, ainda sofreu com essas mudanças... é a ausência da história deles” (CREMA, 2005, p.155)



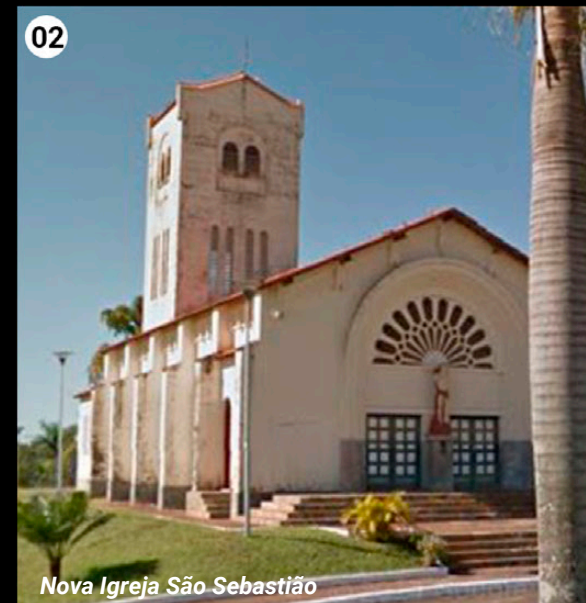
Antiga Igreja São Miguel



Nova Igreja São Miguel



Antiga Igreja São Sebastião



Nova Igreja São Sebastião



Também no sentido de reconstrução de edifícios públicos, a Fazenda Cachoeira e o Chalezinho foram as edificações consideradas mais significativas para a população local e depois de estudos realizados pela EA-UFMG, foram reconstruídas na nova cidade. A intenção de reconstruir esses edifícios importantes da velha cidade, tinha a intenção de simbolicamente comunicar a continuidade da história desse povo, era uma tentativa de resguardar sua memória coletiva (CREMA, 2005). Inclusive seus usos foram direcionados intencionando preservar a história de Nova Ponte, a Fazenda Cachoeira hoje existindo como Museu de Nova Ponte e o Chalezinho como Casa da Cultura, ambos contendo exposição de objetos, documentos e servindo como arquivo histórico. Quanto aos vínculos afetivos da população com esses edifícios, Helder Naves Torres conta:

“A população da cidade velha tinha um laço afetivo era com a Igreja, com a ponte, estas eram as grandes questões afetivas. Mas a memória não era uma questão, não era o principal problema para se preocupar, quando... estou saindo das minhas raízes, as questões são: será para onde que eu vou? Será que vai ser bom? Como vai ser esta saída? Quem era daquela época, valoriza hoje, valoriza o Chalezinho e o Museu, acham bacana assim, mas naquela época tinham muito com o que se preocupar” (CREMA, 2005, p.63)



Casa da Cultura (Chalezinho)



Museu de Nova Ponte (Fazenda da Cachoeira)

Com a reconstrução de Nova Ponte muito se perdeu. Mesmo com os enormes ganhos em sua estrutura física, os vínculos entre os habitantes e sua cidade foram muito abalados como se pode perceber através dos depoimentos. A Festa da Cavallhada, a Festa de Santos Reis, os passeios na praça, a travessia da ponte, jogar futebol, andar de carro de boi, observar a rua, pescar com os amigos, eram algumas das muitas coisas que davam sentido à vida do novapontense e que, diferentemente dos edifícios mimetizados, não podiam ser simplesmente realocadas para a nova cidade, na medida em que eram relações construídas naquele outro território, que possuía um outro tempo, uma outra linguagem, um outro ritmo. Hoje as ruas do centro não mais adquirem alma nova depois das cinco horas da tarde. Os horários do campo também foram trocados pelos da cidade, oito horas da manhã, meio dia, seis horas da tarde. Depois das seis horas, o movimento nas ruas aumenta, porém, o tempo parece curto; o espaço, novo; os encontros, raros.

“Aqui a gente tem mais conforto, mas aquele amor... só o tempo pode se encarregar disso” (Adelina Fernandes da Silva, última moradora a deixar a antiga sede) (PENNA, 1997, p.144)

“Vizinho mesmo meu, de muro, ficou tudo longe” (Maria Aparecida Palmiéri Torres) (PENNA, 1997, p.144)

“Antes as pessoas trabalhavam no campo. Então, acabava o serviço, as pessoas tinham mais tempo... Não sei se é por causa dessa vida capitalista que a gente leva.” (Iozaino José Carneiro) (PENNA, 1997, p.144)

“A vida está mais corrida. Nós estamos vivendo uma época difícil. O cafezinho na vizinha, isso acabou. Até hoje, só entrei no Bar do Zé Roxinha (antigo Bar do Bitinha) duas vezes. Eu, que ia lá todo domingo de manhã. E mesmo as praças... tem tantas agora e hoje nem se fala em praça. Os meninos iam tanto na outra praça...” (Rosemir Carlos de Medeiros Ramos) (PENNA, 1997, p.144)

“Aqui é difícil a gente encontrar quem a gente via todos os dias. A gente já passou a comprar num armazém diferente. O preto vendeu o dele. Está fazendo falta. O convívio hoje é diferente. O movimento caiu. A gente sai na rua, está assim... A cidade está que nem o lago, antes era como o rio. O povo parece que está estranhando.” (Adelina Fernandes da Silva) (PENNA, 1997, p.144)

“Lá a gente era dono, aqui parece que a gente não é mais.” (Maria Aparecida Palmiéri Torres) (PENNA, 1997, p.144)

“Na cidade em que a avenida é mais importante que a praça, não existe aquele centro convergente” (Iozaino José Carneiro) (PENNA, 1997, p.144)

A perda de contato com a vizinhança é recorrente nas narrativas, normalmente acompanhada da constatação de que não se sabe mais onde seus conhecidos moram, diferentemente do que ocorria na cidade velha, em que a casa das pessoas inclusive constituía referência urbana no cotidiano. Quando perguntado sobre a mudança para a nova cidade, o Sr. Manoel afirma:

“Sr. Manoel: Pra cidade aí melhorou muito, isso aí. Infelizmente, a gente... saudade da cidade lá. Porque, da moda do ditado, as amizades que a gente tinha, não é que não continua não, continua, mas não é tão aconchegante como era antigamente lá embaixo. Sabe por que? Porque lá a cidade era pequena, então todo dia a gente estava em contato com as pessoas. E hoje em dia aqui a gente mudou, não é tão grande aqui, mas mudou a distância. Tem vez que a gente encontra alguém aqui que “oh rapaz, mas você mudou de Nova Ponte?”. Você entendeu como que é a diferença? “Cê mudou de Nova Ponte? Não, rapaz, quanto tempo que não te vejo!”. Não adianta, lá embaixo é mais pequeno. Não é que aqui é ..., é pequeno também, mas...”

Juliana: Mas é bem maior, né!

Sr. Manoel: Cresceu bem mais, né! Quer dizer, então a gente não tem aquele contato, né. A pracinha, lá era só uma. Todo dia a gente estava lá naquela pracinha.” (INÁCIO, 2014, p.153)

Embora a população tenha noção de que a cidade não é classificada como uma grande cidade, entendem que,

assim como em cidades maiores, as pessoas ficaram mais distantes umas das outras. Uma distancia não tanto física, mas de relacionamentos, se perdeu o costume de dedicar tempo para ver e conversar com outros moradores da cidade (INÁCIO, 2014). Contato que se dava, sobretudo, na “pracinha” (Praça São Miguel). Quando questionado sobre qual praça frequentava, o Sr. Manoel conta:

“A praça São Miguel. Sempre a gente tava lá, né. Porque tinha o jardim, lá perto da Igreja. Porque tinha a Igreja e a praça. Na praça ali sempre tinha o bar do Zé Rochinha, um bar que a gente frequentava demais da conta. Todo dia a gente tava ali, né. Tinha o bar lá do Nereston. Agora hoje em dia a gente nem frequenta isso aí. Como se diz o ditado, o Nereston tem o Xanus, é deles, tinha o bar dele lá que era frequentado demais. A gente... quase nem vou lá. Pra te falar a verdade, pode contar as vezes que eu já tive lá. Tem o bar do Zé Rochinha, que é ao lado da Câmara Municipal ali, tem um bar de cá ali, é do Zé Rochinha, era ali. Aquele era o bar que a gente todo dia tava nele. Então a gente não vai mais, quer dizer, mudou!” (INÁCIO, 2014, p.154)

Na fala do Sr. Manoel também aparece a importância de se viver em uma cidade com estrutura 100%, no que diz respeito a possuir uma casa melhor do que a anterior:

“Mas, agora mudou demais é a estrutura de vida. Igual, pra gente, vamos supor, minha casa lá embaixo, minha casinha

lá embaixo, eu não tinha condição de arrumar, porque era casa que foi feita antigamente, antiga demais né, então, pra arruma aquela casa tinha que derrubar. Tinha que derrubar pra fazer outra. E aí da moda, era mais difícil, né. Quer dizer né, minha casa lá era 65 metro. Olha aqui pro ce vê, oh! [mostra o tamanho da casa atual]. Olha a diferença! Quer dizer, melhorou muito, porque, iniciativa de quem? Da CEMIG, né.” (INÁCIO, 2014, p.155)

O Sr. Manoel, assim como muitos outros, teve seu padrão de vida elevado, vivia em uma casa melhor, mais confortável e com infraestrutura urbana, e atribuía isso à CEMIG no papel de benfeitora. Não entendia sua nova casa como um direito, mas como um ganho proporcionado pela empresa. Noção que também aparece na fala de outros trabalhadores, como na do Sr. Amador:

“Muita gente ficou revoltado né, até hoje tem gente aí que fala “ah, não, eu não gosto daqui não, lá era muito melhor, né”. Mas, é nada, sô! Aqui a CEMIG foi uma mãe pra Nova Ponte! O sujeito que tinha lá, como se diz, um cubinho com uma telha em cima ganhou uma casa boa aí, olha. As casinha que a CEMIG fez é tudo boa. As casinha aqui não valia nada lá, igual essa casinha de fundo aí, olha, foi fazer uma casinha chique, uai. Muito bem feitinha, então, clama de barriga cheia.” (INÁCIO, 2014, p.156)

Quanto aos eventos municipais, o Carnaval hoje é a maior festa, sendo realizado no Balneário Social de Nova

Ponte, uma praia artificial formada pelas águas da barragem da hidrelétrica. O evento conta com ampla divulgação na mídia regional, atraindo um grande número de turistas. Porém, as festas religiosas que aconteciam na “cidade velha” e ainda são realizadas anualmente na nova cidade, constituem os principais vínculos afetivos e simbólicos dos moradores com sua história, ficando perceptível em seus depoimentos o saudosismo pela realização desses eventos na antiga cidade:

“As festas da igreja eram melhores que as de hoje. Havia muito movimento, com banda de música - a banda do Antônio Clariano, a de São Miguel” (Calimério Ferreira) (CREMA, 2005, p.53)

“O povo vinha todo da roça, vinha fazendeiros, os trabalhadores da roça mesmo, amarravam os cavalos... Na época, armavam barraquinhas nas praças” (Ubaldo Damásio) (CREMA, 2005, p.53)

“As festas da igreja eram muito animadas, tanta gente! Tinha leilão tabuleiros de salgados, de doces. Cada um fazia em casa” (Olímpia Soares) (CREMA, 2005, p.53)

A Cavalhada ainda acontece anualmente no mesmo dia 13 de junho e continua sendo um dos eventos mais importantes para a cidade, mesmo que o número de cavaleiros participantes tenha diminuído pela metade, passando de uma média de 150 para 75 cavaleiros. Já o público ainda prestigia em grande

número a festa, reconhecida regionalmente (CREMA, 2005). Mas para alguns, como a Sra. Maria Páscoa, a festa não é tão boa como na antiga cidade:

“Maria Páscoa: Nossa, menina, era bão demais, era uma festa e tanto, né. Hoje, a cavalhada de hoje não chega nem perto do que era, num sei, eu acho que é por causa, cada tempo vai mudando. Tudo mudou. Agora nada é mais como era, né, já diferenciou tudo. Lá eu sei só que era muita gente, era umas banda muito bonita sabe, que tocava, menina, e era gente demais da conta. E uns cavalo muito bem enfeitado, mas era aquela coisa mais linda...”

Juliana: E ia todo mundo de casa?

Maria Páscoa: Ia, ia todo mundo. [...] Eu vou te falar viu, depois que nós mudou de lá eu já peguei não ir mais.

Juliana: A senhora não vai na Cavalhada daqui não?

Maria Páscoa: Não, muito difícil, eu não vou mais não. Eu ia quando o meu menino corria, eu ia. [...]

Juliana: Mas a senhora chegou a ir em algumas Cavalhadas aqui, o quê que a senhora achou?

Maria Páscoa: Uai, eu achei bonito, eu gosto, acho lindo, sabe, mas é diferente de tudo parece que já não tem tanto entusiasmo igual era. Eu não sei se é porque a gente morava... eu não sei se era... lá na roça e a gente via era aquela preparação mais bonita!” (INÁCIO, 2014, p.160)

Em sua narrativa, a Sra. Maria Páscoa relaciona o entusiasmo que existia em relação à festa com os preparativos realizados na roça, evidenciando o caráter da

cultura antigamente ser vinculada ao campo. A preparação referida diz respeito à fabricação de adereços (flores de papéis coloridos e tiras) que eram utilizados para enfeitar os cavalos e as lanças utilizadas pelos cavaleiros, trabalho que ficava sob responsabilidade das mulheres da comunidade. Hoje a festa permanece como ritual, mas não mais como prática representativa da sua cultura vinda do campo (INÁCIO, 2014), o que gera um distanciamento afetivo como podemos perceber também no depoimento da Sra. Ronalda:

“Não. Agora eu não participo mais, ficou tudo muito diferente. Porque é uma coisa que aquilo que a gente fazia era com muito gosto, com muito prazer, parece que depois foi ficando muito podado, muita coisa modernizando, né, é o preço do progresso é esse, [...]” (INÁCIO, 2014, p.164)



cavalhada na cidade velha

Mudanças de relação e significação que podem ser associadas às transformações no ritmo de vida trazida pelo progresso na cidade, mas que em vários depoimentos trazem consigo o personagem do migrante que se instalou na cidade como fator de estranhamento do território, como se pode perceber na fala do Sr. Zuza acerca das transformações na cidade:

“Ah, mudou demais né. Nova Ponte hoje é outra cidade, tem muita gente de barragem, ficou aqui, né, mudou tudo, né. Pra você ter uma base Nova Ponte depois que mudou pra cidade nova ficou igual cidade grande, igual Uberlândia, por exemplo. Hoje até o vizinho da gente que era vizinho próximo igual tem esse aqui, que nós morava de vizinho lá, tem do lado de baixo aqui, era tudo vizinho de lá. Assim, num tem mais comunicação, tá igual cidade grande, acabou as rodinha, cidade pequena, você sabe, tem uma rodinha de amigo, não tem isso mais não, acabou, mudou o ritmo né” (INÁCIO, 2014, p.154)

Narrativa preconceituosa que também aparece na fala do Sr. José Custódio e da Sra. Maria Aparecida:

*“José Custódio: Olha, pra ser sincero, eu vou ser sincero pro cê, eu não sei se é porque a gente sofre muito, assim na vida da gente a gente não vai levar nada mesmo, mas da cidade de lá pra cá mudou pra melhora né, aqui ficou uma cidade mais assim, como diz o outro assim...
Maria Aparecida: Mais animada, né! Aqui é arrumadinho, né, a estrutura aqui é quase cem por cento.*

José Custódio: A única coisa que a gente reclama aqui é sobre que é uma cidade pequena, uma cidade pequena mais tá surgindo muito roubo

Juliana: Tem muita gente que agora é estranha, né?

Maria Aparecida: Tem, nossa, lá na cidade velha você conhecia todo mundo, aí acabava de fazer as coisas, sentava debaixo de uma árvore e ia bater papo a tarde inteira, agora aqui! Uma que a gente trabalha e outra que tem gente muito estranha.

José Custódio: A cidade velha você largava a porta aberta, aqui ocê não pode, no máximo tudo segurado tudo com segurança” (INÁCIO, 2014, p.155)

Em ambas as falas os estranhos em questão são os trabalhadores migrantes de outras regiões do país que se instalaram em Nova Ponte para trabalhar na construção da hidrelétrica, maior parte deles se instalando no bairro Amélia Benevides, uma vila operária construída a alguns quilômetros da nova cidade e que até hoje, passados quase 30 anos, sofre discriminação pelos moradores da “cidade velha”. Para compreender as complexas relações estabelecidas entre esses diferentes moradores da cidade partimos do entendimento de como o direito de morar no centro foi elaborado.

O direito de morar no Centro foi elaborado no formato da divisão social e territorial de classes já tecidas na antiga cidade, privilegiando quem já morava na região central, nas proximidades da Igreja São Miguel. Inclusive é sabido, informalmente, que sujeitos de influência na cidade tiveram prioridade na distribuição de lotes na região central, afinal,

morar próximo à praça da matriz ou na avenida principal era sinal de status, e aqueles que o tinham, não queriam perde-lo (INÁCIO, 2014).

Além disso há o fato de que a CEMIG só reconhecia e negociava com proprietários, logo esses conseguiram garantir as melhores localizações na cidade. Quanto à parcela de moradores que não era proprietária dos lotes que moravam na cidade velha, ou conseguiram se inserir nas doações de terrenos da igreja e prefeitura ou receberam da CEMIG uma pequena casa construída segundo os padrões da empresa, estando a maioria dessas doações localizadas no Amélia Benevides (DA SILVA, 2017).

O Bairro Amélia Benevides foi apelidado pela classe dominante de “vilinha”, alcunha pejorativa que representa a forma do antigo morador entender na cidade a presença desse bairro por eles indesejado. E ainda defendem que tudo de ruim que acontece na “vilinha” se deve ao fato de se concentrar no bairro as pessoas vindas de outras cidades durante e após a construção da barragem (DA SILVA, 2017).

Inicialmente, a vila havia sido planejada para receber os diversos trabalhadores, com diferentes níveis de qualificação, que trabalhariam na construção da UHE - Nova Ponte. Foram construídas casas de alvenaria e também uma infraestrutura urbana de qualidade para atender até 5.000 habitantes. Os trabalhadores solteiros e braçais foram alocados em alojamentos provisórios e coletivos. Os trabalhadores solteiros

de nível técnico foram acomodados em pequenas casas, algumas de madeira. Já para os casados e suas famílias; os trabalhadores mais qualificados, com nível universitário; diretores e pessoas ligadas ao comércio e serviços da vila foram construídas boas casas de alvenaria (CREMA, 2005).

A construção da vila, a nove quilômetros da velha cidade, e aproximadamente cinco quilômetros da nova cidade, estabeleceu uma série de conflitos, tal como expõe Pe. Júnior:

“Foi um desrespeito com o povo, com a população de Nova Ponte, porque os moradores da vila residencial ficavam totalmente afastados da comunidade. Era um povo que se sentia diferente, de cultura diferente. Esse pessoal ficava lá na vila com escola própria, tinham vida própria... Houve muitos conflitos, problemas de aceitação, lá tinham supermercados, tinham tudo. A vila era uma cidade maior que Nova Ponte, bonita e tudo, com clube e piscina”. (CREMA, 2005, p.80)

Além dos trabalhadores fixos instalados na vila, também foi necessário o recrutamento, pelas empreiteiras, de mão-de-obra flutuante. Esses trabalhadores foram logo apelidados como “os peões” em Nova Ponte, se alojavam nas periferias da cidade, e não tendo ajuda da CEMIG, o padrão de construção se deteriorou cada vez mais, alguns inclusive utilizando material de demolição da cidade velha. Enquanto isso, o antigo morador orgulhoso de morar em uma cidade totalmente nova, começava a olhar cada vez mais com

desconfiança o crescimento do Amélia Benevides e alegavam não gostar do que diziam ver (DA SILVA, 2017). Segundo o Pe. Júnior:

“Começaram a construir a vila e em menos de um ano, estava tudo pronto. Para a população, a construção da vila foi um ato muito agressivo, profundamente agressivo e a comunidade sofreu muito. Chegava gente de todos os lugares de 200 a 300 pessoas por dia, vinha gente do Brasil inteiro, você não sabia quem eram, vinham assassinos, drogados, vinha de tudo. Atendi muita gente que dizia: ‘matei um ontem... anteontem... três dias atrás... matei duas pessoas... estou aqui, fugido!’ Situação que era muito comum, não tínhamos como controlar. Os peões também eram marginalizados por serem peões. Por isso me tornei interlocutor deles, muitas vezes para negociar com a empresa por melhores salários ou durante a paralisação. O chefe deles era o chefe da CEMIG, com poder de decisão e o negociador era o padre. Outra tentativa de diminuir a marginalidade e violência foi a construção de um barracão, atrás da minha casa; comprei 200 colchões e os abriguei na casa paroquial. Lá, eu oferecia música, comida e galinhada. Era uma forma deles ficarem ali, bebiam e ficavam bêbados ali também. Muitos desses peões eram casados e me davam o dinheiro do salário para guardar, para que não gastassem na zona. A zona de Nova Ponte era composta de nove casas e em menos de um ano chegaram mais de 300 mulheres, que vinham de Uberaba, Uberlândia e dessas cidades maiores, só para pegarem o dinheiro do mês da ‘peãozada’. Com isso muita gente ficou na cidade, casou... Ficou por aqui e não quis voltar. Mas, houve muitos outros problemas, muitas meninas ficaram

grávidas, mães solteiras... Foram problemas muito fortes e a comunidade não estava preparada” (CREMA, 2005, p.80)

Conforme registros, no auge do período de obras, a Vila comportava uma população de 7.500 habitantes. Vieram trabalhadores de diversas partes do Brasil a procura de emprego, tanto na usina quanto na edificação da nova cidade. Eram diversas as oportunidades de emprego e exigiam diferentes conhecimentos, habilidades, técnicas, experiências e especializações. Até então a cidade não tinha vivido tamanho crescimento populacional, saltando de, segundo dados da CEMIG, 3.500 habitantes em 1980, para mais de 10.000 em 1990 (INÁCIO, 2014).

Mas a maior questão dizia respeito a identificação desse novo morador pelo morador mais antigo. Ao identificá-lo como diferente, criava tensões, declaradas ou não, entre os membros da comunidade, os dividindo entre “os daqui” e “os de fora”. Conflitos que eram renovados diariamente, quando a menor ação considerada negativa era praticada por um novo morador, tornava todo o grupo vulnerável às tensões, sendo frequentemente culpados pelos problemas da cidade.

As diferenças apenas se acirravam na medida em que eram tachados de perigosos, traficantes, violentos, ladrões, arruaceiros e por aí vai. Denominações que também eram atribuídas ao bairro, ficando conhecido como um lugar violento, lugar de bagunça, de tráfico de drogas, lugar de ladrão,

impossível de se andar à noite ou até mesmo durante o dia se não estiver acompanhado. Acusações resultantes de uma mescla de verdade, invenções, especulações e preconceitos, “dizem que vêm em busca de empregos, mas é mentira”, afirma uma moradora do Bairro São Miguel (DA SILVA, 2017).

Essa relação pode ser entendida como tendo caráter de fofoca. Era cultivado intencionalmente um temor em relação aos novos moradores. Ficava evidente o caráter de superioridade que era sentido pelos velhos moradores ao difamarem os novos moradores. Sobre a vila diziam: *“Na vilinha tem muita coisa errada. Lá tem muita droga... tô falando por boca dos outros”* (moradora do bairro do Rosário) (DA SILVA, 2017, p.10). A imagem negativa do novo morador extrapola inclusive os limites da vila, *“tá sujando a cidade inteira”* (moradora do bairro do Rosário) (DA SILVA, 2017, p.10), e ao ser questionada se já esteve no bairro, essa moradora afirmou que nunca esteve lá. Outras declarações:

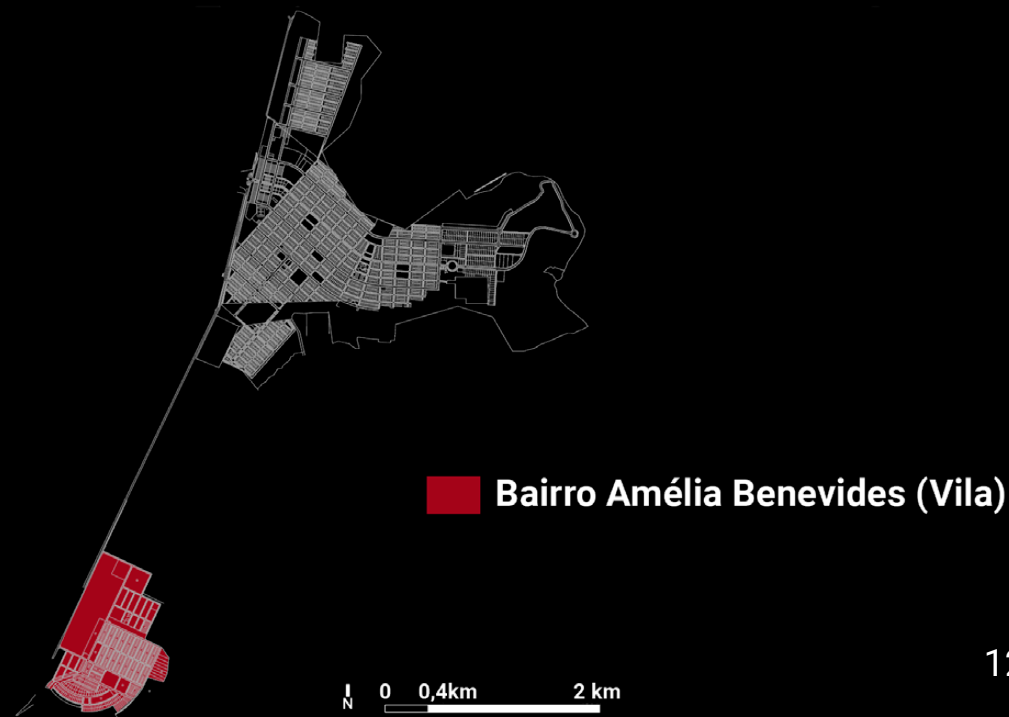
“Vejo falar que lá é bagunceira, briga, a gente vê comentário” (Moradora do bairro do Rosário) (DA SILVA, 2017, p.10)

“...eles falam que lá tem maconheiro, a gente vê falar” (Moradora do bairro do Rosário) (DA SILVA, 2017, p.10)

“Na vilinha eu nunca fui lá mas, lá é muito é porco. Lá também sai muita briga” (Moradora do bairro do Rosário) (DA SILVA, 2017, p.10)

“Na vilinha tem gente perigosa, a gente vê falar, a violência aumentou porque tem mais gente de fora; os daqui, se tiver violência, é muito pouco” (Moradora do bairro São Miguel) (DA SILVA, 2017, p.10)

Nos depoimentos a identidade dos membros da comunidade é reforçada na medida em que se indignam com a presença dos “de fora”. E o “disse que me disse” explicita a o caráter de fofoca das falas. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo que disse, transferindo-a para um sujeito indeterminado e ainda pediram que seus nomes não fossem identificados (DA SILVA, 2017).



As diversas narrativas trazidas trazem reflexões sobre o cotidiano e como as transformações do território ressignificaram os vínculos desses narradores com a cidade. Esses moradores, diante do anúncio da morte de sua cidade já começaram a conviver com um sentimento de perda, e parecem ter configurado uma imagem de tradição a partir de uma visão romântica e nostálgica de sua cidade, quase idealizada. O que de forma alguma conflitava com seus anseios pela modernização, sendo reivindicado na construção da nova cidade o “padrão moderno”. Hoje, reassentada a população nesse novo território, fissuras ainda parecem estar abertas na identidade da comunidade.

Não é possível sistematizar tudo aquilo que foi afogado pelas águas da barragem. Mesmo que muito tenha sido compilado e arquivado pelas equipes à serviço da CEMIG, há muito daquilo que era transmitido na oralidade, no cotidiano e que não foi valorizado quando dos estudos acerca do entendimento desse povo. Suas histórias, lendas, causos, trovas, prosas e muito daquilo que é passado de pessoa para pessoa de maneira espontânea no convívio de uma pequena cidade pacata. Relações estabelecidas na oralidade e que tinham forte relação com o território e seus costumes. Histórias que eram contadas nas “salas de estar”, nos banquinhos na calçada, no jardim da igreja, no salto, nas cozinhas e quintais. E que hoje com a reconfiguração urbana e o esfriamento de suas reações, perderam sua vivacidade, pois dependiam da

constante reprodução para que não deixassem de habitar o imaginário dessa sociedade. E essa expulsão gradual da narrativa da esfera do discurso vivo, é apontado por Benjamin (1985) como sendo um processo que vem se desenvolvendo concomitantemente a evolução secular das forças produtivas.

Além disso na “realocação de Nova Ponte” foi estabelecido um paradoxo. Foi construída uma nova cidade totalmente diferente da antiga, mas que leva o mesmo nome; mesma data de aniversário; o mesmo nome de rua principal, agora uma avenida; foram construídas réplicas de duas igrejas da cidade antiga (São Miguel e São Sebastião) e de dois edifícios históricos (Fazenda Cachoeira e Chalezinho). Tudo isso era sustentado no discurso oficial como tendo a intenção de preservar a memória daquele povo, mas como essa série de réplicas e titulações homônimas seriam suficientes para preservar a identidade de um povo?

Para Milton Santos (1999), o território não é meramente o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território deve ser entendido como território usado, e não o território em si. O território usado é a soma do chão e a identidade, sendo a identidade o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Caracteriza também o território como fundamento do trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida. A partir disso podemos inferir que a população de Nova Ponte no processo de mudança, sofreu também com o esfrelamento

de sua identidade, que teria de ser reconfigurada e entendida a partir de seu novo território as novas relações trazidas no processo.

Porém não era de conhecimento da população que essas sutilezas de sua identificação e configuração como comunidade não poderiam ser simplesmente transportadas para a área da nova cidade. Tomemos a diferenciação de história e memória feita por Pierre Nora em consideração:

“Memória, história: longe de serem sinônimos, temos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza,

múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.” (NORA, 1993, p.9)

O transporte da memória, através da história, evidencia a sua ausência, causa um rompimento de identidade e gestualidade. Talvez o exercício histórico feito pelos novapontenses, antes imersos em sua realidade cotidiana, tenha tido papel fundamental na dessacralização de seus ritos que os identificavam como comunidade. E esse exercício de memória pode tender a criar uma imagem histórica pura, planejada, que exclui a diferença e a subjetividade, perdendo então a dinamicidade. Foram retirados de sua memória para viver uma versão de sua história reconstituída.

Fora isso, todo esse processo de realocação populacional foi seguido por um momento de aceleração e transformação histórica inigualável. A chegada e o avanço da internet e das tecnologias de comunicação sem fio no Brasil, e no mundo, reconfiguraram barreiras, costumes e modificaram nosso entendimento de cotidiano, de tempo, de distância, talvez seja possível falar que quase tudo, de uma forma ou outra, tenha sofrido algum impacto com o avanço dessas tecnologias.

Hoje essas tecnologias já estão naturalizadas e fazem

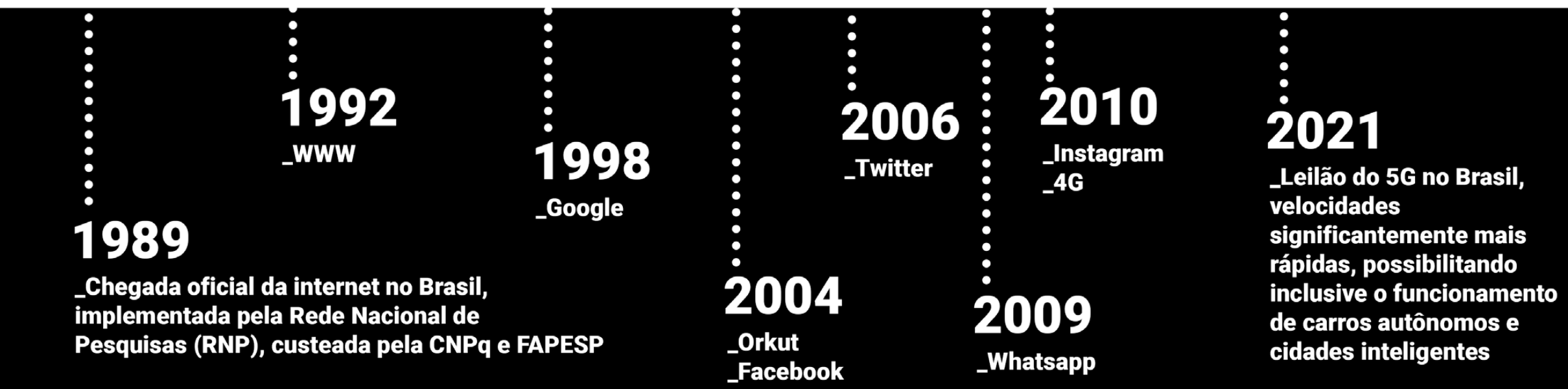
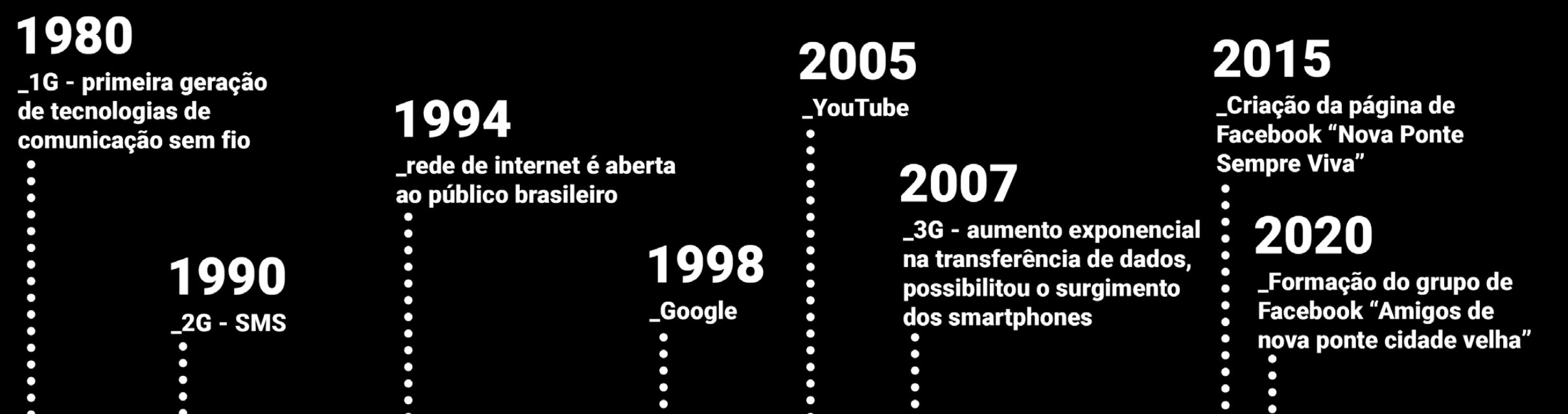
parte do cotidiano de grande maioria das cidades, inclusive Nova Ponte. Movimentações recentes muito interessantes foram a criação da página “Nova Ponte Sempre Viva”, criada em 2015 e hoje com quase 3.000 seguidores, e a formação, em maio de 2020, do grupo de Facebook “Amigos de nova ponte cidade velha” que hoje conta com quase 2,5 mil membros, e onde são postadas fotos de lugares e pessoas da antiga cidade, muitas vezes acompanhadas de um depoimento, e nos comentários as pessoas se esforçam para reconhecer as pessoas, os lugares, contam histórias, desabafam. Aos poucos a antiga cidade vai sendo informalmente mapeada, alguns afetos memorados e fica evidente em muitos dos comentários a nostalgia que ainda é sentida por muitos.

Por mais que Walter Benjamin não tenha sido contemporâneo à internet, identificava uma incompatibilidade entre a difusão da informação e a narrativa, alegando que “se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (BENJAMIN, 1985). Atribui a isso o fato da informação aspirar a uma verificação imediata, ter a necessidade de ser compreensível “em si e para si”. Enquanto grande parte da sabedoria transmitida através da narração se dá no vazio que é deixado para o ouvinte, inclusive diz que “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1985).

Nesse processo vai desaparecendo o dom de ouvir, desaparece ao mesmo tempo a comunidade de narradores e

ouvintes. A arte de contar histórias e transmitir suas sabedorias vai se perdendo na medida em que as histórias não são contadas e recontadas, logo se esvaecendo simultaneamente o dom e as histórias. Benjamin (1985) aponta que a rede em que foi tecida o dom narrativo foi tecida há milênios em torno das mais antigas formas de trabalho manual, e por ter florescido em um meio artesão, a própria narrativa, num certo sentido é uma forma artesanal de comunicação.

Hoje esses vínculos sociais permanecem como uma carência na nova cidade cada vez mais individualista seguindo a lógica social moderna produtivista, e talvez aí esteja a potência na reconfiguração de uma identidade para a cidade de Nova Ponte. Talvez mais do que reconstituir em uma nova cidade o território de uma cidade afogada, devam ser constituídas novas sociabilidades, novos intercruzamentos de narrativas, novas histórias e a partir daí, conquistando e construindo uma nova linguagem, habitarão e imprimirão nessa nova cidade, suas histórias, memórias e desejos.

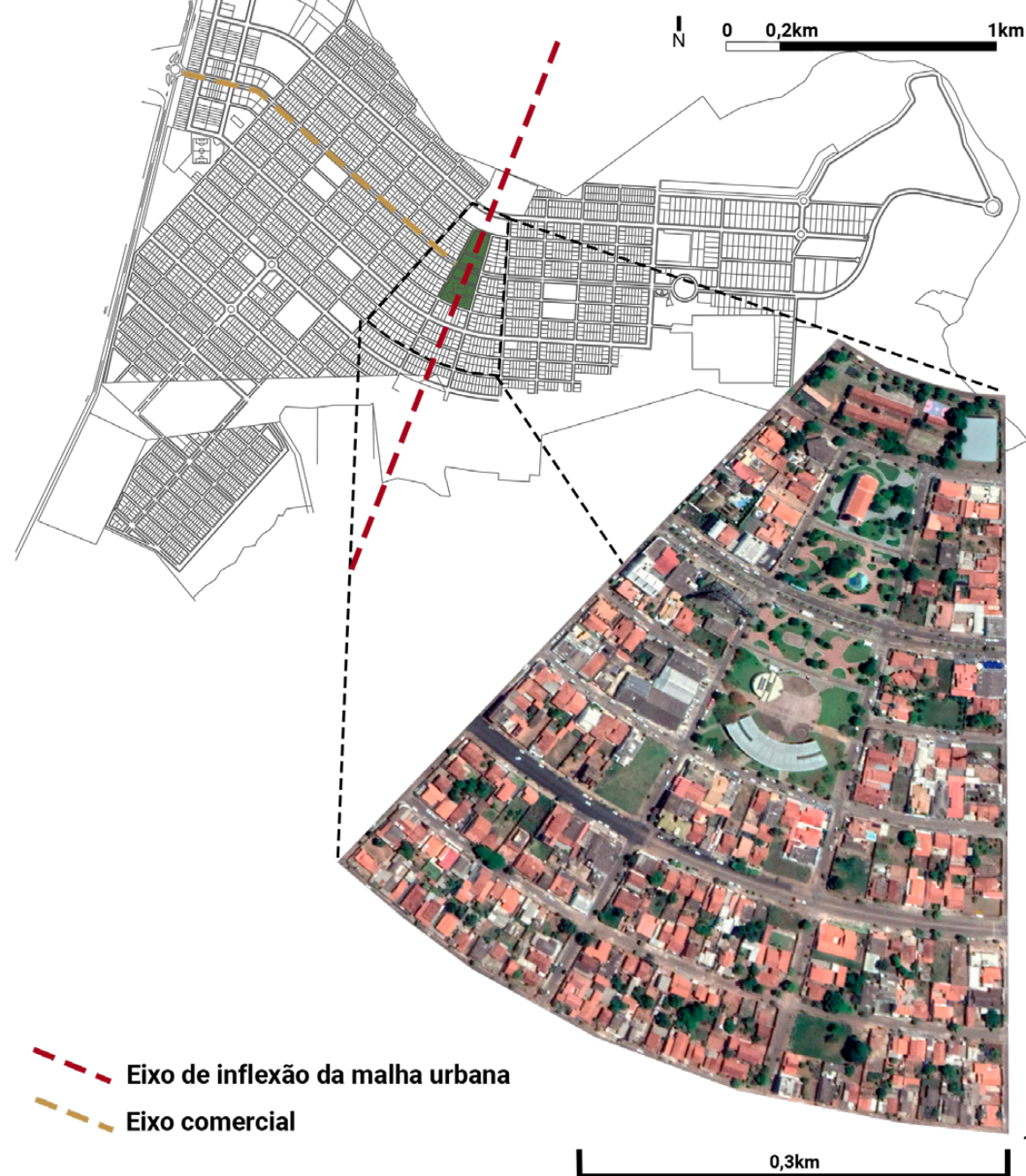


PROJETO

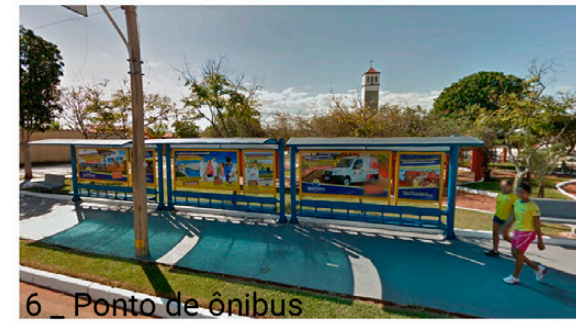
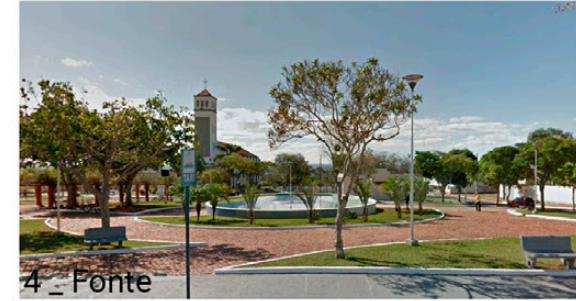
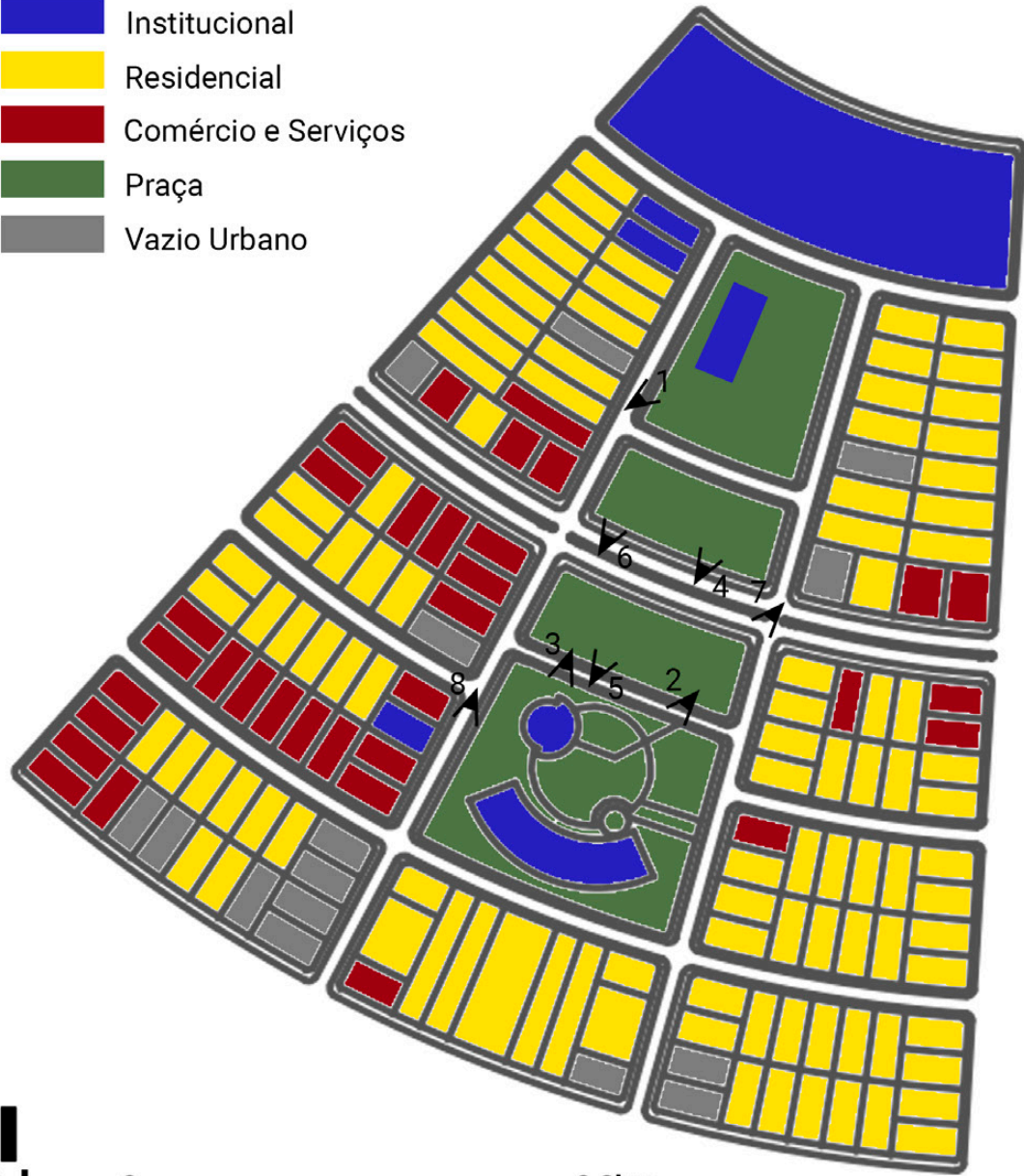
PROPOSTA

Compreendendo todas as transformações ocorridas em Nova Ponte nas últimas décadas, o trabalho propõe como intervenção projetual, **espaços de coletividade, expressividade, congregação e articulação social e cultural, troca de conhecimentos e habilidades, e que se relacione com o cotidiano público da cidade.** A intenção é que o projeto sirva como **espaço de construção de identidade e memória** na nova cidade, não trazendo uma visão nostálgica da antiga cidade, mas potencializando o enfrentamento de visões acerca de possíveis vivências públicas e coletivas no novo território. Enxergando potência na atual alteridade do território.

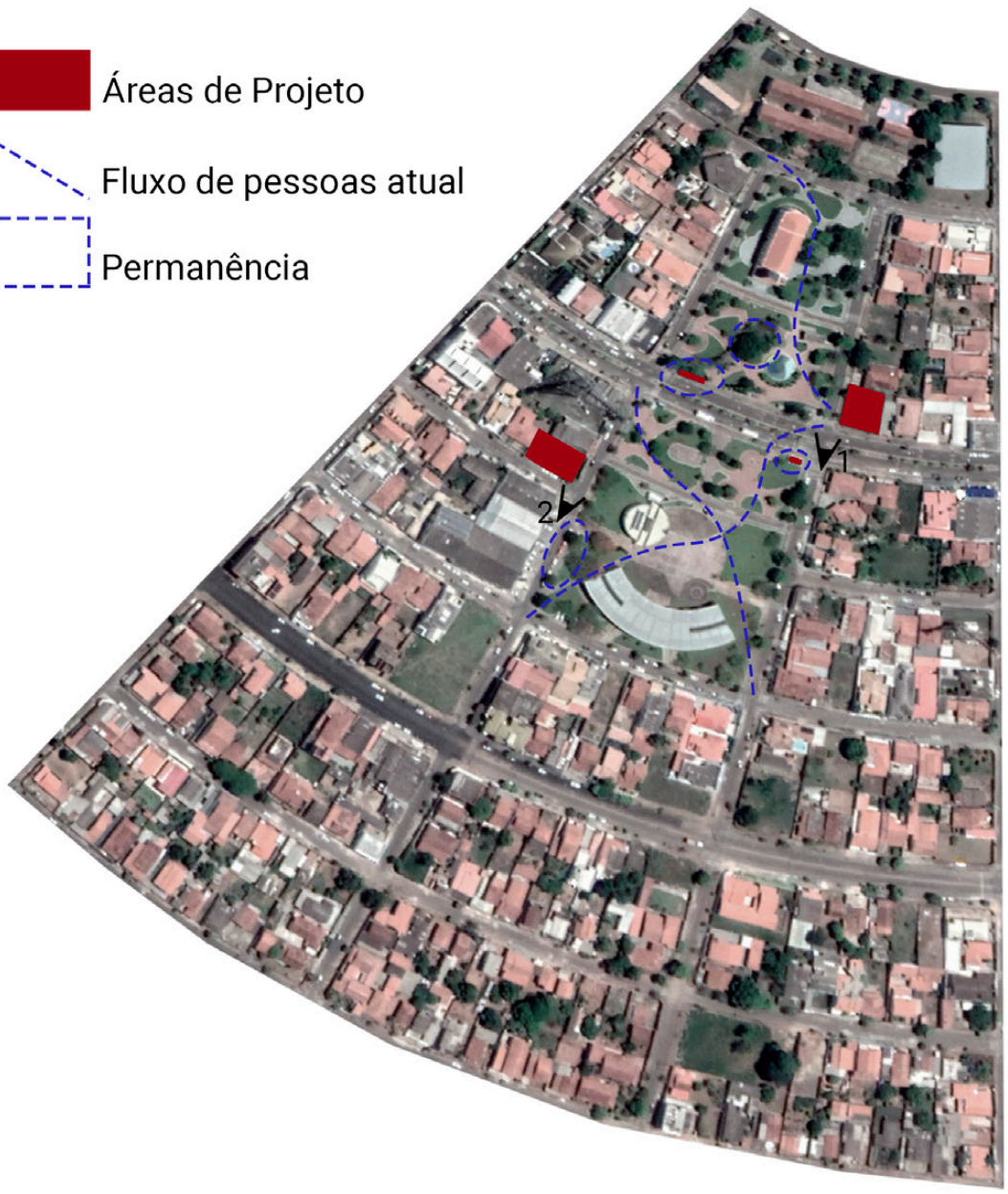
Também ao longo dos depoimentos, percebe-se que a partilha de referências do cotidiano era muito importante na construção de uma linguagem coletiva que unia os indivíduos como povo como “povo de Nova Ponte”, assim como o estabelecimento de uma centralidade para onde os diversos moradores se direcionavam pelos mais variados motivos e se encontravam, conversavam e assim reafirmavam seus laços comunitários. Tendo em vista a importância dessa centralidade em uma cidade pequena, o projeto é formulado nas imediações da **praça São Miguel**, dialogando com seus elementos, assim como com os elementos urbanos de seu entorno, intencionando cruzar visões e disputar narrativas ao se inserir em um espaço que faz parte do cotidiano do novapontense.



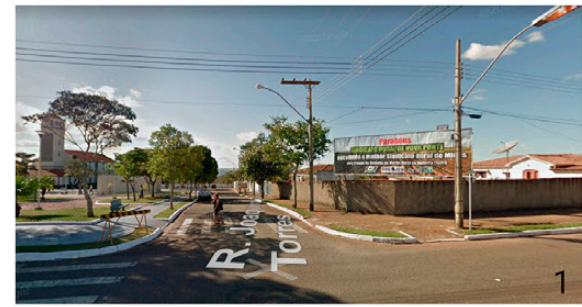
- Institucional
- Residencial
- Comércio e Serviços
- Praça
- Vazio Urbano



■ Áreas de Projeto
- - - Fluxo de pessoas atual
□ Permanência

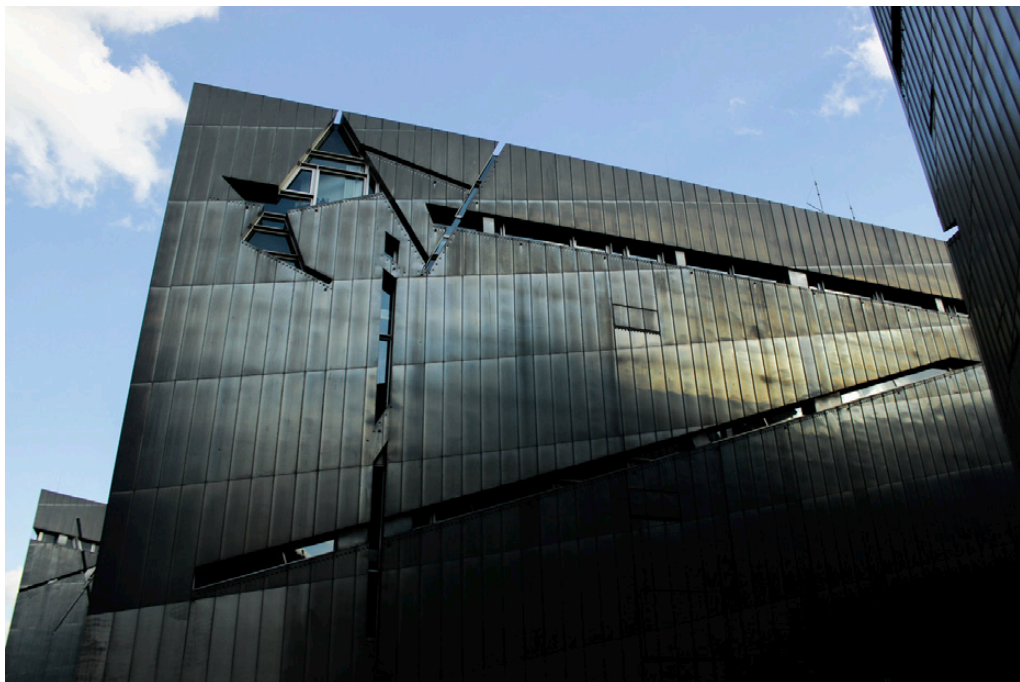


Atualmente a praça é mais utilizada como passagem, possibilitando atalhos no caminhar pela cidade. Algumas permanências estão associadas aos pontos de ônibus, algumas áreas mais sombreadas e à Caixa Econômica, principalmente em época de pagamento. Outros usos mais expressivos estão ligados a eventos religiosos, políticos e festas municipais, sendo o trecho da Avenida que corta a praça o local de onde saem os cavaleiros rumo à Igreja São Sebastião para dar início ao evento.



As duas áreas foram escolhidas por serem próximas à praça e terem localizações estratégicas para a construção da narrativa do projeto através de suas visualidades. E os pontos de ônibus, além de sua localização, por se relacionarem através do transporte coletivo com outras áreas da cidade, funcionando para muitos como ponto de chegada a essa centralidade.

Para conceber a intervenção, dois projetos foram utilizados como referência principal, por estabelecerem outros diálogos com a forma que não só a funcionalidade e a tectônica:



Museu Judaico de Berlim _ Daniel Libenskind [1999]

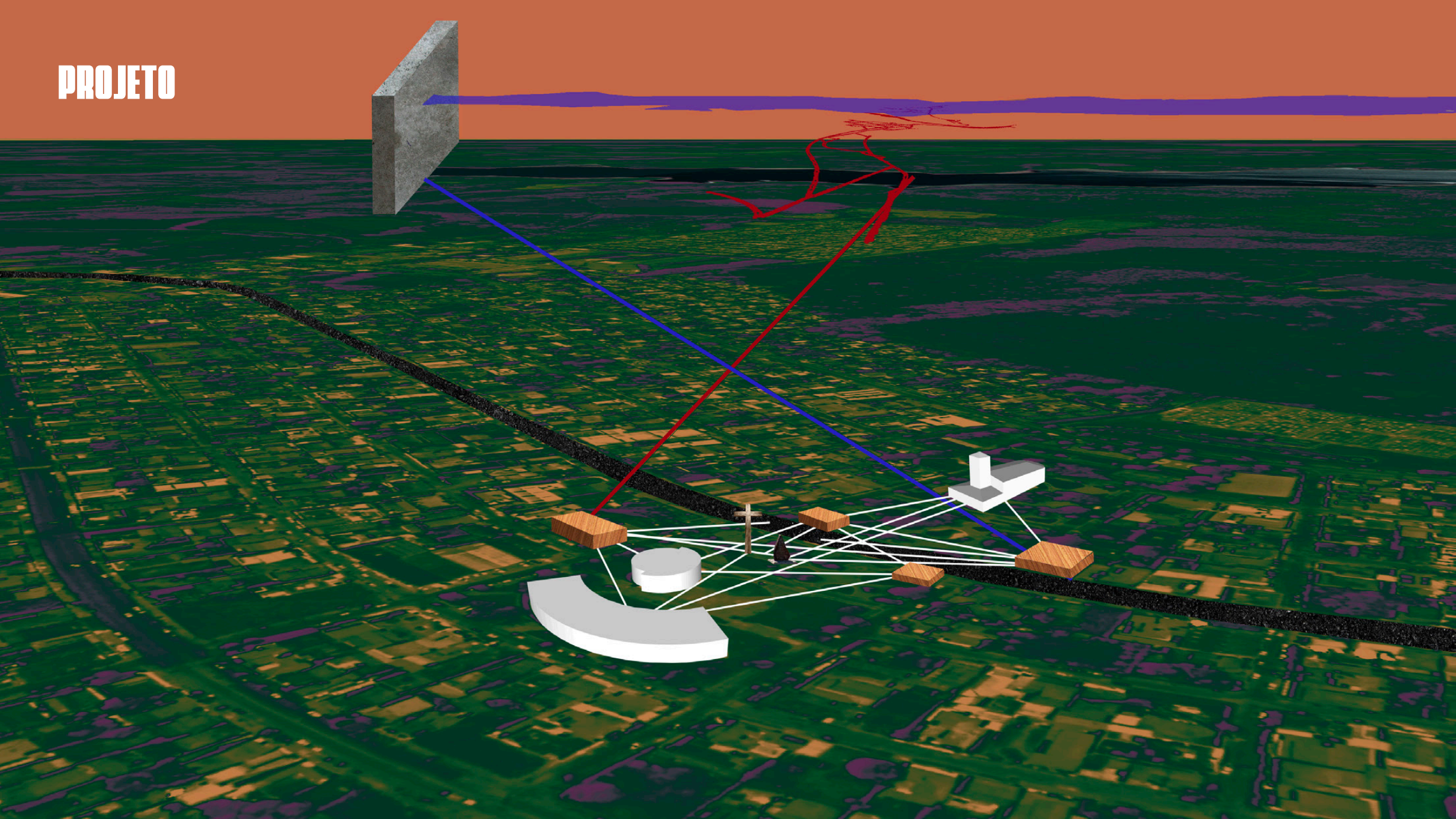
Conecta lugares, eventos históricos e poéticas na composição de uma obra em que o usuário ao mesmo tempo que experiencia o espaço, tece associações com a história do povo judeu.



Estação do Corpo de Bombeiros de Vitra _ Zaha Hadid Architects [1993]

Congela no tempo o momento de incêndio e as velocidades de fluxo, criando uma obra estática, mas que comunica velocidades, forças e influências.

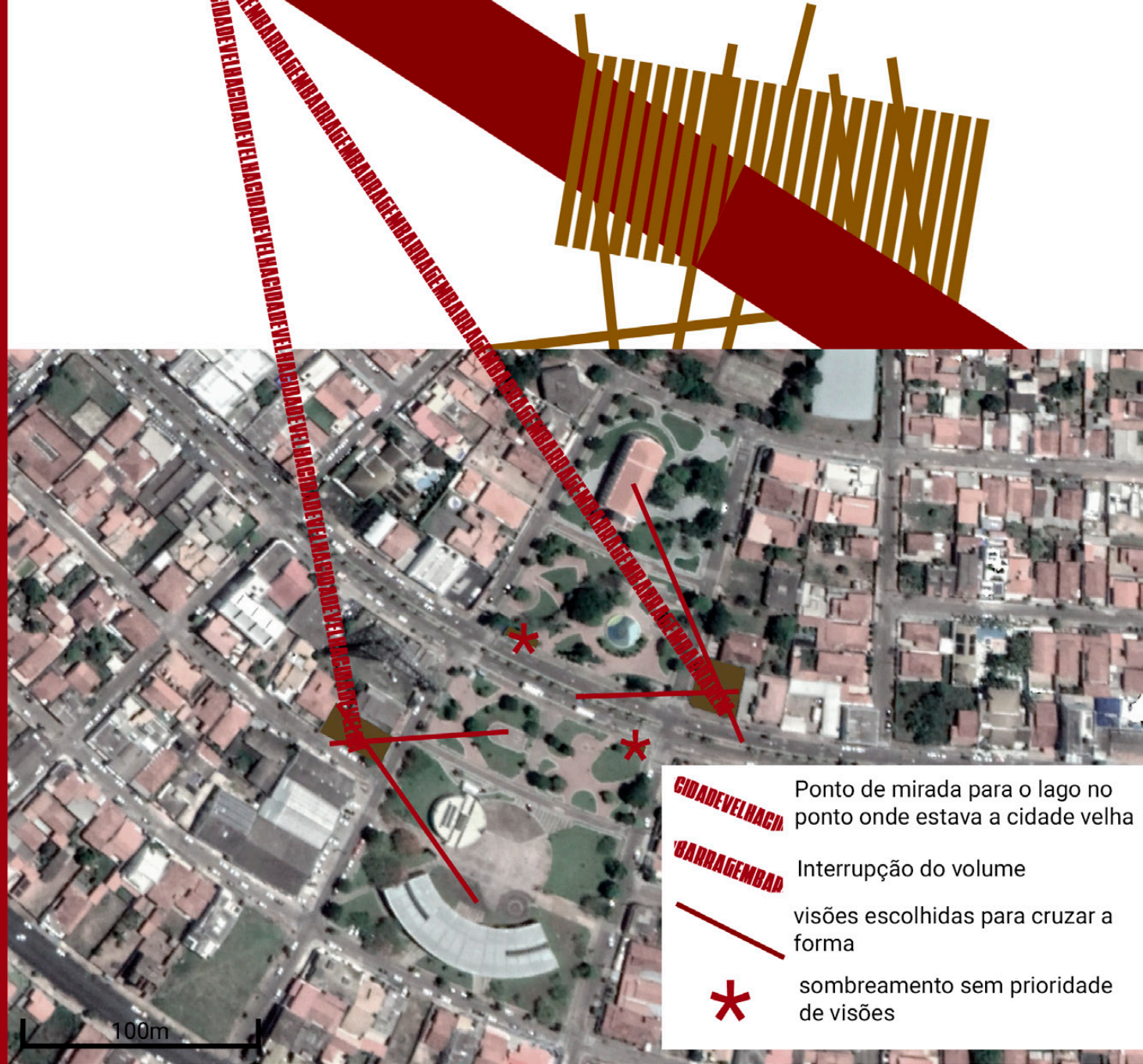
PROJETO



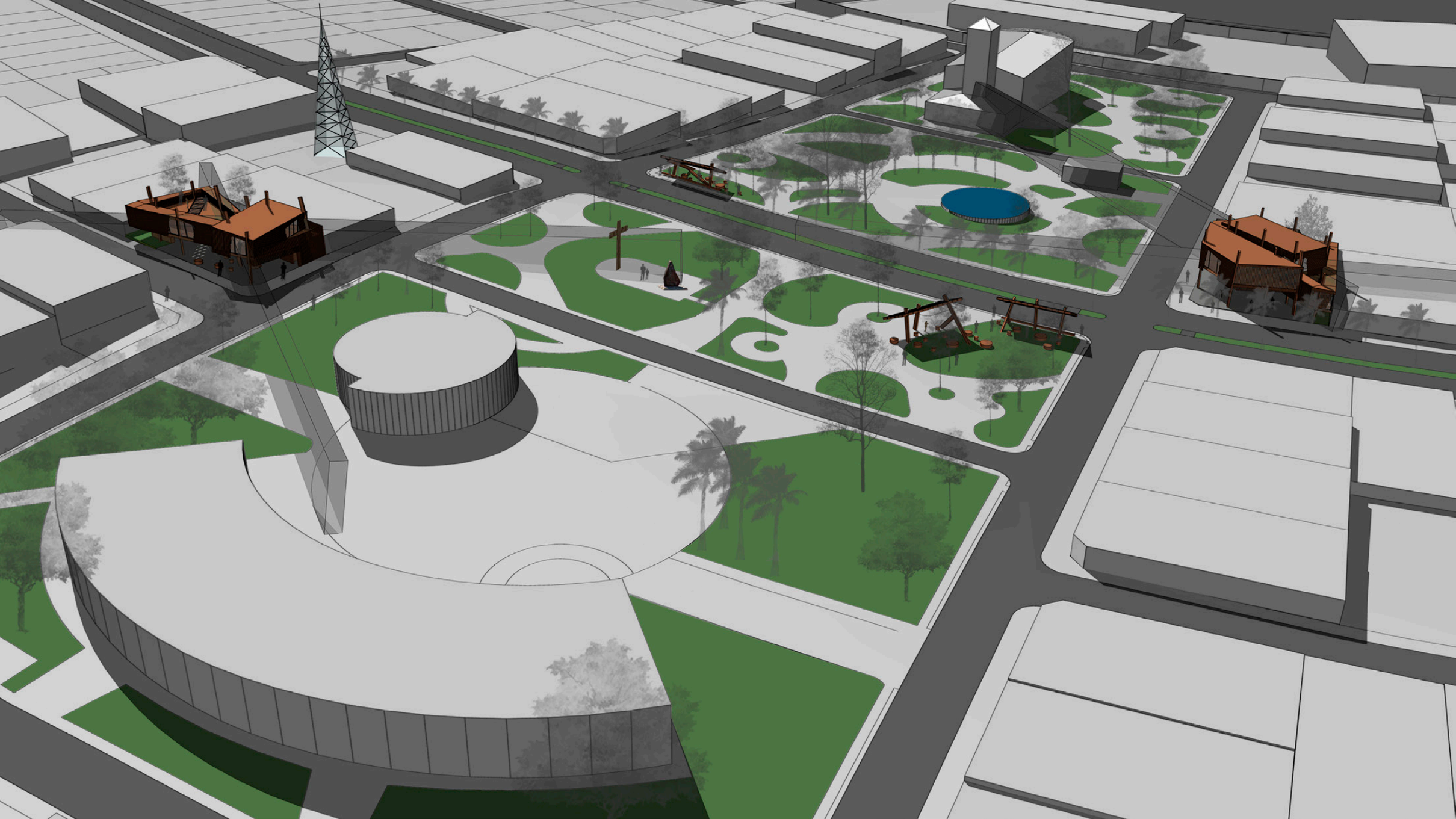
A partir de uma visão de mundo progressista, Nova Ponte teve sua história transformada, a cidade foi alagada, e a população realocada para uma nova Nova Ponte, e no discurso tudo isso era vendido como sendo o melhor para aquela população, porém as fissuras causadas nesse processo existem até hoje para muitos. O nova-pontense foi desenraizado de suas memórias para participar de um processo de historicização de suas vivências intencionando projetá-las no novo território, porém essa reconfiguração urbana e social convive com incompletudes, daquilo que não foi catalogado, que não foi narrado, que não pode ser preservado.

Tendo em vista isso o projeto toma como partido conceitual a relação da forma com a narrativa histórica da cidade, um intercruzamento de visões, situadas e direcionadas, que formam uma completude fragmentada, fissurada e que dialoga com ausências irreparáveis, mas que criam espaço para formação de novas narrativas, linguagens e identidades territoriais, haja vista a atualização da alteridade local.

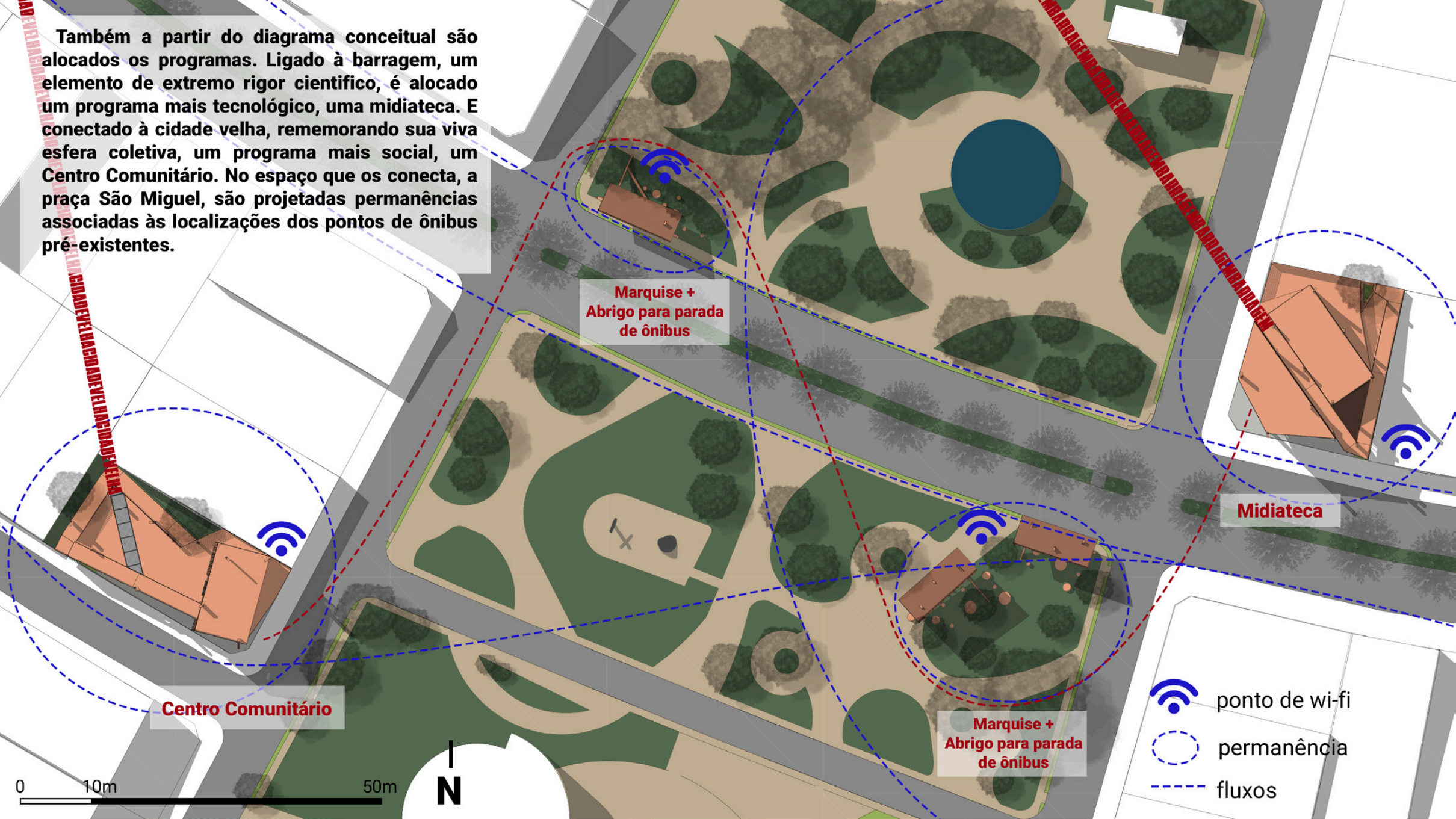
O partido é materializado através de formas que relacionam a fluidez na circulação com uma aparente instabilidade estrutural, inclinada, fragmentada e entrecortada através de uma hierarquia de visões do espaço. Também balanceia o estranhamento formal através da utilização da madeira como principal material na construção do projeto.



- CIDADEVELHA** Ponto de mirada para o lago no ponto onde estava a cidade velha
- BARRAGEMBA** Interrupção do volume
- visões escolhidas para cruzar a forma
- sombreamento sem prioridade de visões



Também a partir do diagrama conceitual são alocados os programas. Ligado à barragem, um elemento de extremo rigor científico, é alocado um programa mais tecnológico, uma midiateca. E conectado à cidade velha, rememorando sua viva esfera coletiva, um programa mais social, um Centro Comunitário. No espaço que os conecta, a praça São Miguel, são projetadas permanências associadas às localizações dos pontos de ônibus pré-existentes.




Marquise +
Abrigo para parada
de ônibus

Midioteca

Centro Comunitário

Marquise +
Abrigo para parada
de ônibus

-  ponto de wi-fi
-  permanência
-  fluxos

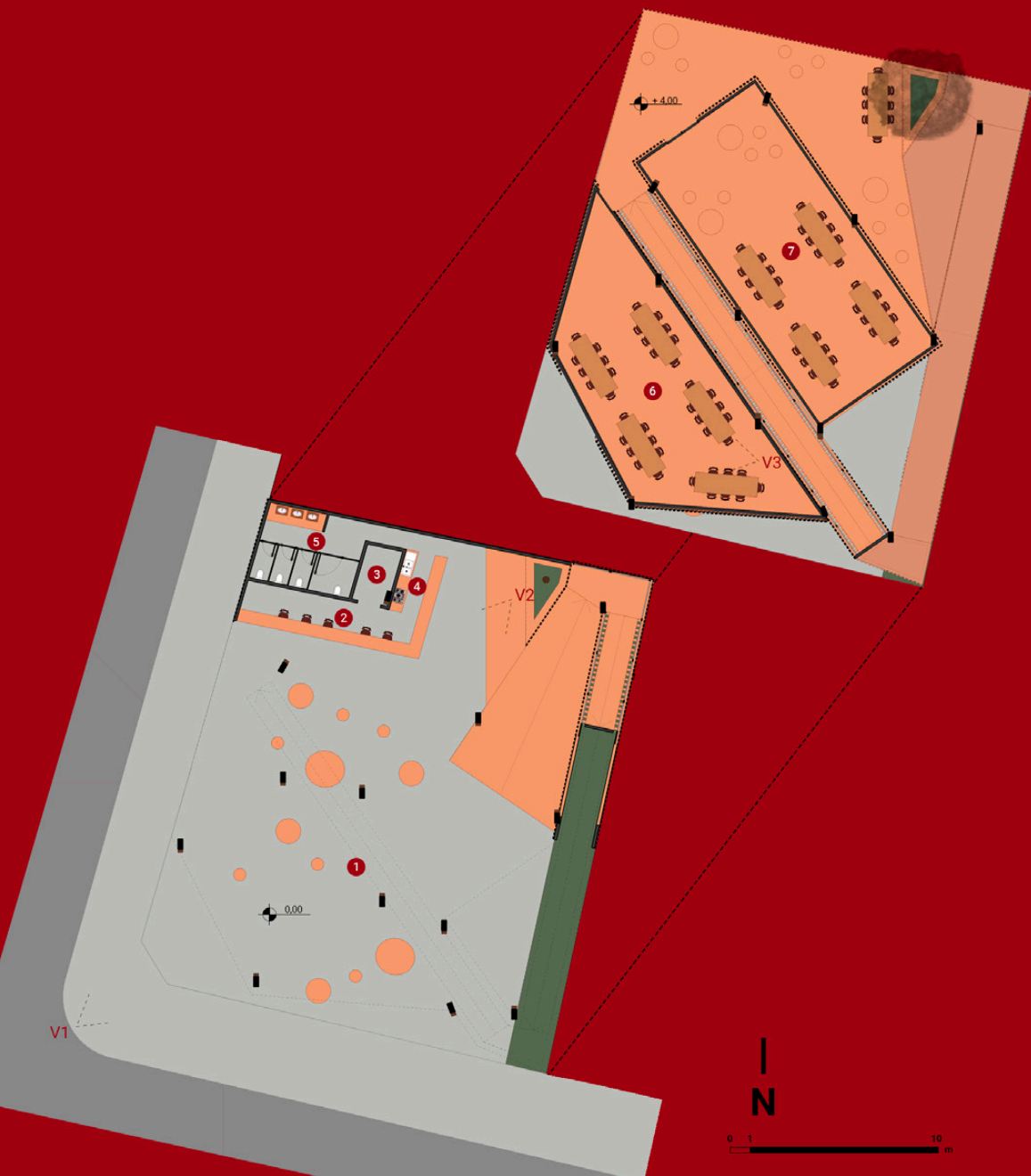
0 10m 50m

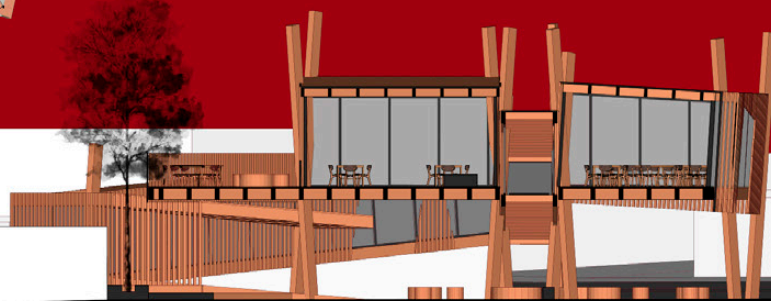
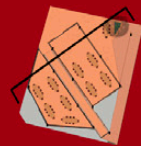
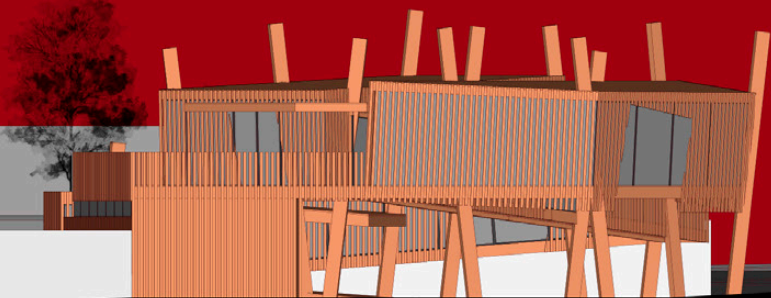
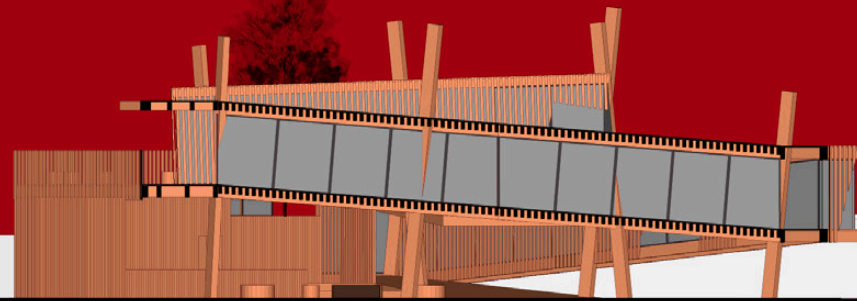
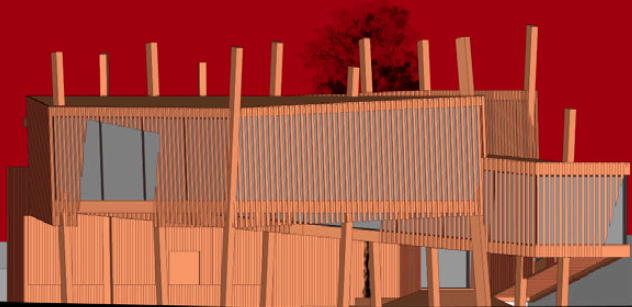
N

MIDIATECA

O projeto da midiateca parte da ideia de criar um espaço dinâmico que sirva como suporte para pesquisa, estudo, trabalho, troca de informações e muito mais. Em consequência disso é projetada uma midiateca com acervo exclusivamente digital, liberando o espaço para uma ampla possibilidade de reorganização de acordo com as necessidades dos usuários, ao mesmo tempo são delimitadas algumas espacialidades fixas que oferecem suporte para a necessidade da coexistência desses diferentes usos.

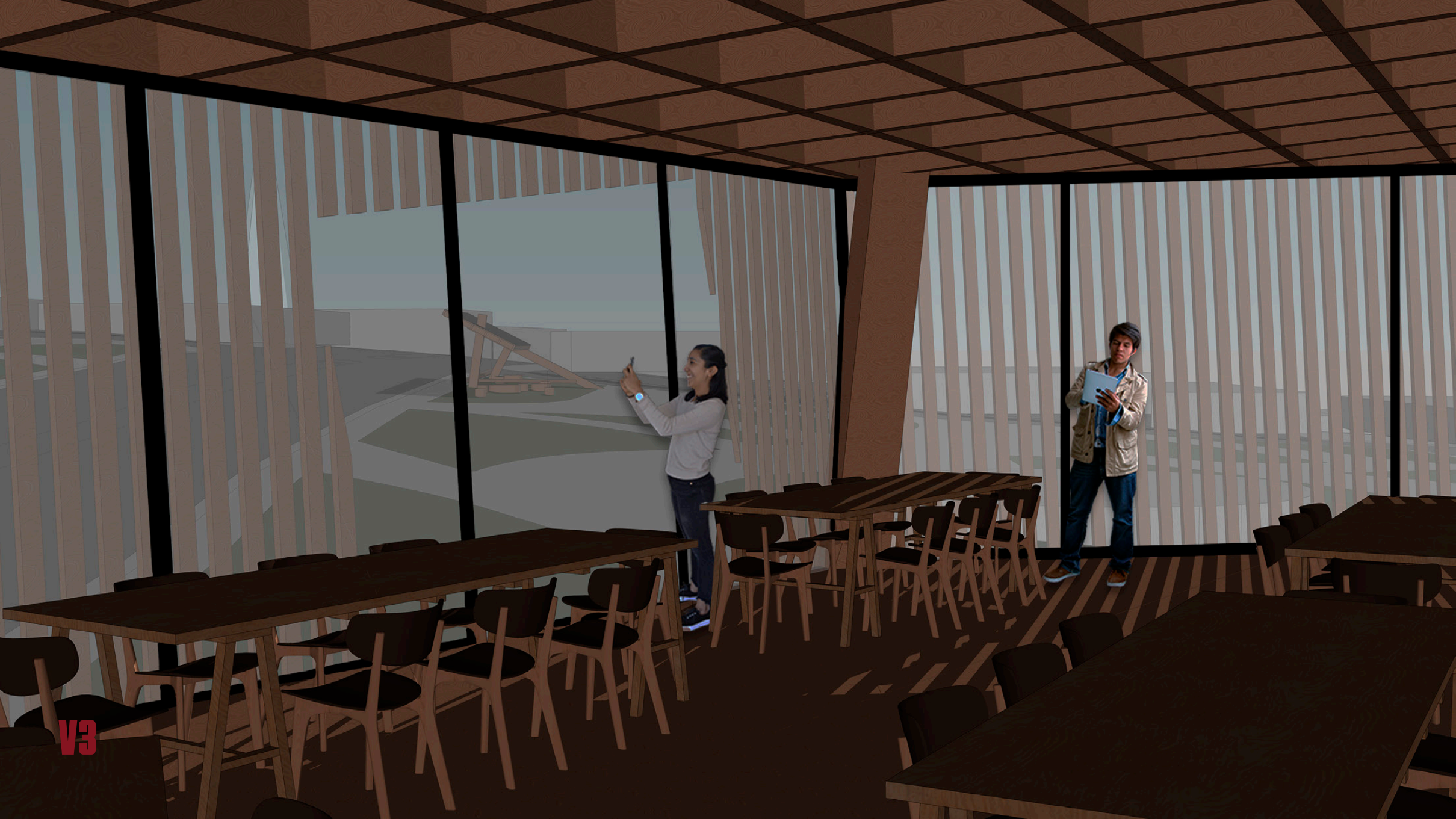
- 1_Pátio Coberto**
- 2_Recepção para a retirada de equipamentos**
- 3_Sala de equipamentos**
- 4_Café**
- 5_Banheiro**
- 6_Sala de estudos/trabalho**
- 7_Ateliê**







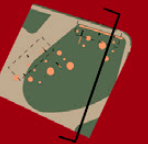
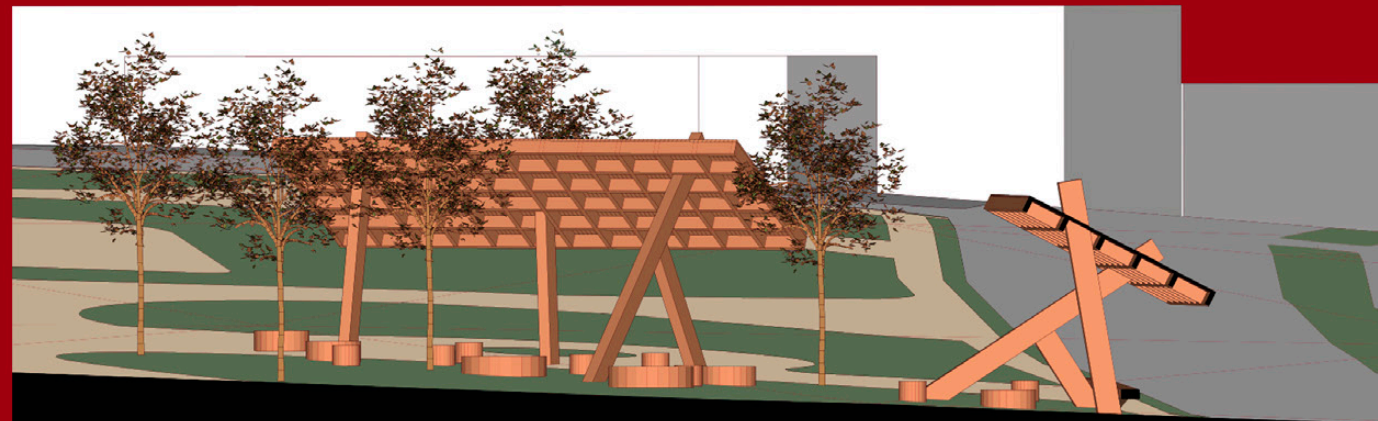
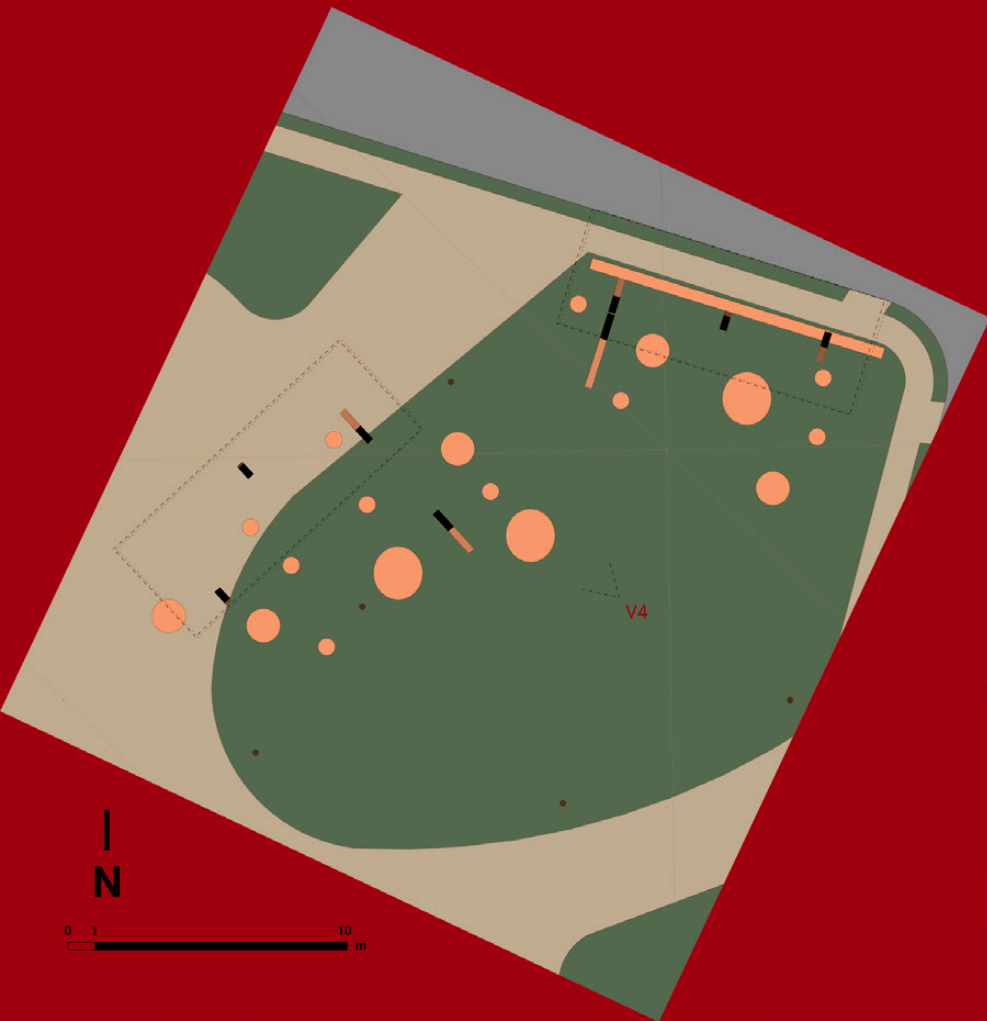




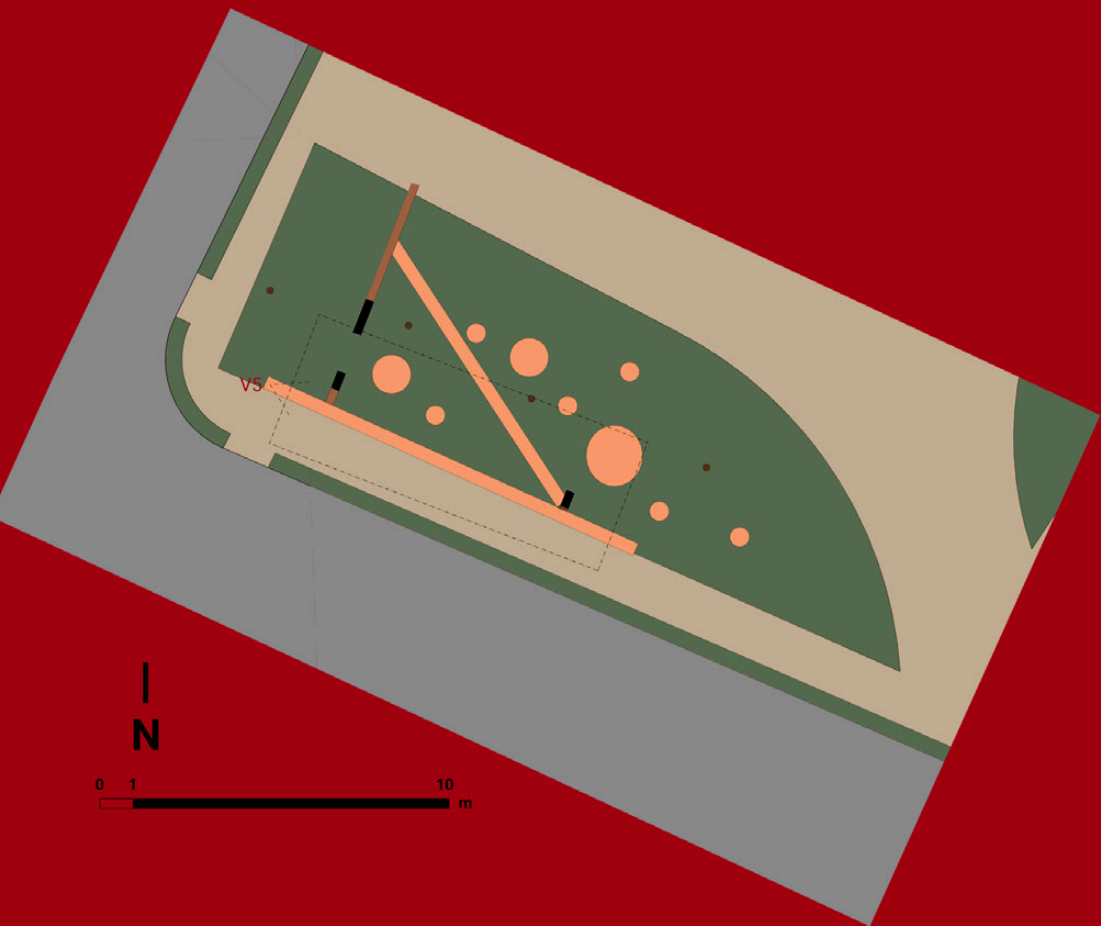
V3

ABRIGOS PARA PARADA DE ÔNIBUS

Os abrigos foram pensados para também servirem como marquise, intencionando dar suporte à permanência na praça. Possuem uma forma com ampla abertura visual e utilizam da disposição do mobiliário nos canteiros como convite para a pausa e a delonga no espaço público, possibilitando assim o acaso dos encontros e observações da vida pública. Também são pontos de internet, sendo esse mais um incentivo para a utilização do espaço.







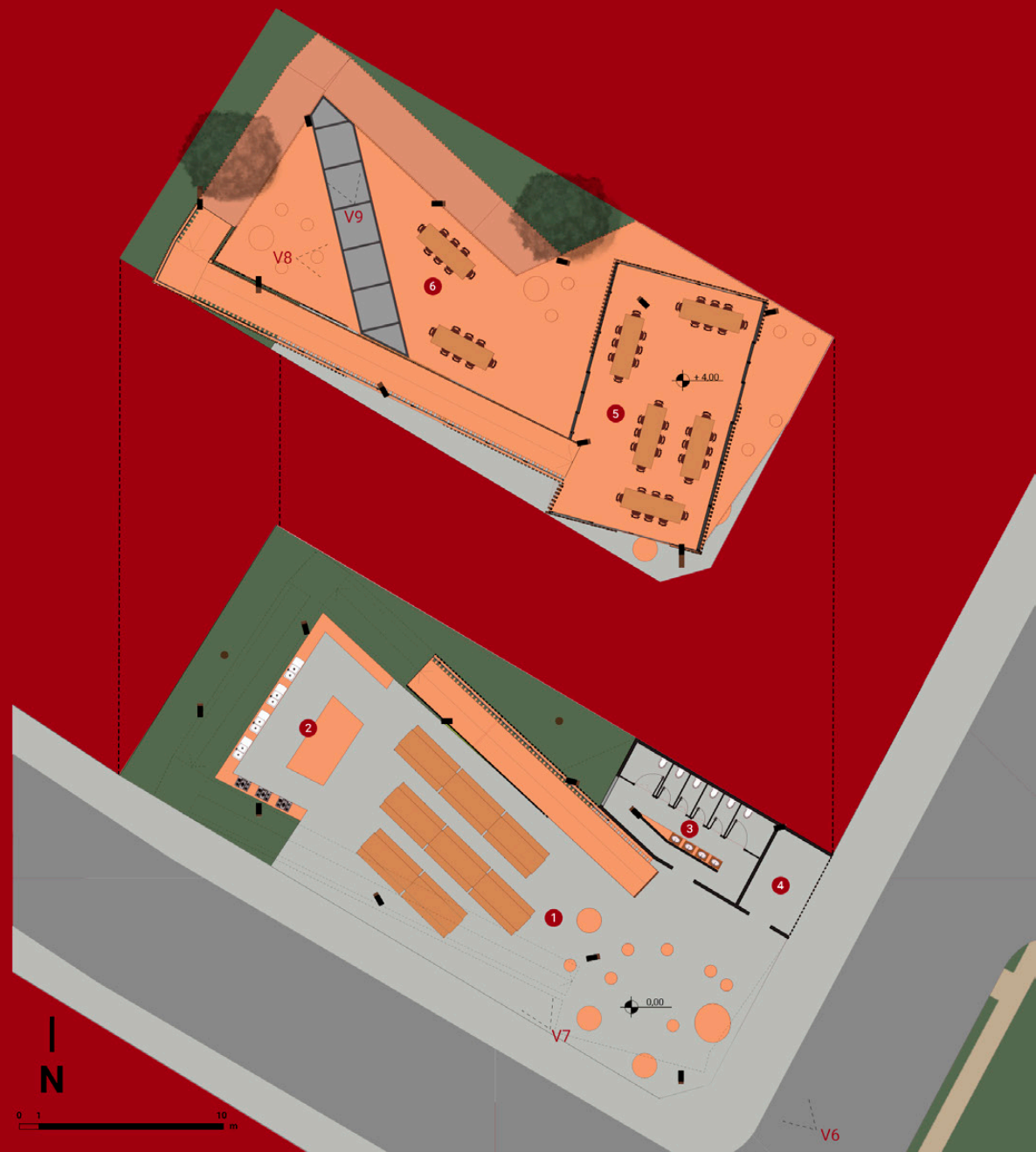


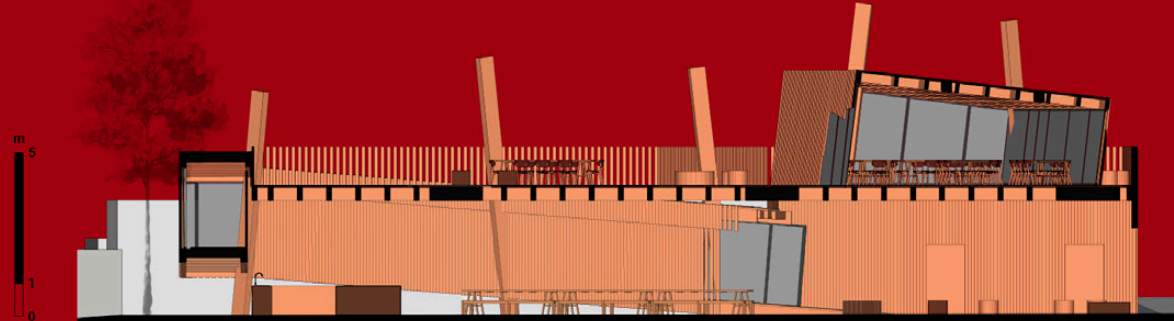
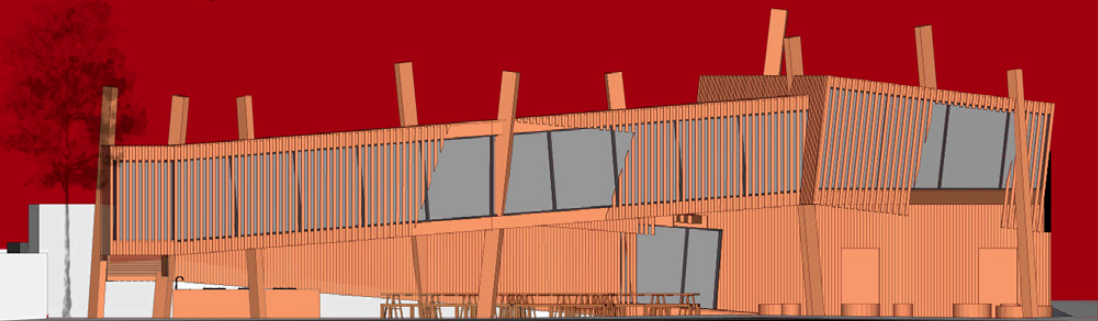
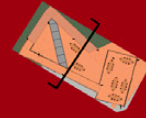
V5

CENTRO COMUNITÁRIO

O centro comunitário foi projetado visando comportar diversos usos de acordo com os atores municipais envolvidos em sua utilização, tendo então um conceito bastante aberto e flexível. Mas partindo da leitura da cultura local que estabelece e dialoga muitos afetos através da cozinha, é projetada uma cozinha comunitária que possa dar suporte a oficinas assim como a eventos no edifício e dessa forma possibilitar um intercâmbio de conhecimentos que é bastante típico da cultura mineira. Além disso no piso superior é demarcado um ponto de mirada para a represa bem no ponto onde se localizava a “cidade velha”.

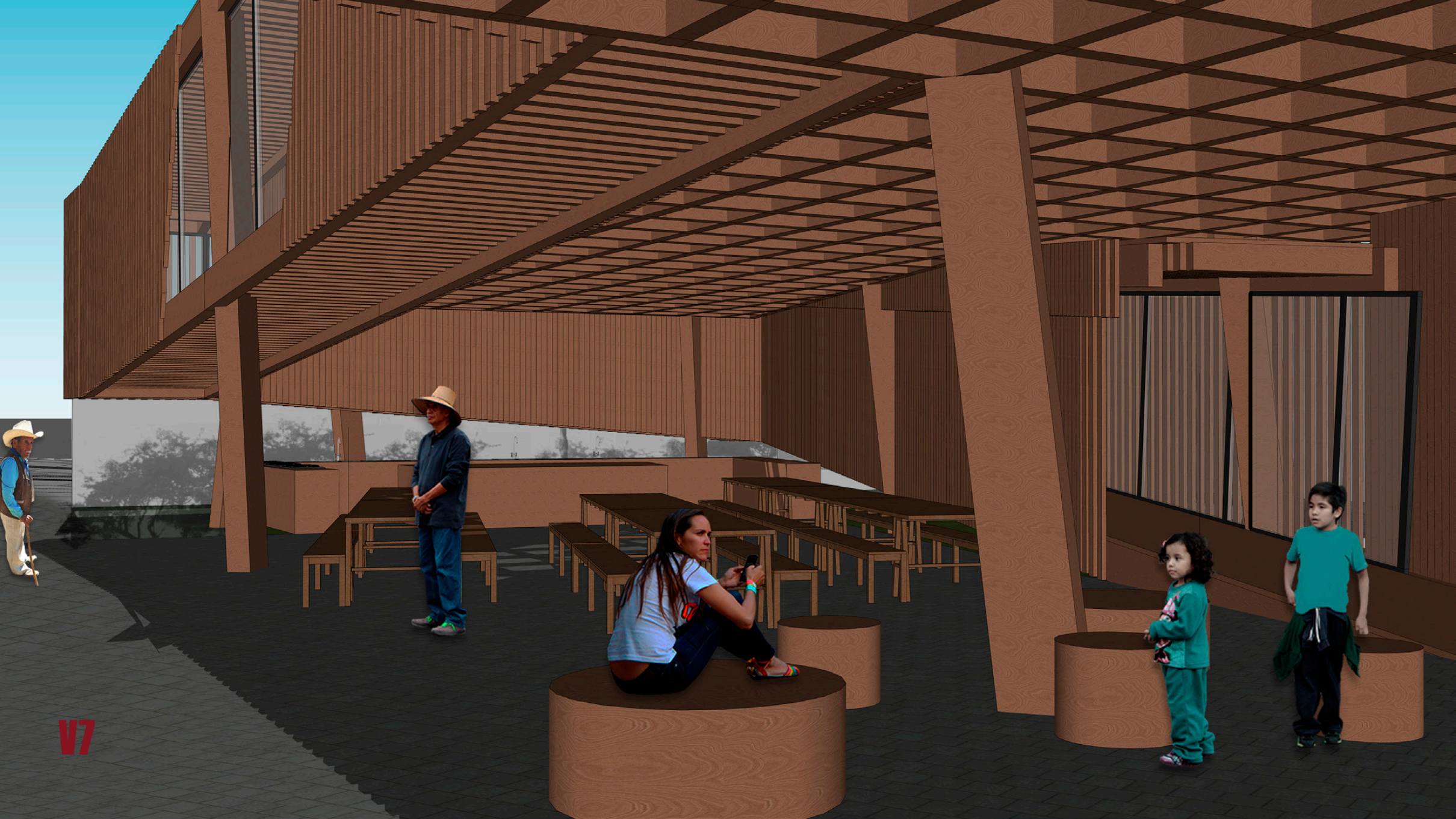
- 1_Pátio Coberto
- 2_Cozinha
- 3_Banheiro
- 4_Administração
- 5_Ateliê
- 6_Pátio







V6





V8



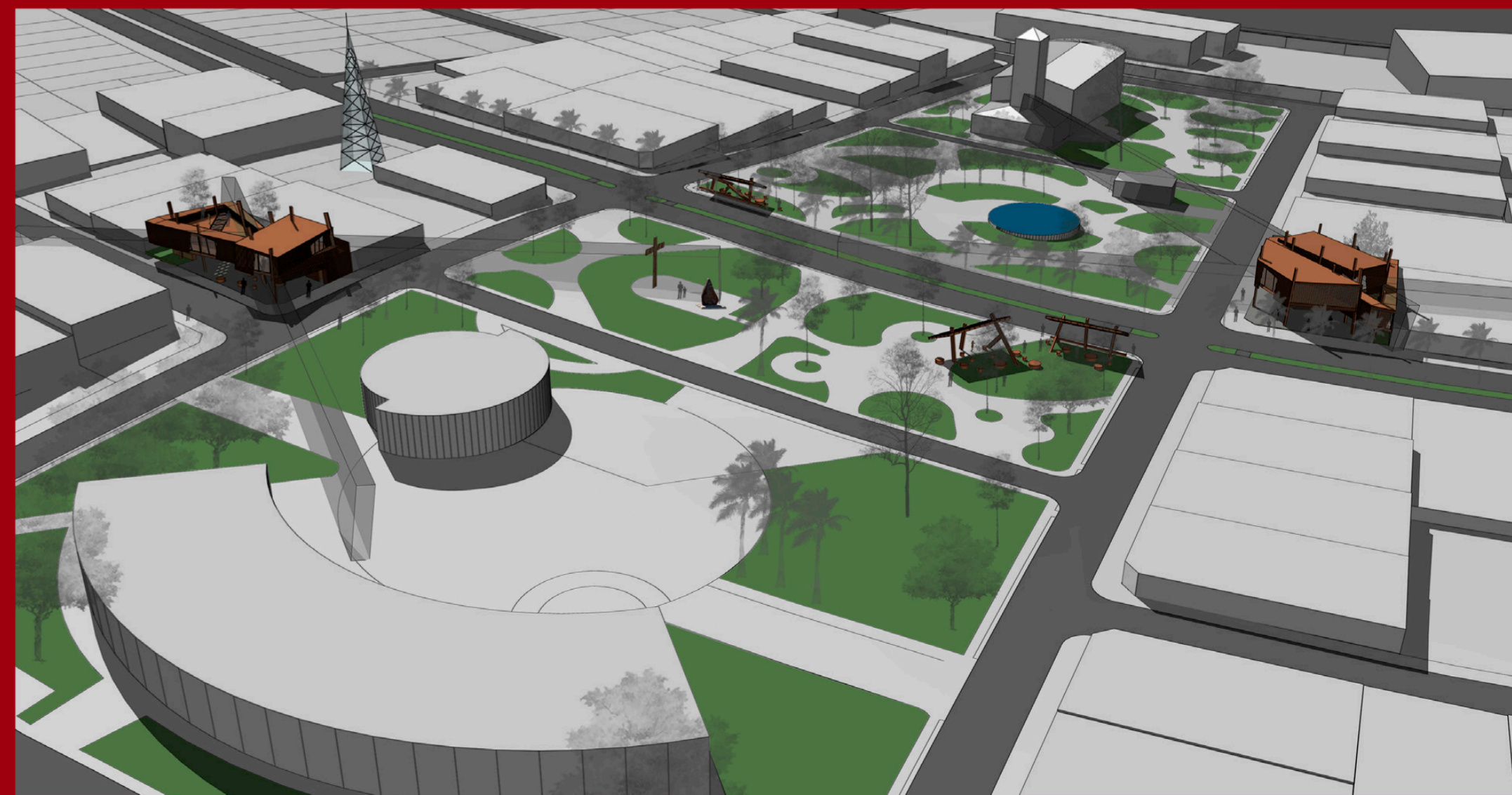
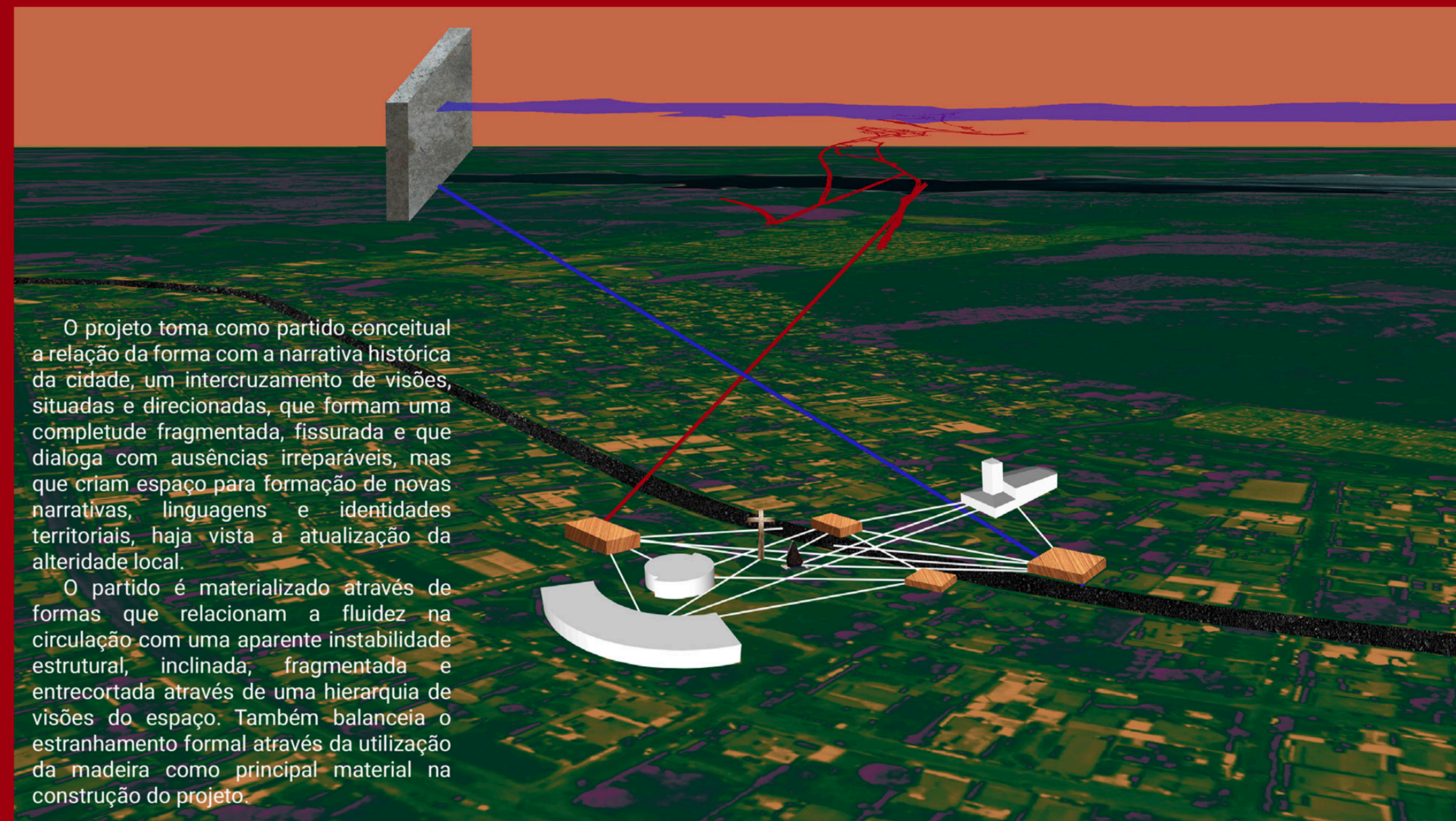
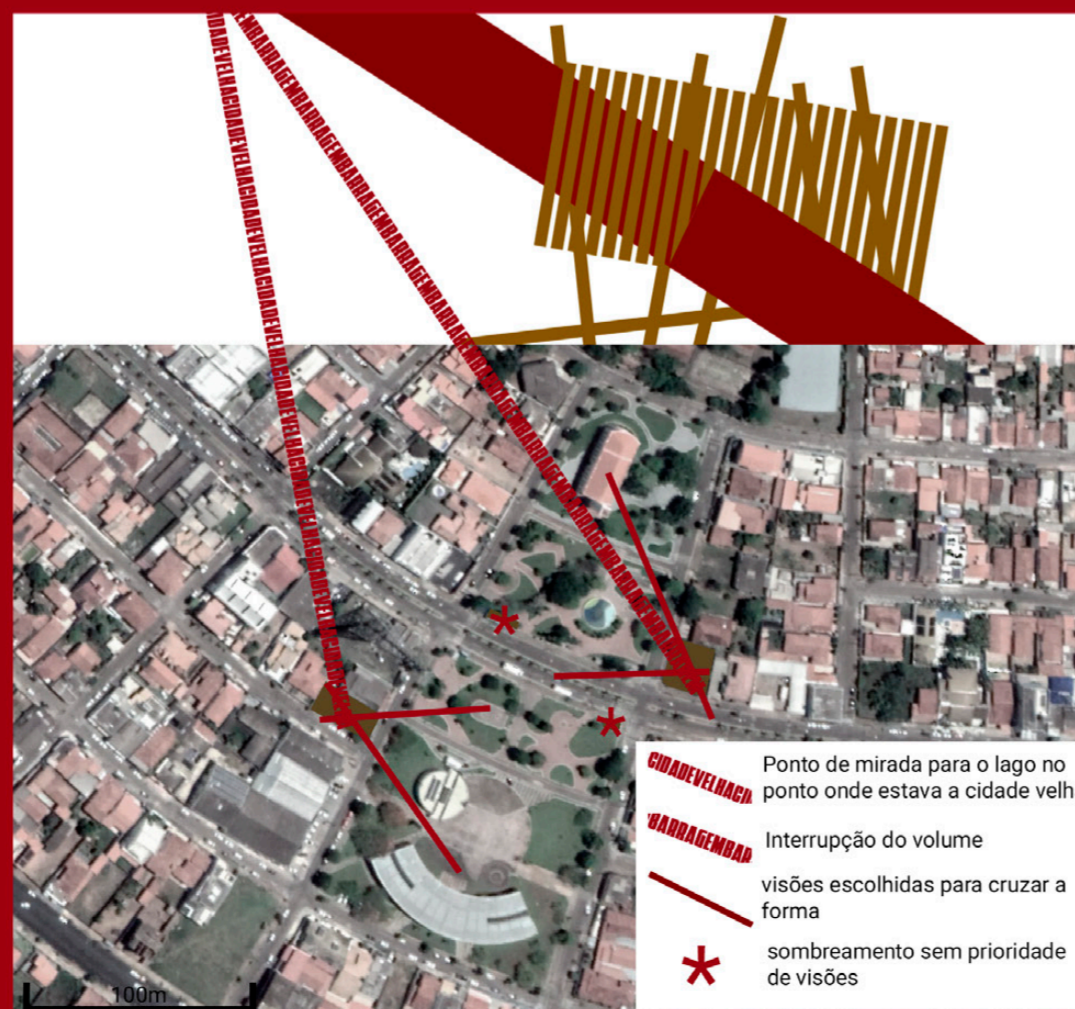
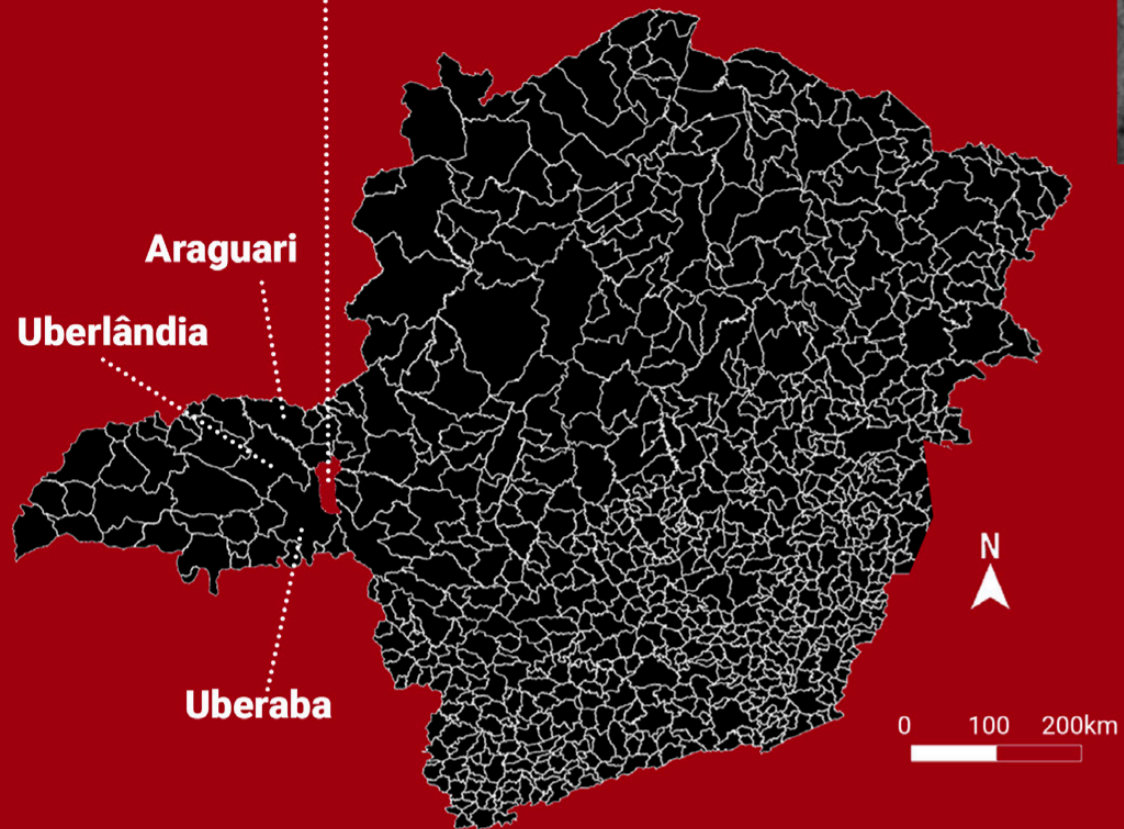
Referências Bibliográficas.:

- ASTOLPHI, Joana D'Arc Vieira Couto; DA SILVA, Vicente de Paulo. **DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO EM PEQUENA CIDADE: EFEITOS PRODUZIDOS NA CULTURA, NO LUGAR E NA IDENTIDADE DE MORADORES DA CIDADE DE NOVA PONTE (MG)**. Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM), v. 8, n. 2, p. 4-18, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. TA, 1979.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite; PENNA, Alícia Duarte. **Memória histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte, CEMIG, 1997.
- CREMA, Adriana Oliveira. **A cidade dos afogados: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DA SILVA, Vicente de Paulo. **A cidade submersa de Nova Ponte: relatos de memória, silêncio e esquecimento**. Caminhos de Geografia, v. 10, n. 29, 2009.
- DA SILVA, Vicente de Paulo. **A hidrelétrica de Nova Ponte - MG, Brasil, e a problemática dos deslocamentos compulsórios**. Territorium, n. 24, p. 115-125, 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-ponte/panorama>> Acesso em: 04 de janeiro de 2021.
- INÁCIO, Juliana Lemes. **Histórias de uma cidade: Algumas considerações iniciais**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- INÁCIO, Juliana Lemes. **Culturas, memórias e outras histórias: processos e disputas na e pela cidade de Nova Ponte/MG (1960-2013)**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. São Paulo, Proj. História, 1993.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

TGI - 2 - THALES DE SOUSA RESENDE

NOVA PONTE:

CIDADE SUBMERSA



O trabalho toma como objeto de estudo Nova Ponte, uma pequena cidade localizada no Triângulo Mineiro que, em meados da década de 90, teve sua área urbana totalmente inundada pela construção de uma usina hidrelétrica, e sua população realocada para uma nova cidade, homônima, construída à três quilômetros da antiga.

Sendo assim, busca através do levantamento de questões sociais, econômicas, políticas e culturais, discutir o abrupto rompimento na história e memória do povo de Nova Ponte, que teve sua vida transformada em nome do progresso. E como nesse processo ficaram fissuras abertas na identidade e cotidiano social da nova cidade, na medida em que as relações afetivas, simbólicas e monumentais previamente construídas no território, através do acúmulo temporal e na repetição de tradições, foram alagadas. O Nova-pontense foi tirado de sua vivência enraizada em suas memórias para participar de um processo de historicização de suas vivências intencionando projetá-las no novo território, porém essa reconfiguração urbana e social convive com incompletudes, daquilo que não foi catalogado, que não foi narrado, que não pode ser preservado.

Compreendendo todas as transformações ocorridas em Nova Ponte nas últimas décadas, o trabalho propõe como intervenção projetual, espaços de coletividade, expressividade, congregação e articulação social e cultural, troca de conhecimentos e habilidades, e que se relacione com o cotidiano público da cidade. A intenção é que o projeto sirva como espaço de construção de identidade e memória na nova cidade, não trazendo uma visão nostálgica da antiga cidade, mas potencializando o enfrentamento de visões acerca de possíveis vivências públicas e coletivas no novo território. Enxergando potência na atual alteridade do território. Visando para além de criar um espaço funcional, criar espacialidades que possibilitem a convivência pública coletiva, criando diferentes áreas que podem ser utilizadas ora com função designada, ora com liberdade de apropriação.

Analisando depoimentos dos moradores sobre a cidade velha, percebemos que a partilha de referências do cotidiano era muito importante na construção de uma linguagem coletiva que unia os indivíduos como povo como "povo de Nova Ponte", assim como o estabelecimento de uma centralidade para onde os diversos moradores se direcionavam pelos mais variados motivos e se encontravam, conversavam e assim reafirmavam seus laços comunitários. Tendo em vista a importância dessa centralidade em uma cidade pequena o projeto é formulado nas imediações da praça São Miguel, dialogando com seus elementos, assim como com os elementos urbanos de seu entorno, intencionando cruzar visões e disputar narrativas ao se inserir em um espaço que faz parte do cotidiano do nova-pontense.

Atualmente a praça é mais utilizada como passagem, possibilitando atalhos no caminhar pela cidade. Algumas permanências estão associadas aos pontos de ônibus, algumas áreas mais sombreadas e à Caixa Econômica, principalmente em época pagamento. Outros usos mais expressivos estão ligados a eventos religiosos, políticos e festas municipais, sendo o trecho da Avenida que corta a praça o local de onde saem os cavaleiros rumo à Igreja São Sebastião.

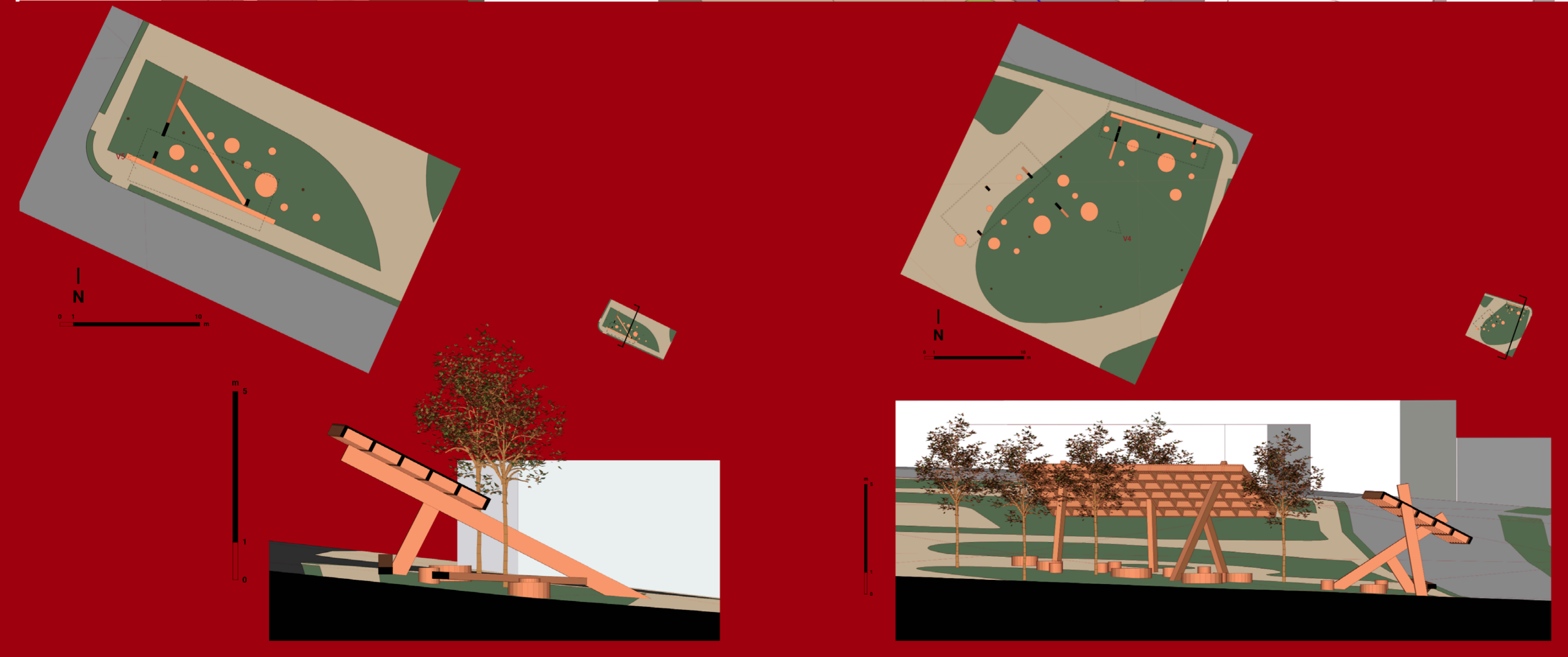
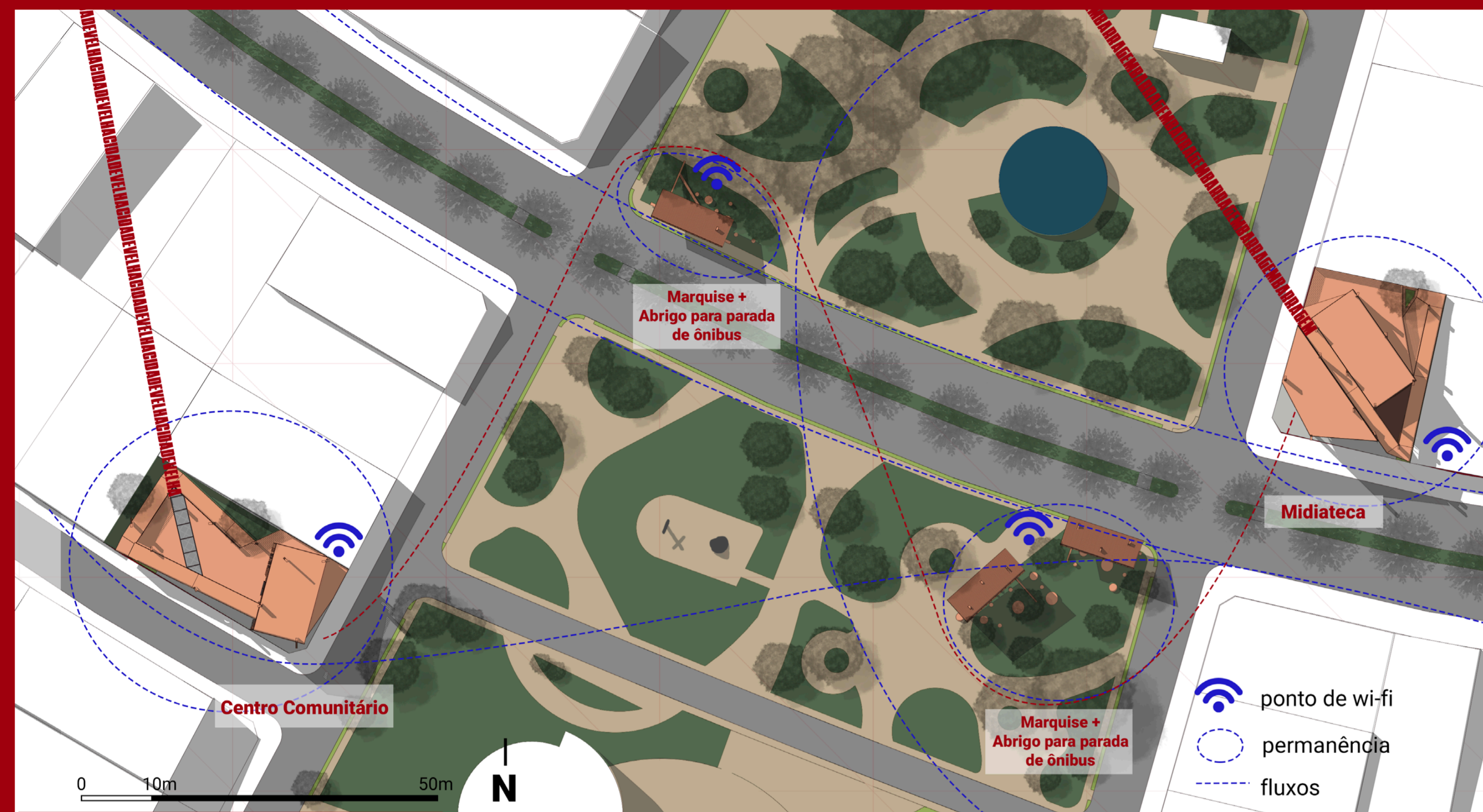
As duas áreas foram escolhidas por suas proximidades da praça e localizações estratégicas para a construção da narrativa do projeto através de sua visualidade. E os pontos de ônibus por se relacionarem através do transporte coletivo com outras áreas da cidade, funcionando para muitos como ponto de chegada a essa centralidade.

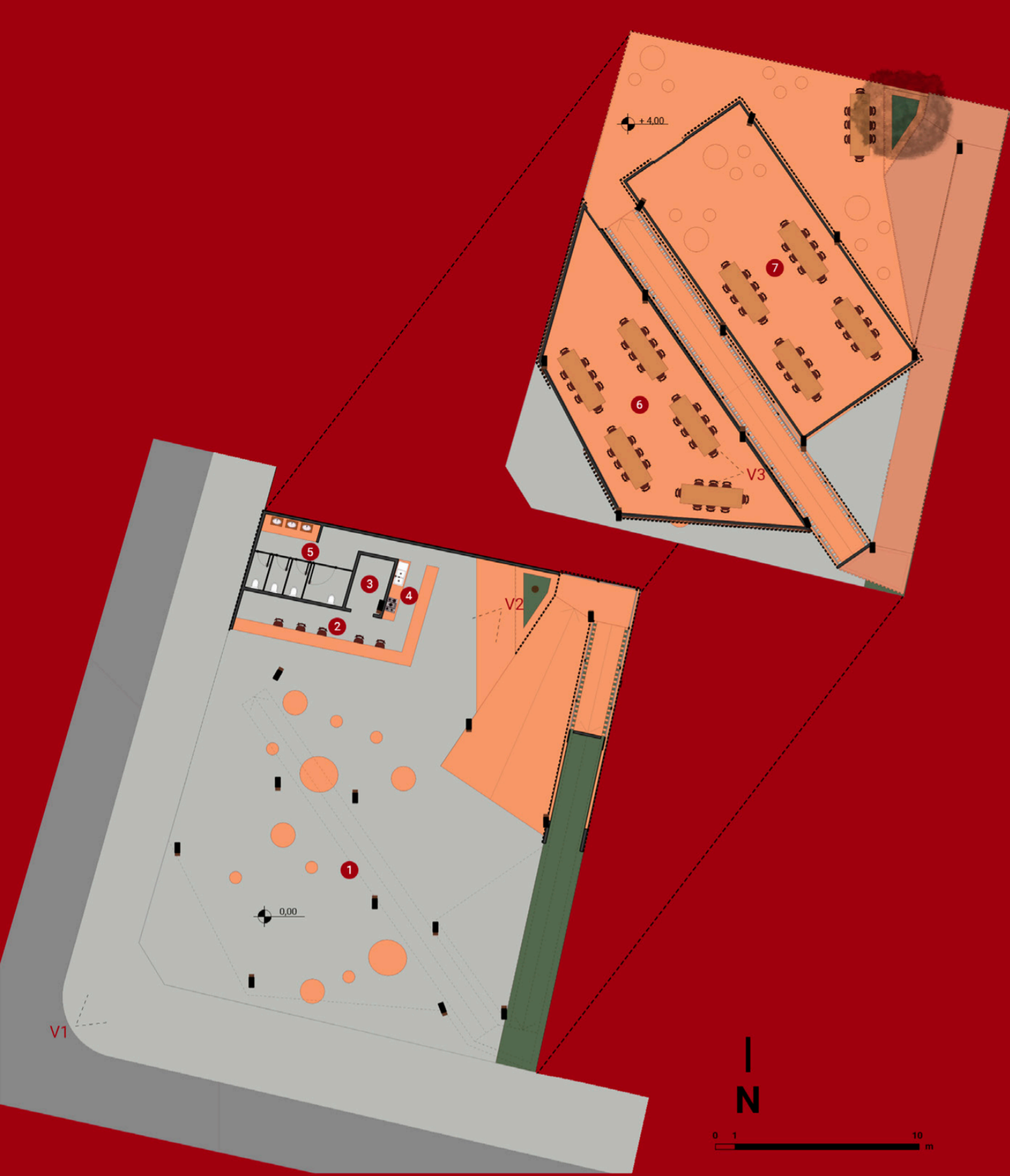
Também a partir do diagrama conceitual são alocados os programas. Ligado à barragem, um elemento de extremo rigor científico, é alocado um programa mais tecnológico, uma midateca. E conectado à cidade velha, lembrando sua viva esfera coletiva, um programa mais social, um Centro Comunitário. No espaço que os conecta, a praça São Miguel, são projetadas permanências associadas às localizações dos pontos de ônibus pré-existentes.



ABRIGOS PARA PARADA DE ÔNIBUS

Os abrigos foram pensados para também servirem como marquise, intencionando dar suporte à permanência na praça. Possuem uma forma com ampla abertura visual e utilizam da disposição do mobiliário nos canteiros como convite para a pausa e a delonga no espaço público, possibilitando assim o acaso dos encontros e observações da vida pública. Também são pontos de internet, sendo esse mais um incentivo para a utilização do espaço.





MIDIATECA

O projeto da midiateca parte da ideia de criar um espaço dinâmico que sirva como suporte para pesquisa, estudo, trabalho, troca de informações e muito mais. Em consequência disso é projetada uma midiateca com acervo exclusivamente digital, liberando o espaço para uma ampla possibilidade de reorganização de acordo com as necessidades dos usuários, ao mesmo tempo são delimitadas algumas espacialidades fixas que oferecem suporte para a necessidade da coexistência desses diferentes usos.

- 1_Pátio Coberto
- 2_Recepção para a retirada de equipamentos
- 3_Sala de equipamentos
- 4_Café
- 5_Banheiro
- 6_Sala de estudos/trabalho
- 7_Atelê



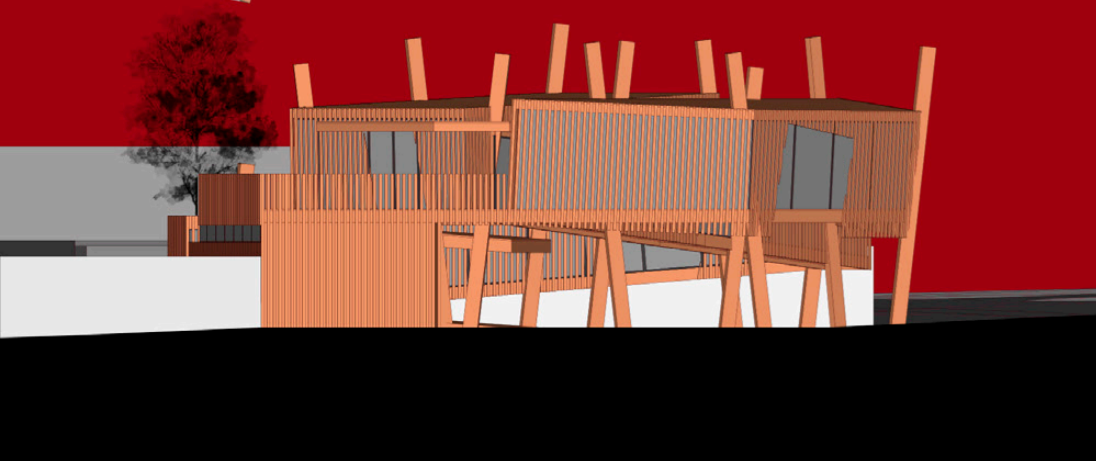
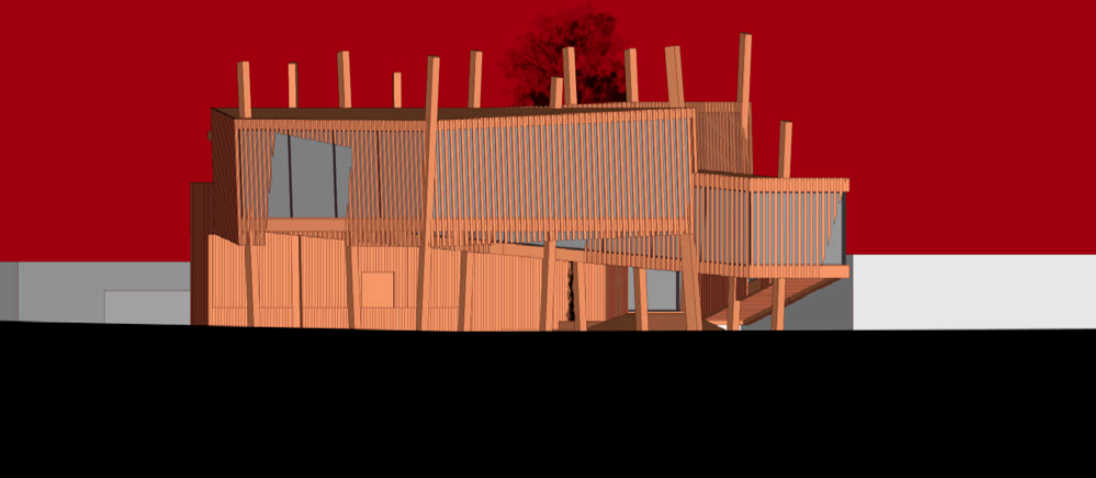
V1



V2



V3



CENTRO COMUNITÁRIO

O centro comunitário foi projetado visando comportar diversos usos de acordo com os atores municipais envolvidos em sua utilização, tendo então um conceito bastante aberto e flexível. Mas partindo da leitura da cultura local que estabelece e dialoga muitos afetos através da cozinha, é projetada uma cozinha comunitária que possa dar suporte a oficinas assim como a eventos no edifício e dessa forma possibilitar um intercâmbio de conhecimentos que é bastante típico da cultura mineira. Além disso no piso superior é demarcado um ponto de mirada para a represa bem no ponto onde se localizava a “cidade velha”

- 1_Pátio Coberto
- 2_Cozinha
- 3_Banheiro
- 4_Administração
- 5_Ateliê
- 6_Pátio

